



UnB

Universidade de Brasília (UnB)

Instituto de Letras (IL)

Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET)

Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução

Audrey Gina Benschop Bottse

A interpretação juramentada no Suriname:
proposta de um protocolo padronizado para os intérpretes públicos.

Brasília

2022

Audrey Gina Benschop Bottse

A interpretação juramentada no Suriname:
proposta de um protocolo padronizado para os intérpretes públicos.

Dissertação de mestrado submetida
ao programa de Pós-Graduação em
Estudos da Tradução, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do grau
de mestre em Estudos da Tradução.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Cesar Neves Monteiro

Brasília
2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

BB751i BENSCHOP BOTTSE, AUDREY GINA
A interpretação juramentada no Suriname: proposta de um
protocolo padronizado para os intérpretes públicos. /
AUDREY GINA BENSCHOP BOTTSE; orientador Júlio Cesar Neves
Monteiro. -- Brasília, 2022.
148 p.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) --
Universidade de Brasília, 2022.

1. Intérpretes juramentados. 2. Suriname. I. Neves
Monteiro, Júlio Cesar, orient. II. Título.

A interpretação juramentada no Suriname:
proposta de um protocolo padronizado para os intérpretes públicos.

Dissertação de mestrado submetida
ao programa de Pós-Graduação em
Estudos da Tradução, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do grau
de mestre em Estudos da Tradução.

Este trabalho foi aprovado em:

Brasília, 8 de novembro de 2022

pela banca examinadora:

Prof. Dr. Júlio César Neves Monteiro
Universidade de Brasília
Orientador

Profa. Dra. Alessandra Ramos de Oliveira Harden
Universidade
Examinador

Profa. Dra. Luciana Latarini Ginezi
Fundação Memorial da América Latina
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por iluminar o meu caminho e me dar forças para seguir em frente

Ao meu amado esposo, Kenneth, obrigada por seu amor, sua paciência e seu apoio incondicional.

Aos meus filhos amados, Keenen e Darren, obrigada pela paciência e por me ajudarem nesta jornada.

Ao meu querido orientador, Prof. Dr. Júlio César Neves Monteiro, obrigada por acreditar em mim e pelo incentivo contínuo.

À querida Prof. Dra. Alessandra Harden, obrigada por seus comentários valiosos na qualificação.

Aos intérpretes juramentados no Suriname, especialmente o Pearl, obrigada por responder ao questionário sem hesitação.

Aos entrevistados, obrigada por responder prontamente a todas as perguntas feitas.

À minha diretora, Jane, obrigada por sempre encontrar uma maneira de me dar tempo livre para fazer o que eu precisava.

À minha mãe e minha irmã, obrigada por perguntarem continuamente sobre o meu progresso.

Ao meu pai, que certamente está aplaudindo do céu.

Aos revisores, Arthur e Marina, obrigada pelo seu trabalho.

A todos aqueles que diretamente ou indiretamente contribuíram para a realização desta dissertação, o meu muito obrigado.

RESUMO

O objetivo deste estudo é sugerir um protocolo de padronização para os intérpretes juramentados que atuam no Suriname já que o Código de Processo Penal do país, de 23 de novembro de 1977, estabelece que um intérprete juramentado deve estar presente durante o interrogatório de um estrangeiro em uma delegacia de polícia, no tribunal penal e civil, no cartório e também durante a solenidade de casamento, mas não há diretrizes ou protocolos que guiam este profissional na realização do seu trabalho. Como o intérprete juramentado trabalha somente com os estrangeiros que estão no país, ele também atua como mediador linguístico e cultural, ao cumprir o seu papel. Como a presença do intérprete é essencial, significa que ele é um elo importante durante o processo de comunicação com o estrangeiro em Suriname. Por isso achamos importante fazer uma análise sobre a forma como os intérpretes de língua holandesa e portuguesa atuaram até agora e para tanto é importante sabermos quais habilidades eles possuem. No Suriname, o intérprete juramentado não atua apenas na área jurídica, mas, como a sua atuação apresenta muitas semelhanças com a do intérprete forense, o profissional que atua em audiências e em ambientes jurídicos, buscamos apoio na teoria de vários autores entre eles a Hale (2004), mas também Nordin e de Almeida (2017), Lebesse (2013), e Gonzalez *et al.* (1991). Para realizar este estudo, foi feita uma pesquisa qualitativa entre o pequeno grupo de intérpretes que trabalham no par holandês/português, a fim de descobrir quais estratégias eles usam durante a sua atuação e entre as partes que precisam fazer uso do trabalho desses profissionais. A partir desta análise, pudemos identificar que o intérprete juramentado atua de acordo com sua própria intuição e as suas próprias competências. Por fim, elaboramos um protocolo para o intérprete baseado, dentre outros, no Código de Ética utilizado pela Associação Profissional de Intérpretes de Conferência do Brasil (APIC), de 28 de novembro de 2017 e no Código de Ética e Conduta do Instituto Australiano de Tradutores e Intérpretes (AUSIT), de 1 de novembro de 2012. O protocolo proposto pode servir de diretriz tanto para intérpretes experientes, quanto para os novatos para que ambos os grupos possam atuar de maneira uniforme.

Palavras-chave: Intérpretes juramentados; Suriname; Interpretação; área jurídica; estudos da tradução; protocolo.

ABSTRACT

The purpose of this study is to suggest a standardization protocol for sworn interpreters working in Suriname since the country's Code of Criminal Procedure of November 23, 1977, establishes that a sworn interpreter must be present during the interrogation of a foreigner in a police station, in the criminal and civil court, in the registry office and also during the wedding ceremony, but there are no guidelines or protocols that guide this professional in carrying out his work. As the sworn interpreter works only with foreigners who are in the country, he also acts as a linguistic and cultural mediator, when fulfilling his role. As the presence of the interpreter is essential, it means that he is an important link during the process of communicating with foreigners in Suriname. That's why we think it's important to do an analysis on how Dutch and Portuguese language interpreters have acted so far and for that it's important to know what skills they have. In Suriname, the sworn interpreter does not work only in the legal area, but, as his performance has many similarities with that of the forensic interpreter, the professional who works in hearings and in legal environments, we sought support in the theory of several authors, including Hale (2004), but also Nordin and de Almeida (2017), Lebesse (2013), and Gonzalez et al. (1991). In order to carry out this study, a qualitative research was carried out among the small group of interpreters who work with the Dutch/Portuguese languages, in order to find out what strategies they use during their performance and with the parties that need to make use of the work of these professionals. From this analysis, we were able to identify that the sworn interpreter acts according to his own intuition and his own skills. Finally, we elaborated a protocol for the interpreter based, among others, on the Code of Ethics used by the Professional Association of Conference Interpreters of Brazil (APIC), of November 28, 2017 and on the Code of Ethics and Conduct of the Australian Institute of Translators and Interpreters (AUSIT), November 1, 2012. The proposed protocol can serve as a guideline for both experienced and novice interpreters so that both groups can act in a uniform manner.

Keywords: Sworn interpreters; Suriname; Interpretation; judicial area; translation studies; protocol.

SAMENVATTING

Het doel van deze studie is een protocol voor te stellen voor beëdigde tolken die in Suriname werken, aangezien volgens het Wetboek van Strafvordering van 23 november 1977, een beëdigde tolk aanwezig moet zijn tijdens het verhoor van een buitenlander op een politiebureau, bij de straf- en civiele rechter, bij de burgerlijke stand en ook tijdens de huwelijksceremonie, echter zijn er geen richtlijnen of protocollen die de tolk zou kunnen bijstaan bij het uitvoeren van zijn werkzaamheden. Gezien het feit dat de beëdigde tolk alleen werkt met buitenlanders die zich in het land bevinden, treedt hij bij de vervulling van zijn rol ook op als taalkundige en culturele bemiddelaar. Zijn aanwezigheid is essentieel, wat ook betekent dat hij een belangrijke schakel is tijdens het communicatieproces met buitenlanders in Suriname. Daarom vinden wij het belangrijk om een analyse te maken van hoe de tolken, die met de talen Nederlands en Portugees werken, hun werkzaamheden tot nu toe hebben uitgevoerd en daarvoor is het belangrijk om te weten welke vaardigheden zij bezitten. In Suriname werkt de beëdigde tolk niet alleen op juridisch gebied, maar omdat zijn optreden veel overeenkomsten vertoont met dat van de forensische tolk, de professioneel die bij hoorzittingen en in juridische omgevingen werkt, hebben we steun gezocht in de theorie van verschillende auteurs, waaronder Hale (2004), maar ook Nordin en de Almeida (2017), Lebese (2013) en Gonzalez et al. (1991). Om dit onderzoek uit te voeren is kwalitatief onderzoek gedaan onder de kleine groep tolken die werkzaam is met de talen Nederlands en Portugees, om te achterhalen welke strategieën die gebruiken tijdens het uitvoeren van hun werkzaamheden alsook onder de partijen die gebruik moeten maken van het werk van de beëdigde tolken. Uit deze analyse hebben we kunnen vaststellen dat de beëdigde tolk handelt volgens zijn eigen intuïtie en gebruik maakt van de vaardigheden die hij bezit. Tot slot hebben we een protocol voor de tolk uitgewerkt, onder meer gebaseerd op de "Code of Ethics van de Professional Association of Conference Interpreters of Brazil" (APIC) van 28 november 2017 en op de "Code of Ethics and Conduct van het Australian Institute" (AUSIT), van 1 november 2012. Het voorgestelde protocol kan als leidraad dienen voor zowel ervaren als beginnende tolken zodat beide groepen op een uniforme manier kunnen optreden.

Sleutelwoorden: beëdigde tolken; Suriname; vertolking; juridisch gebied; vertaalwetenschappen; protocol

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------------|--|
| ABS | Algemeen Bureau voor de Statistiek (Escritório Geral de Estatística do Suriname) |
| ABS | Associação de Brasileiros no Suriname |
| AIIC..... | Associação Internacional de Intérpretes de Conferência |
| APIC | Associação Profissional de Intérpretes de Conferência |
| Atics..... | Antonius Translating Intermediating & Consultancy |
| It is | International Translating & Interpreting Services |
| JusPol..... | Ministerie van Justitie en Politie (Ministério da Justiça e Polícia) |
| KPS | Korps Politie Suriname (Corporação Policial do Suriname) |
| LAW CCTE | Little Ant's Work Court Community Interpreting Training & Education (Plataforma de Educação e Treinamento para Intérpretes Comunitários) |
| OEA | Organização dos Estados Americanos |
| OIM..... | Organização Internacional para as Migrações |
| ONU..... | Organização das Nações Unidas |
| Opas | Organização Pan Americana da Saúde |
| PSA | Personen van Surinaamse Afkomst (Pessoas de Origem Surinamesa) |
| SB..... | Staatsblad (Diário Oficial do Estado do Suriname) |
| UN DESA..... | United Nations Department of Economic and Social Affairs (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas) |
| UnB..... | Universidade de Brasília |
| WvSv | Wetboek van Strafvordering (Código do Processo Penal) |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 | CONTEXTO GERAL A RESPEITO DO INTÉRPRETE JURAMENTADO NO SURINAME..... | 11 |
| 2.1 | Quem é o intérprete juramentado?..... | 11 |
| 2.1.1 | A LEGISLAÇÃO NO SURINAME..... | 13 |
| 2.1.2 | A QUANTIDADE DE INTÉRPRETES PARA OS FALANTES DE PORTUGUÊS NO SURINAME | 17 |
| 2.2 | A Comunidade Brasileira no Suriname | 18 |
| 3 | PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA INTERPRETAÇÃO | 23 |
| 3.1 | A HISTÓRIA DA INTERPRETAÇÃO..... | 23 |
| 3.2 | Interpretação | 25 |
| 3.2.1 | A INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA | 27 |
| 3.2.2 | A INTERPRETAÇÃO CONSECUTIVA..... | 29 |
| 3.3 | A interpretação em contexto..... | 31 |
| 3.3.1 | A INTERPRETAÇÃO EM DELEGACIA..... | 35 |
| 3.3.2 | A INTERPRETAÇÃO EM CASAMENTOS | 42 |
| 3.3.3 | A INTERPRETAÇÃO NO NOTÁRIO..... | 42 |
| 3.4 | O treinamento de intérpretes | 43 |
| 3.4.1 | HABILIDADES DE LINGUAGEM | 47 |
| 3.4.2 | CONHECIMENTO CULTURAL..... | 48 |
| 3.4.3 | HABILIDADES DE FALA | 50 |
| 3.4.4 | HABILIDADE DE ESCUTAR E MEMORIZAR..... | 50 |
| 3.4.5 | COMPORTAMENTO ÉTICO | 50 |
| 4 | CONTEXTO DA PESQUISA | 53 |
| 4.1 | Objetivo pessoal com relação à pesquisa | 53 |
| 4.2 | Organização da Pesquisa..... | 55 |
| 4.3 | Método de coleta de dados | 56 |
| 4.4 | Apresentação de dados..... | 57 |
| 4.5 | Entrevistas | 69 |
| 5 | PROPOSTA DE PROTOCOLO DO INTÉRPRETE | 82 |

| | | |
|------------|---|-------------------------------------|
| 5.1 | Protocolo..... | 82 |
| 5.1.1 | PRECISÃO E FIDELIDADE..... | 83 |
| 5.1.2 | CONFIDENCIALIDADE | ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED. |
| 5.1.3 | IMPARCIALIDADE | ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED. |
| 5.1.4 | RESPEITO PELAS PESSOAS..... | ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED. |
| 5.1.5 | MANTENDO OS LIMITES DO PAPEL..... | ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED. |
| 5.1.6 | RESPONSABILIDADE POR SEU TRABALHO..... | ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED. |
| 5.1.7 | PROFISSIONALISMO..... | ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED. |
| 5.1.8 | COMPETÊNCIA CONTINUADA..... | ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED. |
| 6 | CONCLUSÃO | 87 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 89 |
| | APÊNDICE A – ESPELHO DAS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO | 96 |
| | APÊNDICE B – ENTREVISTAS EM HOLANDÊS | 131 |

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é sugerir um protocolo de padronização para os intérpretes juramentados que atuam no Suriname, cuja presença em situações que um estrangeiro deve comparecer perante autoridades oficiais, como no tribunal, na delegacia, no cartório e em um casamento, está prevista na lei, no Código de Processo Penal de 23 de novembro de 1977. No entanto, a lei somente prevê a presença desse intérprete e se refere aos poucos requisitos necessários para se certificar para atuar nessa área, mas não há uma diretriz que esse intérprete possa usar como base, o que leva a crer que cada intérprete atua a sua própria maneira.

O número de intérpretes juramentados do par holandês/português é muito pouco em comparação ao grande número de imigrantes brasileiros no Suriname, segundo informações do Escritório Geral para a Estatística, porém é importante saber qual estratégia eles usam e como o trabalho dos intérpretes pode ser estruturado para alcançar uma situação benéfica para todas as partes envolvidas, já que no Suriname não há nenhuma especialização para o profissional nessa área. É fato que o estrangeiro tem direitos que devem ser respeitados e um deles é o direito de entender o que está sendo dito a ele, principalmente em juízo. Por isso é de extrema importância que os profissionais sejam pessoas bem treinadas e qualificadas que trabalhem de forma padronizada.

Para esta dissertação, foi feita uma pesquisa qualitativa e quantitativa com os sete intérpretes juramentados do par holandês/português que atuam ativamente no Suriname, bem como com os órgãos oficiais que são obrigados, por lei, a utilizar os serviços do intérprete juramentado.

O interesse por este campo de trabalho surgiu no início da segunda metade do ano de dois mil, quando fui convidada a interpretar para uma multinacional que operava no Suriname na época. Porém, em um determinado momento, percebi que somente um intérprete juramentado poderia atuar em espaços formais e nas instituições públicas, portanto decidi fazer uma solicitação junto ao ministério da justiça para obter a minha certificação, já que tinha feito a minha graduação em letras-ingles na Universidade de Brasília. Quando comecei a trabalhar como intérprete juramentada, não encontrei nenhum protocolo ou qualquer diretriz no Ministério da Justiça e na Polícia (JusPol) ou em qualquer outro órgão oficial para que eu pudesse pelo menos saber qual o ponto de partida da atuação na área. Assim, tive que usar as

minhas competências e a minha intuição para encontrar meu caminho neste campo. Não obstante, sempre senti falta de alguma forma de estruturação e padronização uma vez que isso beneficiaria muito a atuação de outros profissionais, sendo, portanto, uma forma de união e otimização do trabalho.

Nesse sentido, ao receber a oportunidade de ingressar no programa de pós-graduação em Estudos da Tradução, com a linha de pesquisa voltada para a teoria, crítica e história da tradução, vi uma possibilidade de estudar a atuação dos intérpretes juramentados no Suriname.

Nosso objetivo geral é analisar o trabalho do intérprete juramentado e entender a sua estratégia de atuação. Quanto aos objetivos específicos, são eles: (a) descrever qual é o perfil do intérprete juramentado no Suriname; (b) discutir a importância do intérprete a partir do Código Penal do país; e (c) elaborar protocolos no país para intérpretes.

Esta dissertação está dividida da seguinte forma: no primeiro capítulo, apresentaremos o perfil do intérprete juramentado no Suriname e a legislação do país, além de abordar o número de intérpretes em ação e a comunidade brasileira com a qual os intérpretes têm contato; no segundo, propomos uma discussão sobre o intérprete, os tipos de interpretação e os espaços onde desempenham sua função de intérprete, no terceiro estão as discussões das respostas das entrevistas e enquetes que foram feitas e, no último capítulo, está a proposta de protocolo para atuação dos intérpretes.

2 CONTEXTO GERAL A RESPEITO DO INTÉRPRETE JURAMENTADO NO SURINAME

Nesta seção, apresentamos o contexto do desenvolvimento desta pesquisa descrevendo o perfil dos intérpretes juramentados no Suriname e a sua atuação com base no Código de Processo Penal. Além disso, discutiremos a quantidade de profissionais que interpretam para os falantes de português no país e o perfil dos brasileiros residentes do Suriname em contato com estes intérpretes.

2.1 Quem é o intérprete juramentado?

O intérprete juramentado pode ser qualquer pessoa com a nacionalidade surinamesa que fala português e que prestou um juramento após fazer uma solicitação junto ao Ministério da Justiça e à Polícia para poder trabalhar no cargo. Esse cidadão não precisa prestar concurso, comprovar que fala português ou ter alguma experiência com interpretação. Pressupõe-se, dessa forma, que cada candidato seja falante fluente língua. Após a solicitação ser aprovada, os intérpretes recebem a sua certificação e começam a sua atuação sem nenhum preparo na área. Algumas pessoas atuam como tradutores e intérpretes juramentados e outras somente como intérpretes juramentados. Atualmente, o Suriname conta com sete intérpretes e tradutores juramentados de holandês-português e três que trabalham somente como intérpretes e, desse número, só dois têm formação em letras. Todos os intérpretes trabalham com sua própria tarifa horária.

O pequeno número de intérpretes não é suficiente para atender à comunidade brasileira aqui no Suriname, apesar da diminuição do número de imigrantes brasileiros no país. Para poder suprir a falta de intérpretes, especialmente no tribunal ou na delegacia, muitas pessoas interpretam nas delegacias sem a certificação, já que, às vezes, o número de casos é bastante elevado e não há como os intérpretes juramentados fazerem a interpretação de todos os depoimentos. Nesses casos, os intérpretes juramentados carimbam os documentos, porque, caso contrário, os documentos não são aceitos pelo Ministério Público, uma situação aceitável por causa das circunstâncias. No tribunal, essa situação é um pouco diferente: na falta de um intérprete juramentado, o juiz no caso nomeia um intérprete *ad-hoc* — intérpretes nomeados somente para interpretar nesta ocasião específica.

O processo para se certificar no Suriname é bastante simples. O candidato de nacionalidade Surinamesa e de, no mínimo dezoito anos, pode escrever uma carta

para o Ministério da Justiça e Polícia solicitando a certificação. O intérprete não é obrigado a fazer uma prova, participar de um processo seletivo ou apresentar diplomas e/ou certificados. A lei, nesse contexto, não diz especificamente que o candidato precisa falar a língua com a qual irá trabalhar, mas os candidatos assumem que devem ser capazes de falar a língua, mas não escrevê-la.

No Suriname, não somente os intérpretes forenses, mas todos os intérpretes juramentados atuam como mediadores, porque eles fazem a mediação para que o imigrante brasileiro que precisa dos serviços deles possa se comunicar no tribunal, na delegacia, no escritório do notário ou advogado, ou no conselho tutelar. O imigrante brasileiro vê o intérprete como alguém que o está representando e que vai falar por ele. O suspeito estrangeiro acaba vendo o intérprete como o seu amigo, já que se comunica com facilidade e tem muito contato com ele. O intérprete, por sua vez, não pode pensar que é auxiliar do suspeito brasileiro e que está na delegacia ou no tribunal para consolá-lo, uma vez que não deve esquecer que o papel de mediador é simplesmente converter a mensagem de uma linguagem para a outra, dando assistência ao processo legal. O apoio emocional deve vir da família e dos advogados, já que, vindo do intérprete, este apoio fere a imparcialidade esperada pelos agentes da lei. De acordo com Kondo (1990), o intérprete, seja ele profissional ou não, é a pessoa que tem de se colocar no lugar de uma outra pessoa e falar por ela. Isso é um fator importante no processo penal porque os imigrantes econômicos no Suriname não falam a língua holandesa e, quando estão com algum problema, seja ele qual for, se sentem bastante perdidos. Quando encontram o intérprete, esperam que ele os ajude, que fale por eles e, para isso, o profissional precisa se colocar no lugar deles para transmitir a mensagem do imigrante da forma correta. Dessa maneira, o intérprete pode contribuir para que o imigrante tenha um processo justo. Nesse sentido, Grabau e Gibbons (1996) definiram o intérprete forense como um “mediador de linguagem”.

De acordo com Jaradat (2010), o papel do intérprete é intervir, fazer modificações ao discurso original, adicionar ou retirar algumas partes para que o conteúdo se torne compreensível, mas Kondo (1997) acredita que o intérprete funciona como um intérprete cultural em vez de um transmissor neutro. Essas linhas de pensamento mostram que o intérprete precisa conhecer não apenas a língua, como também a cultura, uma vez que ambas estão interligadas. Aziz (1982), nesse contexto,

afirma que o vocabulário está interligado à cultura. Já para Cronin (2013), os intérpretes não devem ficar dentro dos seus limites linguísticos e culturais: no momento em que o intérprete sabe como e consegue sair destes limites, ele consegue transmitir a mensagem mais corretamente ao imigrante sem erros de comunicação. Para fazer isso, o intérprete tem que ter conhecimento cultural e social de todas as línguas envolvidas.

O Código Penal no Suriname, *Wetboek van Strafvordering*, VwSv — sigla que usarei nessa dissertação — estipula a exigência da presença de um intérprete durante um processo judicial. Isso quer dizer que a presença de um intérprete é vista como importante, porém o Código Penal não estipula os requisitos ou as obrigações do profissional. Os poucos requisitos necessários para se tornar um intérprete juramentado no Suriname estão estipulados no artigo 292 do Código Penal. Não consta a exigência de ter um diploma na área de letras/tradução ou de qualquer outro curso superior ou até algum treinamento obrigatório. Após a aprovação de sua solicitação, os intérpretes recebem uma certificação e, imediatamente após, já começam a exercer a sua função sem qualquer diretriz, protocolo ou manual. Questões de normas e padrões de prática não são abordadas em qualquer legislação ou diretriz

Nem é preciso ser proficiente na língua estrangeira para a qual se deseja traduzir ou interpretar. Além disso, não existe uma comissão para verificar se a pessoa em questão realmente tem domínio total da língua estrangeira (falada ou escrita), da cultura e dos costumes do imigrante. Na realidade, o único requisito é ser “mero conhecedor do idioma estrangeiro” (NORDIN; DE ALMEIDA, 2017, p.3).

2.1.1 A LEGISLAÇÃO NO SURINAME

Grande parte da base da legislação do Suriname foi espelhada na legislação holandesa, já que o Suriname foi colônia da Holanda. Assim, na legislação do Suriname, como na legislação da Holanda, há artigos de lei referentes a intérpretes dando assistência a imigrantes, porém, a seleção para a certificação de intérpretes no Suriname não acontece da mesma forma como na Holanda.

Na Holanda, existe a Lei de Tradutores e Intérpretes Juramentados. Essa lei é a substituição da Lei de Tradutores, em vigor de seis de maio de 1878 até primeiro de janeiro de 2009. Segundo a Lei de Tradutores, que precedeu a Lei de Tradutores e Intérpretes, após apresentar diplomas e/ou certificados da formação em tradução, o

tradutor é certificado. O tradutor, assim, era obrigado a cumprir com os artigos dessa lei e tinha o direito de assinar e carimbar os documentos traduzidos. Dentro dessa lei, não havia regras para intérpretes públicos, comumente chamados de intérpretes juramentados no Suriname — como me referirei a estes nesta dissertação. Por causa disso, no final do século XX, o Ministério da Justiça da Holanda iniciou um trajeto para melhorar a qualidade de serviços de intérpretes e tradutores. A nova lei entrou em vigor em primeiro de janeiro de 2009 e, conforme esta, o tradutor/intérprete primeiro faz uma solicitação para se registrar no Registro de Tradutores e Intérpretes Juramentados. Após isso ser feito, há uma verificação para saber se o profissional cumpre com os requisitos do registro e, em caso afirmativo, ele é registrado e posteriormente certificado. Os requisitos mais importantes dizem respeito a um bom conhecimento da língua alvo e de sua cultura, além de ética e competências da área. A renovação do registro é feita a cada cinco anos e uma nova verificação é feita.

No momento, não há uma política de imigração clara no Suriname que descreva quais formas de migração para o Suriname são desejáveis e como estes processos serão incentivados e facilitados; tampouco há regulamentação sobre migração. Também não há uma política comum de gestão dos impactos positivos quanto negativos de imigração e emigração, porém, existe sim regulamentação em diversas áreas. O Governo do Suriname realizou algumas ações para obter melhores percepções sobre tendências migratórias e para desenvolver uma política migratória. Em 1981, o Governo do Suriname instaurou o Instituto Migratório. As tarefas desse Instituto eram entre outras:

- a) coletar dados migratórios e trocá-los com outros países;
- b) fazer estudos sobre as causas de migração e as suas consequências em termos do desenvolvimento político, socioeconômico e educacional do Suriname;
- c) pesquisar possibilidades e regulamentações para reduzir os efeitos negativos da migração;
- d) aconselhar o Governo sobre assuntos migratórios.–

No entanto, esse Instituto foi abolido em 1987 e, em 2007, suas atribuições foram absorvidas pela segunda comissão para a Política Populacional do antigo Ministério do Planejamento e Cooperação para o Desenvolvimento, composta por representantes de diferentes ministérios. Esta comissão tratava da política de

imigração até também ser abolida e todas as atribuições serem absorvidas pelo Ministério das Relações Exteriores, que ampliou a sua política de migração. Os pontos de atenção da política de migração do Ministério das Relações Exteriores são, dentre outros:

- a) migração como ferramenta de desenvolvimento (mão de obra);
- b) diáspora e remessas;
- c) imigração e emigração;
- d) legislação e migração;
- e) estabelecimento de mecanismos de coleta de dados com todas as partes interessadas.

O quadro jurídico existente no momento referente à migração consiste em tratados regionais, bilaterais e leis nacionais. Os acordos regionais mais importantes, com respeito à migração, são o Tratado de Chaguaramas da Caricom e o tratado da Unasul. Além disso, o Suriname também assinou acordos com diversos outros países, no entanto, a maioria destes acordos tem a ver com reciprocidade de requisitos para os cidadãos dos países envolvidos. O resultado desse tratado com 23 países é que cidadãos daqueles países não necessitam de visto e, nesse grupo, o Brasil está incluído. A nível nacional, os instrumentos legais mais importantes referentes à migração incluem:

- a) a Constituição;
- b) a Lei dos Estrangeiros (1991), S.B, 1993, no. 3;
- c) o Decreto relativo aos estrangeiros (1995), S.B 1995, no. 85;
- d) o Decreto de autorização de trabalho para estrangeiros (1981) S.B 1981, no.162;
- e) o Código do Processo Penal;
- f) Tráfico de Pessoas descrito no Código do Processo Penal, S.B 2006, no. 42); e
- g) a recente lei de 2014 para pessoas de origem surinamesa (conhecido como tratado de PSA).

O Governo do Suriname atribui a diferentes ministérios os assuntos referentes a migrantes. Entre os ministérios e departamentos que trabalham com assuntos de migrantes, estão:

- a) o Ministério de Justiça e Polícia (Departamento de Assuntos de Estrangeiros);
- b) o Ministério da Defesa (Polícia Militar);
- c) o Ministério das Relações Exteriores (Departamento Consular);
- d) o Ministério do Interior (Escritório Central para Assuntos Cíveis); Escritório para Registro de Estrangeiros, Unidade de Integração e Migração; e
- e) o Ministério do Trabalho, Desenvolvimento Técnico e Meio Ambiente (Departamento para Autorizações de Trabalho para Estrangeiro).

O novo Código de Processo Penal do Suriname supramencionado foi promulgado em 1977 e, nos artigos referentes aos imigrantes, consta que, quando um imigrante estiver envolvido em um processo jurídico, ele tem direito, garantido em lei, a um intérprete. O direito a um intérprete é parte integrante do direito a um julgamento justo no direito internacional, pois, no artigo 6.3(e) da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, fica claro que aos acusados em uma ação criminal é concedido o direito à assistência gratuita de um intérprete quando estes não compreendem ou não falam o idioma do tribunal. Assim, no Suriname, em qualquer processo jurídico, seja este penal ou civil, um intérprete é indispensável.

2.1.1.1 IMIGRANTES NO PROCESSO JURÍDICO SEGUNDO O WvSv

Os artigos do WvSv referentes à imigrantes num processo jurídico são:

- a) o artigo 292.1 WvSv – S.B. 1977 no. 94 tem a ver com a admissão de intérpretes. Neste artigo, consta que o intérprete deve ter, no mínimo, 18 anos para ser admitido e ser juramentado, enquanto, no artigo 292.3, está claro que nem testemunhas nem juízes serão aceitos como intérpretes;
- b) o artigo 291.1 do WvSv – S.B. 1977 no. 94 diz que, no caso de o suspeito ou a testemunha desconhecerem o neerlandês — a língua oficial do país, comumente conhecido, em português, como holandês, que é como me referirei ao idioma nesta dissertação — a investigação é interrompida até um intérprete chegar para prestar assistência à investigação;
- c) o artigo 291.2 WvSv- S.B. no. 94 diz que, se o suspeito ou a testemunha tiver uma deficiência auditiva ou de fala, ele/ela poderá responder às perguntas por escrita, mas, caso esta pessoa não souber ler ou escrever bem, ele/ela pode ter a assistência de um intérprete (artigo 291.3);

- d) o artigo 291.5 consta que, no caso de a assistência de um intérprete ser necessária no tribunal, este pode ordenar a presença de um;
- e) o artigo 293, por sua vez, é referente à necessidade da assistência de um intérprete no tribunal. Nada que for falado ou lido será válido se não for interpretado. Então, se o intérprete não estiver presente, não haverá audiência porque esta não terá nenhuma validade;
- f) o artigo 178.1 tem a ver com a presença de um intérprete na audiência com o juiz de instrução. O intérprete deve ter, no mínimo, 18 anos e poderá ser nomeado pelo juiz de instrução no caso de o suspeito, a testemunha ou o especialista não compreenderem a língua holandesa. O item 178.4 diz respeito à convocação de um intérprete pelo juiz de instrução se for necessário e, nesse caso, o juiz deixa o intérprete declarar sob juramento que atuará da melhor forma possível.

2.1.2 A QUANTIDADE DE INTÉRPRETES PARA OS FALANTES DE PORTUGUÊS NO SURINAME

No Suriname, há muitos intérpretes juramentados nas mais diversas línguas, no entanto, muito poucos na língua portuguesa. O país tem onze intérpretes juramentados que fazem interpretações para a língua portuguesa segundo os dados do ministério do interior do Suriname, porém, somente sete atuam ativamente. Estes intérpretes atuam em todos os lugares onde um brasileiro necessita de assistência para poder entender o que está acontecendo em locais onde, por lei, o brasileiro precisa ter um intérprete para se comunicar. Estes lugares são: delegacia, tribunal, cartório e casamentos. Em eventos como congressos e reuniões, a lei não obriga a presença de um intérprete juramentado, porém estes são contratados por causa de sua experiência profissional.

Esses sete intérpretes atuantes prestam serviços para os dois grandes escritórios de interpretação/ tradução registrados no Suriname: o escritório Atics (*Antonius Translating Intermediating & Consultancy Services*) e o Itis (*International Translating & Interpreting Services*) Fundado em 19 de maio de 2006, o Atics é o mais antigo escritório particular de interpretação/tradução com um serviço muito amplo. Já o Itis foi fundado em 2016. Esses escritórios são apenas um ponto central que órgãos públicos acionam quando precisam do serviço de um intérprete juramentado, porém

não são responsáveis pelo trabalho do intérprete e também não dão a este profissional instruções sobre como ele deve conduzir seu trabalho.

Apesar de haver, no Ministério da Educação, um departamento de tradução, ele praticamente não funciona mais, uma vez que todos os tradutores/intérpretes trabalham de forma privada. Como resultado, este departamento recebe cada vez menos trabalho.

2.2 A Comunidade Brasileira no Suriname

O oitavo e último censo, feito no Suriname em 2012, não conseguiu responder com precisão à pergunta de quantos brasileiros moram no país. Segundo Ivan Sno, diretor do Escritório Geral de Estatística do Suriname, o ABS — sigla em holandês do nome do órgão —, nem sempre é possível encontrar imigrantes brasileiros, já que estes simples não se registram. Alguns não quiseram ser encontrados por estarem ilegais no país. Mas, de acordo com o resultado desse censo, 8.687 brasileiros estavam em território Surinamês em 2012.

Suriname, oficialmente chamado de República do Suriname, com a capital Paramaribo, é um pequeno país localizado na costa norte da América do Sul, limitado ao norte pelo oceano Atlântico, ao leste pela Guiana Francesa, ao sul pelo Brasil e ao oeste pela Guiana. Suriname, que se chamava Guiana Neerlandesa ou Guiana Holandesa, pelo fato de ter sido colônia dos Países Baixos entre 1667 e 1954, se tornou uma parte autônoma do Reino dos Países Baixos em 1954 até conseguir a sua independência em 1975 e adotar o nome de Suriname.

O país tem aproximadamente 600 mil habitantes e possui uma cultura multiétnica por causa dos vários grupos étnicos existentes no país, nenhum dos quais constitui a maioria absoluta. Contudo, mesmo sendo um país pequeno com pouco mais de meio milhão de habitantes, o Suriname tem um número bastante elevado de imigrantes brasileiros. O idioma oficial é o holandês apesar de o Sranantongo, ou Sranan, uma língua franca baseada no inglês, ser bastante usada no país e ser vista com muita importância. O idioma oficial é falado por poucos brasileiros, porém o Sranantongo é uma língua que os imigrantes aprendem com mais facilidade.

Figura1. Mapa de localização do Suriname.



Fonte: <https://pbrasil.wordpress.com/2010/01/03/brasil-impediu-acao-americana-no-suriname/>

Um migrante é uma pessoa que vive em um país diferente daquele do seu nascimento. A imigração internacional é de um país para outro. Essa forma de imigração pode ser forçada, como no caso de escravizados ou prisioneiros, mas também voluntária por motivos econômicos. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) define um migrante como qualquer pessoa que se mude ou se desloque através de uma fronteira internacional ou dentro de um Estado longe do seu local habitual de residência, independentemente do estatuto legal da pessoa, do movimento ser voluntário ou involuntário, das causas do movimento ou da duração da estadia.

Parece que ninguém sabe ao certo quantos Brasileiros residem no país, uma vez que cada órgão surinamês dá uma estimativa. Já conforme as estimativas referentes ao ano de 2020 do Ministério das Relações Exteriores com respeito à comunidade brasileira no exterior, 30 mil brasileiros moram no Suriname.

Durante a apresentação de sua pesquisa sobre os brasileiros na Hugo Olijveldhuis, na Holanda, em 16 setembro de 2017, a antropóloga Dra. Margo de Theije disse que não se sabe ao certo quantos imigrantes brasileiros moram no país e que, segundo o último censo, a estimativa é de 20 mil, mas é muito possível que esse número seja duas vezes maior. A antropóloga explicou a chegada dos imigrantes brasileiros dizendo que, desde os anos noventa, um grande número de garimpeiros veio ao Suriname, porque, naquela época, várias minas no Brasil fecharam e o Suriname virou o novo Eldorado para esses brasileiros. Aragón (2009, p. 192, tradução nossa) explica a chegada de muitos imigrantes brasileiros da seguinte forma: “O aumento internacional dos preços do ouro impulsionou o fluxo migratório de brasileiros para o Suriname nos últimos 20 a 25 anos. Então, um novo período de ‘febre do ouro’ começou novamente”.

De acordo com a antropóloga de Theije (2007), 75% dos garimpeiros no interior do Suriname são brasileiros e 25% são quilombolas. Como a maioria dos brasileiros prefere trabalhar com os seus conterrâneos por causa da barreira da língua, a cultura (língua, música, televisão) claramente notável na comunidade dos garimpos é brasileira. Além de garimpeiros, também há trabalhadoras do sexo e comerciantes no país.

De acordo com de Theije (2007), a maioria dos brasileiros no Suriname vem das regiões pobres do Norte e Nordeste, em especial do estado do Maranhão e do Pará. Estes brasileiros têm um nível educacional baixo e alguns são até analfabetos. Eles são imigrantes econômicos porque vieram para o Suriname com o único propósito de ganhar dinheiro e voltar para o Brasil. Os brasileiros também são vistos na capital Paramaribo. Em Paramaribo, eles têm sua própria comunidade do mesmo jeito que têm no garimpo. Esta comunidade, reconhecível em Paramaribo, é chamada ‘Klein Belém’ (Pequeno Belém). Theije acredita que os brasileiros não tentam se integrar. Na cidade, eles ficam mais na comunidade brasileira e preferem trabalhar com brasileiros. Eles somente vivem a sua própria cultura. Os brasileiros não falam a língua do país e a maioria reproduz somente a sua cultura. Porém, como o Suriname tem uma comunidade multicultural, a integração acontece facilmente e de forma bem natural.

Segundo o Presidente da Associação de Brasileiros no Suriname (ABS), José Paulo Ribeiro, o número de imigrantes brasileiros no Suriname é de aproximadamente 22 mil. Ele explica que, nos anos 1990, chegaram os primeiros brasileiros ao Suriname e, durante o governo do presidente Jules Wijdenbosch (1996–2000), foi criado um projeto para os estrangeiros que permitia que eles carimbasse os passaportes de seis em seis meses, podendo, dessa forma, permanecer legalmente no país. Esse projeto teve sucesso, porque, em mais ou menos quatro anos, o número de imigrantes brasileiros dobrou e chegou a aproximadamente 40 mil. Porém, em 2008 foi iniciada a operação Clean Sweep, que teve como propósito acabar com a ilegalidade nos garimpos do Suriname e ordenar essa área. Essa operação foi bastante dura na comunidade brasileira, que trabalhava nos garimpos no interior do Suriname. Grandes grupos de brasileiros, em torno de 2500, foram presos e deportados. Muitos deles não voltaram para o Suriname. Não muito tempo depois, aproximadamente 15 mil brasileiros saíram do Suriname, migrando para os países vizinhos, a Guiana e a Guiana Francesa.

Assim, fica claro que não é muito fácil saber ao certo quantos imigrantes brasileiros estão no Suriname nesse momento. Mas, de qualquer jeito, os brasileiros são bem visíveis na comunidade surinamesa.

Os dados da embaixada brasileira no Suriname não são diferentes dos do Presidente da Associação de Brasileiros. De acordo com o Ministro Carlos Moscardo, durante uma curta entrevista em junho de 2020, o número de brasileiros no Suriname foi aumentando aos poucos. Antes de 1991, era um número não significativo, mas o aumento foi visível a partir deste ano. Essa comunidade brasileira foi trazida para o Suriname por incentivo de um francês, cujo nome é desconhecido, para operar dragas. Após isso, vieram novos grupos, incentivados por Ronni Brunswijk, dono de várias concessões no Suriname e atualmente o vice-presidente do país. Esse número foi crescendo à medida que o preço do ouro se valorizava. Segundo o Ministro, a população de brasileiros chegou a aproximadamente 50 mil naquela época.

Em 2012 o preço do ouro desvalorizou e o preço do óleo diesel aumentou muito. O resultado disso foi que o garimpo não estava dando o lucro de antes e isso desestimulou os brasileiros a permanecerem no Suriname. Muitos foram para os países vizinhos Guiana inglesa e francesa e outros voltaram para o Brasil. O Ministro Moscardo acredita que, hoje em dia, há em torno de 15 mil brasileiros no garimpo e

entre 5 a 10 mil na capital Paramaribo. A comunidade em Paramaribo está voltada para o garimpo com serviços tais como supermercados e compras de ouro. Os serviços estão muito pouco voltados para o público em geral.

De acordo com a informação do Ministro Moscardo, brasileiros foram presos pela polícia do Suriname por diferentes motivos, porém, atualmente, muito poucos são presos. Pelo seu levantamento, no ano de 2020, o número de brasileiros presos não ultrapassou vinte cinco.

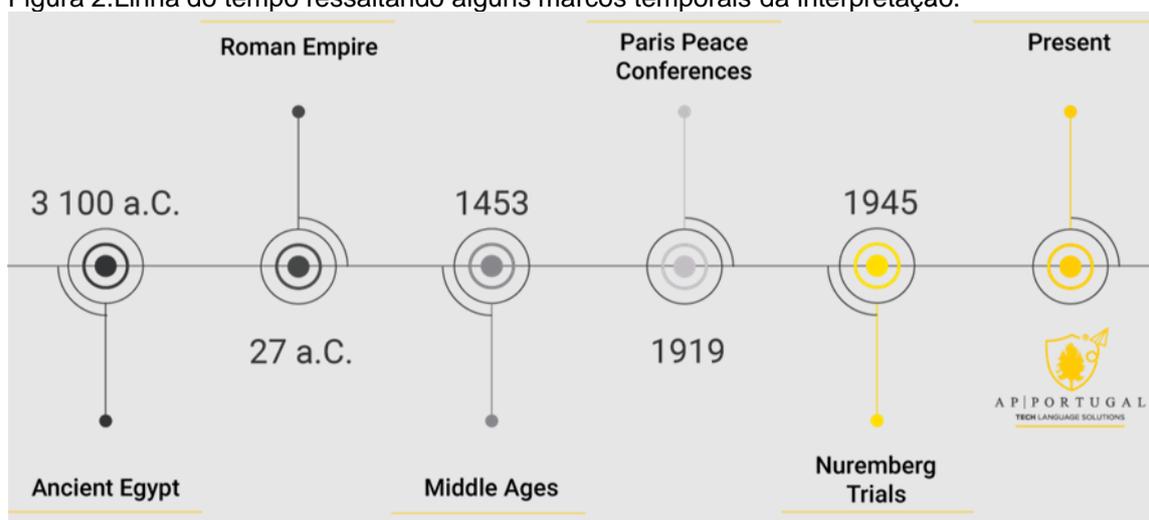
A embaixada brasileira não tem acordo para dar assistência aos brasileiros presos. Isso porque, dentro da legislação do Suriname, já consta a assistência de estrangeiros que não entendem a língua do país. Essa assistência tem a ver com a presença de um intérprete juramentado durante todo o processo jurídico do estrangeiro. Porém, a embaixada brasileira faz visitas humanitárias de dois em dois meses aos brasileiros encarcerados.

3 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA INTERPRETAÇÃO

Nesta seção, discutiremos brevemente a história da interpretação, a diferença entre a tradução e a interpretação, bem como a diferença entre interpretação simultânea e consecutiva. Além disso, discutiremos, em linhas gerais, os diferentes tipos de interpretação e a interpretação em contexto judicial no Suriname, apontando os diferentes ambientes onde um intérprete juramentado atua.

3.1 A HISTÓRIA DA INTERPRETAÇÃO

Figura 2. Linha do tempo ressaltando alguns marcos temporais da interpretação.



Os intérpretes têm uma longa história e estão presentes nas sociedades há muitos anos. O primeiro relato é do terceiro milênio a.C, referente a um baixo-relevo egípcio no túmulo de um príncipe, onde uma referência é feita a um supervisor intérprete. Existem também relatos do Egito Antigo que indicam que a atividade de intérprete estava principalmente ligada à Administração Pública. Além do mais, na Grécia Antiga e no Império Romano, há relatos da existência de intérpretes nas áreas de administração, comércio, religião e no exército. Durante a Idade Média, os intérpretes trabalhavam em mosteiros, conselhos, sinagogas, expedições de negócios, incursões militares e reuniões diplomáticas. Foi no período da Era da Descoberta que Cristóvão Colombo constatou que o seu intérprete de árabe e hebreu de pouco lhe serviu para comunicar com os indígenas nas Américas. Consequentemente, e, após essa primeira viagem, ele decide capturar alguns indígenas e ensinar-lhes o espanhol para que lhe pudessem ser úteis como intérpretes na expedição seguinte. O mesmo aconteceu com espanhóis que estiveram presos

pelos indígenas e que aprenderam a língua e os costumes deles, servindo depois também de intérpretes. (AP | PORTUGAL, 2012).

No início do século XX, surgiu a interpretação simultânea. Esse modo de interpretação surgiu a partir das circunstâncias geopolíticas do período da primeira Guerra Mundial (1914–1918). Nesse período, qualquer pessoa que pudesse fazer a ponte entre as unidades militares que não se entendiam era muito importante para a máquina de guerra. Essas pessoas ficaram conhecidas como intérpretes de guerra. O período da primeira Guerra Mundial foi um em que muitos intérpretes tiveram a oportunidade de exercitar o trabalho de interpretação. No final da guerra, alguns deles trabalharam como mediadores linguísticos na Conferência de Paz, que aconteceu em Paris em 1919. Essa Conferência de Paris foi a primeira grande conferência multilateral em que a interpretação foi sistematicamente usada nas duas línguas oficiais. Esse processo de paz depois do armistício exigiu a comunicação direta entre os líderes dos poderes aliados, que deveriam traçar a nova ordem internacional. Nessa conferência, os representantes dos quatro países vitoriosos (França, Itália, Reino Unido e Estados Unidos) se encontraram para discutir vários assuntos e chegaram, entre outros acordos, à assinatura do Tratado de Versalhes e à criação da Liga das Nações. Assim, a profissão de intérprete começou a se manifestar nessa Conferência de Paz de Paris, pelo fato de que os políticos queriam falar nas suas línguas de origem e não somente no francês, a língua da diplomacia. Dessa maneira, chegou ao fim o monopólio de francês como a língua franca.

O objetivo da Conferência de Paz era estabelecer os termos da paz depois da Guerra Mundial. Durante as reuniões que precederam a Conferência de Paz, ficou claro que o uso de francês como a única língua diplomática era bastante ultrapassado. O inglês foi admitido em nível igual ao francês a partir do estabelecido no artigo onze do regulamento geral da Conferência. Dessa forma, o francês e o inglês eram as línguas oficiais da conferência. Discursos em francês eram resumidos em inglês e vice-versa, mas, durante a conferência, foi necessário interpretar em várias línguas e vários intérpretes faziam interpretações a partir de sua língua nativa. Sob o artigo 11 do Regulamento Geral, existiam dois tipos de intérpretes: aqueles que faziam a interpretação entre as duas línguas, o francês e o inglês; e aqueles que foram escolhidos pelas delegações para fazer e interpretação em outra língua. Todavia,

como muitos países não mencionaram o uso de intérpretes, não ficou claro quantas pessoas de fato atuaram como tal na Conferência.

De acordo com Mikkelson (2000), a história de interpretação de tribunal é tão antiga quanto a prática das leis. Há relatos que dizem respeito à presença de intérpretes em tribunais antes da colonização das Américas e também da África do Sul, anteriores ao século XVII. Contudo, “o grande marco do cenário histórico da interpretação de tribunal foi o julgamento de Nuremberg, entre 1945 e 1948, na Alemanha, para julgamento dos nazistas, e entre 1946 e 1948 em Tóquio, no Japão, para julgamento dos japoneses envolvidos na Segunda Guerra Mundial”. (DELISLE;WOODSWORTH, 1998 apud GINEZI, p.30)

Conforme Pagura (2010), em sua tese *A interpretação de conferência no Brasil: a história de sua prática profissional e a formação de intérpretes brasileiros*, o registro mais antigo encontrado sobre um grande evento internacional de interpretação no Brasil é o da Conferência Pan-Americana das Organizações dos Estados Americanos, OEA, em agosto e setembro de 1947, no qual Vernon Walters, Adido Militar Assistente da Embaixada Americana, atuou como intérprete entre o inglês, português e espanhol. Ainda de acordo com Pagura (2010 p. 70), “é interessante mencionar que se repete, no caso brasileiro, uma característica comum na história da interpretação: a atuação, em seus primórdios, de militares como intérpretes que não seguem carreira de intérprete”.

Além disso, Pagura (2010) relata, em sua tese, que a interpretação simultânea começou no Brasil em 1948, quando um congresso internacional da Associação Pan-Americana de Saúde (Opas) foi realizado no Rio de Janeiro. A organização trouxe equipamentos IBM para interpretação simultânea e assim estreou a interpretação simultânea no Brasil.

3.2 Interpretação

O processo de interpretação, diferentemente da tradução, é bastante complexo. Isso porque, enquanto no segundo, há tempo de ler, compreender e traduzir um texto várias vezes até chegar à versão final, o primeiro é um processo em que a conversão da mensagem na língua de origem para a língua alvo acontece em tempo real. Nesse contexto, a interpretação consiste em três fases principais, a saber: compreensão, conversão e proferimento (GINORE & SCIMONE, 1995). Hale (2004) explica que a compreensão da mensagem pode ser afetada por fatores tais como o conhecimento

do idioma, do assunto, do contexto, da cultura institucional, bem como pela cultura do orador, além da coerência deste e do seu estilo de apresentação. Não podemos esquecer, finalmente, que a fase de compreensão também pode ser afetada pelo próprio intérprete, já que esta é uma pessoa que converte a mensagem de outra pessoa da sua própria forma subjetiva (WADENSJÖ, 1998).

De acordo com Mei Deiming (2000), a interpretação é uma ação comunicativa que transmite uma língua para outra língua oralmente de uma forma precisa e rápida para assim fazer uma troca de informações. Assim, o intérprete tem o papel de um “negociador” (LIU BIQING, apud International Journal of Science, 2015 p. 220) pelo fato de fazer a intermediação entre os grupos que falam diferentes línguas. Nessa conversão da mensagem da língua fonte para a língua alvo, o intérprete, ao receber a mensagem no idioma de origem, tem que se concentrar na informação e, depois disso, fazer uma avaliação da memorização da mensagem a partir de anotações ou da memória, entendendo as conotações da informação, analisando o significado e visualizando-o de forma não verbal. Em seguida, deve converter a língua de entrada para a língua de chegada (Xiaofeng Li, 2015).

Kohn and Kalina (1996, p. 118, tradução nossa) afirmam:

A interpretação é um tipo especial de interação comunicativa, que ocorre quando membros de diferentes comunidades linguísticas se envolvem em comunicação entre línguas/culturas, usando intérpretes como mediadores interlinguais.

A interpretação facilita a comunicação oral entre os usuários de línguas diferentes, seja de forma simultânea ou consecutiva. Para fazer essa conversão, o intérprete tem poucos segundos e precisa escolher, em tempo real, qual será o vocabulário mais adequado na língua alvo para processar fielmente a mensagem em uma interpretação equivalente. Os intérpretes não têm a liberdade para organizarem as sequências de informações e ideias. Eles precisam seguir o rumo e a velocidade escolhidos pelo orador (GILE, 1995). Segundo XiaoFeng Li (2015), o intérprete está no papel de negociador ou coordenador durante a comunicação para alcançar um entendimento mútuo. Dessa maneira, na tarefa do intérprete, não está somente incluída a transferência entre duas línguas, mas também a tarefa de remover as diferenças e obstáculos culturais para assim obter uma comunicação mais eficiente e satisfatória.

A interpretação pode ser dividida em vários tipos, sendo eles (YANG CHENG SHI apud Xiaofeng Li, 2015):

- a) a interpretação de conferência, que é uma forma usada em diversas reuniões ou conferências;
- b) a interpretação jurídica, que acontece no tribunal ou em qualquer tipo de caso judicial;
- c) a interpretação de transmissão, que serve para interpretação de filmes, vídeos ou programas de rádio ou televisão.

Qualquer tipo de interpretação de línguas serve para fazer uma ponte de linguagem e barreira cultural. Os dois grupos principais de interpretação são a consecutiva e a simultânea. Na interpretação, a mensagem a ser interpretada é convertida da língua fonte para um discurso equivalente em uma língua diferente. A fase da conversão começa quando o intérprete começa a fazer uma escolha mental sobre a melhor maneira de interpretar a mensagem (Hale, 2004). O profissional, nesse contexto, tem muito pouco tempo para fazer a conversão da língua fonte para a língua alvo, “muitas vezes escolhendo a primeira palavra que vem à mente e torna o texto interpretado simples e fácil de entender” (Xiaofeng Li, 2015, p. 221). Para fazer isso, ele tem que “ser proficiente em compreensão auditiva para entender o significado de forma precisa e completa” (Xiaofeng Li, 2015, p.221).

3.2.1 A INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA

A interpretação simultânea iniciou-se em 1945, durante o Tribunal de Nuremberg, criado no final da Segunda Guerra Mundial. Os juízes que presidiam o tribunal eram da Grã Bretanha, França, União Soviética e dos Estados Unidos. Os réus eram vinte e dois nazistas que estavam sendo responsabilizados por seus atos contra os direitos humanos durante o Holocausto. Como o julgamento tinha que ser justo e rápido, era inevitável que o processo todo fosse interpretado em línguas que todos entendiam, a saber o inglês, russo, francês e alemão. Até então, a interpretação consecutiva era a forma típica de interpretação. Esse julgamento requeria uma técnica mais rápida de interpretação. O tenente do exército americano Leon Dostert encontrou a solução. Com a ajuda da IBM (International Business Machines), ele desenvolveu microfones e fones de ouvido para que a combinação de línguas pudesse ser transmitida claramente. Além disso, o tenente contratou e treinou os intérpretes em

essa nova forma de interpretação. Dostert foi o intérprete chefe que liderou três equipes, conseguindo fazer a interpretação das várias línguas simultaneamente.

A interpretação simultânea é um modo de interpretação na qual a comunicação verbal é passada para a língua alvo imediatamente. Por causa do fator tempo, algumas vezes, somente as ideias gerais de cada frase são passadas, porque não há espaço para uma tradução mais literal. De acordo com Luciano (2005), “a tarefa do intérprete simultâneo consiste em escutar, analisar e compreender o fluxo contínuo de palavras; moldar e ajustar, mentalmente, a mensagem para as convenções linguísticas da língua alvo e transmitir a sua versão para os receptores do discurso”. Ele deve saber se concentrar em duas coisas ao mesmo tempo. Enquanto ele ouve e presta atenção a um discurso, ele o converte para a língua alvo e tem que prestar atenção a sua própria interpretação deste discurso. Jones (2002) compara a interpretação simultânea com o ato de tocar piano, porque acredita que o pianista precisa aprender a tocar com as duas mãos e a coordená-las. A coordenação dessas duas ações é um processo que acontece de uma forma rápida e imediata. Enquanto o intérprete ouve a mensagem e começa a etapa de conversão em sua cabeça, ele também tem que monitorar a velocidade da sua fala e a sua articulação para que os receptores da mensagem possam entender tudo de forma clara. Para o intérprete simultâneo, não existe repetição: ele não pode pedir ao orador para repetir a sua mensagem ou para explicar a ele o que ele disse, caso haja alguma dúvida sobre o discurso do orador. Como a interpretação acontece em tempo real, o intérprete tem que mudar a mensagem para a língua alvo o mais rápido possível enquanto o orador do idioma original continua falando. O intérprete não tem a possibilidade de consultar recursos como dicionários para ajudá-lo. Enquanto estiver interpretando, o intérprete se senta numa cabine à prova de som, fala em um microfone e ouve claramente o orador da língua de origem através de fones de ouvido. A interpretação é passada para os ouvintes da língua alvo por meio de seus fones de ouvido. “Esse modo de interpretação tem um grau de dificuldade técnica bastante grande para o intérprete” (Xiaofeng Li ,2015), porque o profissional praticamente não tem tempo de estruturar a mensagem na língua alvo pelo fato de a conversão ser imediata. Como esse tipo de interpretação é muito usado em conferências, ele também é chamado de interpretação de conferências. Hoje em dia, as organizações internacionais como as Nações Unidas geralmente fazem uso da interpretação simultânea.

3.2.2 A INTERPRETAÇÃO CONSECUTIVA

A interpretação consecutiva é um tipo de interpretação bastante antigo. Os dados não são muito claros, mas provavelmente esse tipo de interpretação foi usado por tribos pré-históricas quando uma queria se comunicar com outra.

Seleskovitch (1978, p. 123, tradução nossa) define a interpretação consecutiva da seguinte maneira:

Na interpretação consecutiva, o intérprete não começa a falar até que o orador original parar de falar. Portanto, há tempo para ele analisar a mensagem como um todo, o que torna mais fácil para ele entender o significado. O fato de ele estar presente na sala e de o orador ter parado de falar antes de ele começar significa que ele fala com os ouvintes cara a cara e realmente se torna o orador.

Seleskovitch (1978) mostra claramente que a interpretação consecutiva fornece espaço ao intérprete para produzir a sua interpretação após o falante da língua fonte proferir o seu discurso, porém não indica com precisão quanto tempo o falante deve falar e depois pausar para que o intérprete possa passar a sua mensagem para a língua alvo. Gile (2004) fala com mais precisão do fator tempo quando diz acreditar que, na interpretação consecutiva, o orador deve falar por alguns minutos enquanto o intérprete faz anotações. No momento em que ele parar de falar, o intérprete passa a sua mensagem para a língua alvo para que uma frase completa possa ser interpretada em vez de partes de uma frase. Lebesse (2018) acredita que a interpretação de uma frase completa ajuda os ouvintes a entenderem o assunto por completo, porque, quando o orador interrompe a sua fala no meio da frase, isso poderá levar a um mal-entendido, já que o interrompimento da fala de um orador implica uma potencial perda de informações, uma vez que existe a possibilidade de orador começar uma frase nova sem ter terminado a anterior. De acordo com De Jongh (1992), o modo consecutivo funciona melhor durante o processo jurídico, na medida em que neste é necessário um nível mais alto de precisão. É exatamente este modo o preferido no Suriname durante processos jurídicos.

O processo consecutivo é evidente, já que, enquanto o orador estiver falando, o intérprete grava a informação na memória ou pode anotá-la. Logo em seguida, o intérprete converte essa mensagem da língua fonte para a língua alvo. Com esse tipo de interpretação, o intérprete tem um pouco mais de tempo para reproduzir e colocar a mensagem na estrutura correta, porque ele espera o orador parar a sua fala antes de passar o que foi dito para a língua alvo. O processo da interpretação consecutiva

pode durar duas vezes mais do que a simultânea. Esse tipo de interpretação pode ser subdividido em interpretação longa consecutiva e interpretação consecutiva curta.

A interpretação consecutiva longa é geralmente usada quando o orador tem que dar uma explicação ou descrever certos aspectos de um assunto. Também é adequada para ocasiões oficiais ou diplomáticas nas quais o falante precisa passar a sua mensagem inteira sem interrupções. Pelo fato de que, durante a consecutiva longa, o tempo de fala do orador é maior e sem pausas, não deixa de ser um modo bem desafiador para o intérprete, na medida em que ele precisa memorizar muita informação antes de passá-la para a língua alvo. Para realizar essa forma de interpretação consecutiva, o intérprete precisa de uma boa memória. Somente um bom conhecimento do idioma não é suficiente (PÖCHHACKER, 2010), já que, na consecutiva longa, o orador não fala somente uma frase, mas uma passagem inteira, que pode ter uma duração de até cinco minutos, sendo essa passagem a passada completamente para a língua alvo. Como indicam as palavras, a interpretação consecutiva longa tem frases mais longas e o comprimento da mensagem fornece espaço ao falante para dar explicações ou descrever certos aspectos, porém, para deixar o estrangeiro fazer todo o seu discurso sem causar interferência, o intérprete geralmente faz anotações enquanto o falante profere o seu discurso e assim consegue passar a mensagem na língua fonte para a língua alvo com mais precisão.

Geralmente, na consecutiva curta, também conhecida como interpretação dialógica ou intermitente (GINEZI, 2012), o falante somente diz uma ou duas frases ou, às vezes, somente parte de uma frase. Nessa forma, o intérprete tem pouca informação para memorizar e não precisa guardá-la por muito tempo na memória. A consecutiva curta não é nada fácil pelo fato de toda forma de interpretação envolver algum tipo de esforço da memória (GILE, 1995). A memória de curto prazo é fundamental. Essa forma é bastante interativa e a troca entre o orador e o intérprete é bastante rápida. Esse modo pode bem ser usado quando existe uma interação ativa entre o orador e o público, como durante uma palestra ou uma sessão de perguntas e respostas para com o público.

De qualquer jeito, sendo ela longa ou curta, a interpretação consecutiva é mais demorada do que a interpretação simultânea. O intérprete faz a tradução do conteúdo ao público sem fazer uso de equipamentos. Os únicos instrumentos que esses intérpretes usam são um caderno e uma caneta para poder fazer anotações da

mensagem passada pelo orador. O intérprete presta atenção à mensagem na língua fonte e, enquanto faz isso, analisa, e anota as palavras, os números, nomes e as conexões entre as frases e as passagens. É um tipo muito usado em reuniões de negócios, coletivas de imprensa, tribunais, grandes conferências, reuniões bilaterais, entrevistas, painéis de discussão, escolas e hospitais.

3.3 A interpretação em contexto

A profissão de intérprete também é de longa data no Suriname. Os intérpretes juramentados fazem interpretações oficiais nas diversas línguas faladas e ouvidas nesse país, porém a denominação não é adaptada ao contexto no qual o profissional atua. Como em uma conferência ou no tribunal, o profissional é sempre denominado de intérprete juramentado no país e não, por exemplo, de intérprete de conferência. O termo “intérprete comercial” (Ginezi, 2012) não é conhecido nem usado. São esses intérpretes juramentados que exercem a função de intérpretes no tribunal, também conhecida, em alguns países como a interpretação forense ou interpretação judicial. Muitos países usam várias denominações para essa modalidade, dependendo do contexto, tais como “legal interpreting, court interpreting, public service interpreting, contact interpreting, dialogue interpreting, interpretación social etc” (ORTEGA-HERRAÉZ, 2004).

É importante entender que a interpretação forense não é simplesmente converter termos legais de uma língua para a outra, mas uma “ferramenta de implementação do devido processo legal e de asseguarção de ampla defesa e do contraditório no processo penal” (NORDIN, DE ALMEIDA 2017, p. 7). Isso porque, com a interpretação correta, o réu estrangeiro tem a possibilidade de uma defesa plena perante uma autoridade judicial, uma vez que ele poderá ser compreendido e poderá compreender o processo penal. Assim, a função do intérprete forense é “permitir que o réu esteja presente de forma linguística em todas as etapas do processo” (NORDIN, DE ALMEIDA 2017, p. 8). Nordin e de Almeida (2017, p. 9) definem a interpretação forense como:

a atividade profissional específica dos intérpretes que atuam em audiências judiciais, cíveis ou criminais, atividade essa que exige não só o pleno domínio das línguas que serão interpretadas e das técnicas de interpretação, como da intimidade e da desenvoltura com a terminologia técnico-jurídica bem como com os ritos e procedimentos judiciais.

Davidson (2000) e Pöchhacker (2010) explicam que a interpretação forense acontece no tribunal. Stern (2011, p. 221, tradução nossa) define essa interpretação como:

um ramo da interpretação conduzido quando falantes de diferentes línguas tem que se comunicar em ambiente jurídico ou parajurídico, durante uma prisão, nas delegacias, em prisões, em escritórios de advogados, em tribunais e também em questões que tem a ver com asilo, imigração e questões aduaneiras.

Mikkelson (1999) tem mais ou menos a mesma definição da interpretação forense, explicando que essa é a interpretação que acontece no tribunal ou em lugares semelhantes. As definições de Stern (2011) e Mikkelson (1999) têm a ver com o espaço onde o intérprete forense atua e não com o tipo de trabalho que ele faz. Seguindo essa linha de pensamento, vemos que o espaço distingue a modalidade.

A África do Sul, por exemplo, tem uma longa tradição de intérpretes forenses, desde o início dos tribunais de justiça no século XIX. Muitos desses intérpretes são funcionários públicos com uma carreira estruturada e estabelecida, em uma hierarquia que vai de intérprete forense júnior, passando por intérprete sênior, intérprete chefe e inspetor até inspetor-chefe. O movimento ascendente dos intérpretes forenses depende do tempo de serviço e da competência. Após cada promoção, os intérpretes passam para níveis superiores. O sistema da África do Sul seria um bom modelo para outros países seguirem por suas vantagens enquanto serviço de interpretação, oferecendo, dessa forma, aos intérpretes uma carreira estruturada com um serviço padronizado.

Em vários países, se referem ao intérprete em uma conferência como intérprete de conferência, e o intérprete no tribunal como intérprete forense. Porém, no Suriname, usa-se o termo intérprete juramentado em todos os contextos.

Nos Estados Unidos, a interpretação forense é feita no modo simultâneo. De acordo com alguns autores como Gonzalez et al (1991), o modo consecutivo é somente usado para o interrogatório de testemunhas. Em outros países, como o Suriname, a interpretação forense é sempre feita no modo consecutivo.

Morris (1995) tem uma definição um pouco mais ampla do trabalho do intérprete forense, dizendo que a interpretação forense não acontece somente no tribunal, mas também é uma atividade em que o intérprete faz uma decodificação da mensagem e tenta passar a sua compreensão dos significados e intenções do locutor. Essa definição destaca o papel do intérprete e como o intérprete pode ser influenciado por

diversos fatores, tais como a proficiência nas duas línguas, o conhecimento da cultura, a experiência e a formação educacional.

A definição de Gonzalez et al (1991) explica a interpretação forense como a interpretação legal, judicial e /ou forense. Fica claro então que a interpretação forense é aquela que é feita nos tribunais e durante qualquer tipo de ação judicial, como na delegacia ou no escritório de um notário.

Roberts, no entanto, (1997) vê uma definição mais ampla da interpretação forense e, por isso, sugere encaixá-la sob o termo interpretação comunitária. A interpretação no tribunal ou em processos legais não deixa de ser uma interpretação comunitária, já que esta é um serviço público no qual o serviço legal está incluído (Community Interpreting in Canada, 2007). Para Jiang (2007), a interpretação forense é parte da interpretação comunitária por essa modalidade ter tudo a ver com situações comunicativas institucionais.

Como a lei do Suriname exige que o intérprete juramentado atue em vários âmbitos e em várias situações, este profissional também pode ser visto como um intérprete comunitário, porque, de acordo com Wadensjö, (1998) a interpretação comunitária é provavelmente a forma de interpretação mais comum no mundo. Ela se refere à prestação de serviços públicos ou comunitários para facilitar o processo de comunicação em ambientes como agências governamentais, ambientes jurídicos e departamentos de imigração (Wadensjö 2001).

Carr et al. (1997) explicam a interpretação comunitária como o tipo de interpretação no qual pessoas que não dominam a língua oficial do país têm a possibilidade de se comunicar com prestadores de serviços públicos para que elas possam ter acesso igual a serviços legais, governamentais, sociais, de educação e saúde. As opiniões com respeito à interpretação forense são diversas. Alguns autores acreditam que a interpretação comunitária é um termo que abrange interpretação forense e médica (Mikkelsen 2000), enquanto outros, especialmente aqueles que trabalham na área de interpretação forense, consideram que a interpretação forense não é parte da interpretação comunitária. Gentile (1997, pp. 117–118, tradução nossa) considera a falta de precisão com respeito ao termo interpretação forense bastante frustrante e confuso e acredita que, enquanto não houver uma boa descrição desse modo de interpretação, haverá um efeito adverso na profissão:

A interpretação comunitária vai continuar sendo um modo de interpretação de segunda categoria, que não vai receber uma atenção específica em termos de estatuto, formação, remuneração e estudo... Isso acontece basicamente porque não descreve um ambiente que é facilmente reconhecido como uma área de interpretação, nem usa termos desprovidos de ambiguidade; o termo comunidade pode ser aplicado a uma comunidade que participa de uma conferência, a uma comunidade que mora em uma área, a uma comunidade de pessoas interessadas em um único assunto ou uma comunidade de falantes de um determinado idioma.

Pelo fato de a interpretação forense ser feita no tribunal, ela está sujeita às normas da lei e do sistema legal. O réu, testemunha ou litigante estrangeiro tem direito da presença de um intérprete em grande parte dos países no mundo (Mikkelson, 2000) e, no Suriname, esse direito nunca é negado. Por isso, o intérprete juramentado sempre estará presente, por lei, durante qualquer ação legal.

De acordo com Hale (2007), a interpretação legal inclui diferentes áreas jurídicas, como entrevistas e interrogatórios policiais, encontros entre advogado e cliente, audiências e julgamentos.

Shuttleworth e Cowie (1997) têm praticamente a mesma visão, na medida em que acreditam que a interpretação de tribunal não acontece somente no tribunal, acontecendo também na delegacia, no presídio e na imigração, assim coincidindo com conceitos de outros pesquisadores. Dessa forma, fica claro que a interpretação forense não acontece somente no tribunal, mas se realiza em um ambiente legal, onde é realizada alguma atividade relacionada à lei.

No Suriname, usa-se o termo intérprete juramentado para se referir a um intérprete que atua em qualquer âmbito onde, por lei, este profissional tem que estar presente. Contudo, seguindo a definição de Hale e Stern, o intérprete juramentado é um intérprete forense, já que ele trabalha em lugares como a delegacia, o cartório e o tribunal, mas não se usa essa denominação no país. Procurar um outro termo para distinguir a atuação do intérprete juramentado é difícil, já que o termo intérprete jurídico dá a impressão de que esse profissional somente atua no tribunal. Entretanto, como ele atua em muitos outros lugares onde, por lei, ele deve estar presente, ele pode se encaixar no termo de intérprete forense.

De acordo com a Associação Nacional dos Intérpretes e Tradutores Forenses (National Association of Judiciary Interpreters & Translators -NAJIT) dos Estados Unidos, intérpretes podem ser encontrados para trabalhar em vários âmbitos, como em conferências, em hospitais além de acompanhando visitantes de outros países.

Porém, a profissão de intérprete forense se enquadra em uma outra categoria na qual estão os profissionais que trabalham no tribunal interpretando processos judiciais ou aqueles profissionais que atuam em âmbitos quase judiciais, ou seja, aquela situação que acontece fora do âmbito judicial, como conversas entre advogado e/ou a testemunha ou o acusado. A NAJIT (2016, tradução nossa) considera que:

Intérpretes forenses são indivíduos altamente qualificados, que têm um papel essencial na administração da justiça ao fazer uma interpretação completa, imparcial e fiel entre falantes da língua inglesa e aqueles que não falam inglês ou têm uma proficiência limitada de inglês, os litigantes, as vítimas ou a testemunhas. Eles são oficiais imparciais do tribunal com o dever de servir ao processo judicial.

Para essa Associação, intérpretes forenses são colocados em uma categoria separada de alta qualidade, uma vez que muitas responsabilidades são esperadas deles. Por isso, muitos estados e o governo federal estabeleceram requisitos de certificação para intérpretes forenses, que incluem exames de certificação, além de treinamento profissional regular em técnicas de interpretação e ética. Além disso, os intérpretes forenses estão sujeitos a códigos de ética. Os tribunais estaduais e federais também impõem seus próprios padrões éticos.

O principal objetivo do intérprete é fazer a interpretação para os estrangeiros para que haja uma boa comunicação e o entendimento mútuo das partes. Com respeito à maneira de interpretação, a NAJIT (2016, tradução nossa) acredita que:

Alguns juízes e advogados acreditam erroneamente que um intérprete interpreta um processo judicial palavra por palavra, mas isso é impossível, uma vez que não há uma correspondência um-a-um entre palavras ou conceitos em idiomas diferentes. Por exemplo, às vezes, uma palavra em inglês exige mais do que uma palavra em outro idioma para obter a mesma ideia, e vice-versa. Ao invés de interpretar palavra por palavra, os intérpretes transmitem o significado reproduzindo o conteúdo completo das ideias expressas. Os intérpretes não interpretam as palavras, eles interpretam conceitos.

3.3.1 A INTERPRETAÇÃO EM DELEGACIA

Interpretar em uma delegacia é conhecido como interpretação forense, também chamada de interpretação legal ou judicial, por ser parte de um processo jurídico. A interpretação legal é aquela “que acontece em um contexto legal como o tribunal ou o escritório de um advogado.” (Gonzalez et al, 1991). O intérprete forense permite “que o acesso do acusado/réu à Justiça seja igualitário” (NORDIN; DE ALMEIDA, 2017). O trabalho dele é assegurar que a mensagem do estrangeiro enfrentando o tribunal seja transmitida de forma correta e que ele possa ter um julgamento justo. De acordo com Cao (2010), interpretar um relato fora do tribunal a torna uma interpretação comum,

mas, no momento em que o mesmo relato é feito no tribunal, ele se torna uma interpretação forense, já que esse relato terá um objetivo legal.

Nordin e de Almeida (2017), explicam a interpretação forense como a atividade pelo intérprete em audiências judiciais, cíveis ou criminais. A presença do profissional é muito importante para um estrangeiro que se encontra em uma delegacia e não fala a língua do país, porque a principal função do intérprete forense é permitir que o réu esteja presente de forma linguística em todas as etapas do processo (NORDIN, DE ALMEIDA, 2017). Assim, o intérprete faz o seu trabalho para que todas as partes envolvidas possam se entender de forma igual e correta. A interpretação forense funciona como ferramenta em um processo legal. Porém, além de o intérprete dominar as línguas que vai interpretar, ele também deve ter bom conhecimento da terminologia técnico-jurídica e dos procedimentos judiciais. O serviço do intérprete forense é necessário em diferentes etapas processuais. No Suriname, o réu estrangeiro tem o seu primeiro contato com o intérprete juramentado desde o momento em que ele é detido na delegacia. Além disso, o serviço do intérprete forense será necessário:

- a) na entrevista com o delegado para determinar se o réu vai ser preso;
- b) na entrevista com o defensor;
- c) durante o interrogatório do réu estrangeiro;
- d) na audiência com o promotor e o juiz de instrução.

A interpretação na delegacia e no tribunal é normalmente consecutiva “e/ou dialógica e tradução à prima vista” Ginezi (2012 p. 34). A interpretação dialógica, como explicado anteriormente, é um submodo da interpretação consecutiva pelo fato de utilizar a mesma técnica com a diferença residindo no uso de falas bem mais curtas. De acordo com Ginezi (2012), esse tipo também é chamado de ping-pong, porque os diálogos são pequenos e rápidos como o esporte, por isso, todas as etapas a partir do momento da detenção são muito mais demoradas do que o normal. O intérprete tem a oportunidade de passar a mensagem para o réu em etapas, a cada momento em que acontece uma pausa na mensagem na língua fonte.

Além de fazer uma interpretação consecutiva para o réu estrangeiro na delegacia no Suriname, também é necessário fazer uma interpretação à prima vista, utilizada para a leitura de documentos. Essa modalidade é na delegacia, já que o acusado /réu vai também ter muitos documentos para assinar, mas deve conhecer o conteúdo antes de assiná-los. De acordo com Ali (2013), textos com um contexto legal

ou judicial são textos forenses. A interpretação à prima vista é muito semelhante à interpretação simultânea, porém “a diferença está no veículo que traz ao intérprete a mensagem a ser traduzida” (NORDIN, DE ALMEIDA, 2017, p. 16). Na interpretação simultânea, o intérprete tem o primeiro contato com a mensagem no momento em que ela é emitida, sendo essa mensagem transportada para uma outra língua imediatamente. Na interpretação à prima vista, o intérprete também tem o primeiro contato com o texto no momento em que tem que transportá-lo para uma outra língua. No caso, ele precisa fazer a interpretação desse texto escrito para outra língua imediatamente. A interpretação à prima vista é uma modalidade que exige muito do intérprete, porque ele tem que ter um conhecimento bastante amplo do vocabulário jurídico em ambas as línguas e entender o que está escrito no texto para poder fazer uma interpretação fiel do contexto do documento. Além disso, o intérprete tem que ser muito hábil, ter um alto nível de concentração, um rápido raciocínio e “a capacidade de separação mental do que se lê e do que se fala quase ao mesmo tempo” (NORDIN, DE ALMEIDA, 2017, p. 17). Enquanto o intérprete olha para o texto, ele precisa ter um raciocínio rápido, porque enquanto ele lê e entende a mensagem, esta já deve ser assimilada e passada imediatamente para a língua alvo. Muitas partes dos documentos tem um texto padrão e, por isso que, ao longo do tempo, o intérprete passa a reconhecer essas partes de cor, porém, como cada caso é um caso, o profissional sempre experimenta o quão desafiadora essa modalidade é.

O documento da figura 3, com os direitos do detido, é o primeiro documento entregue a qualquer pessoa detida. Ele precisa ser interpretado à prima vista para o estrangeiro no momento em que o intérprete se apresenta na delegacia. Caso a pessoa detida não tenha a sua prisão temporária decretada, o intérprete faz a interpretação à prima vista do documento e faz a interpretação do depoimento do estrangeiro.

Figura 4. Relatório policial após prisão seguida de detenção para interrogatório. Entregue à pessoa que será liberada após prestar depoimento.

KORPS POLITIE SURINAME.
 GEWEST: NO:/2007
 AFDELING :
 PRO JUSTITIA

Onderwerp: voorgeleiding na aanhouding
 gevolgd door ophouden voor verhoor.

PROCES-VERBAAL

Op 2007 is te omstreeks 00.00 uur , aan mij inspecteur van politie der
 klasse, tevens Hulpofficier van Justitie, voorgeleid op de afdeling/ het ressort
 de verdachte: van het geslacht.-

NAAM:
 GEBOREN:
 BEROEP:
 NATIONALITEIT :
 ADRES:

die op 2007 te uur na aanhouding werd overgebracht naar het bureau,
 verdacht van het plegen van het misdrijf (de misdrijven) gesteld in (de) artikel(en)
 van het Wetboek van Strafrecht. -----

Ik heb de verdachte voorgehouden, dat hij ingevolge de artikelen 21 en 30 van het
 Wetboek van Strafvordering niet tot antwoorden verplicht is en dat hij zich kan
 doen bijstaan door een raadsman. Nadat ik aan de verdachte kenbaar heb gemaakt,
 welke de feiten en/ of omstandigheden zijn welke hem tot verdachte bestempelen,
 waardoor hij voor verhoor zal worden opgehouden, verklaarde hij:

Handtekening verdachte:

Hierna heb ik de verdachte overgedragen aan de agent van politie die het verder
 onderzoek zal verrichten. -
 Aldus op ambtseed opgemaakt dit proces-verbaal, gesloten en getekend te op
 2007.

Gewest/ afdeling: , 2007
 De Hulpofficier van Justitie voornoemd,

Fonte: KPS

Figura 5. Relatório policial de apresentação após prisão seguida de detenção. Entregue à pessoa cuja prisão foi decretada.

Na overleg met O.v.j. Mr..

KORPS POLITIE SURINAME.
BESTIJDING ZWARE CRIMINALITEIT
AFDELING FRAUDE & EC.DEL.
PRO-JUSTITIA
PV. NO. BZC / 2016.

Onderwerp: Voorgeleiding na aanhouding gevolgd door de invezekeringstelling.

PROCES - VERBAAL

Op heden,dag 2016, is te omstreeks uur, aan mij, ..
, inspecteur van politie der tweede klasse, tevens Hulpofficier van Justitie, voorgeleid op de afdeling Fraude & Economische Delicten op het politie station Munder :

de verdachte:

Naam :
Geboren :
Beroep :
Adres :
Nationaliteit :

die opdag 2016 te 09.30 uur werd aangehouden en overgebracht naar het bureau , verdacht van het plegen van het misdrijf (de misdrijven) gesteld in het (de) artikel (en)van het Surinaams Wetboek van Strafrecht .Ik heb de verdachte voorgehouden, dat hij ingevolge de artikelen 21 en 30 van het Wetboek van strafvordering niet tot antwoorden verplicht is en dat hij zich kan doen bijstaan door een raadsman. Nadat ik aan de verdachte kenbaar heb gemaakt, welke de feiten en/ of omstandigheden zijn, welke hem tot verdachte bestempelen, deelde ik hem mede, dat hij in het belang van het onderzoek in verzekering zal worden gesteld, waarop hij mede in verband met het voornemen tot zijn invezekeringstelling verklaarde:

“ Relaa verdachte bij de voorgeleiding bij de hulpofficier van Justitie”.

Handtekening van de verdachte
.....

Hierna heb ik de verdachte overgedragen aan de agent/brigadier/majoor/onderinspecteur van politie,, die het verder onderzoek zal verrichten.

Aldus op ambtsead opgemaakt dit proces-verbaal, gesloten en getekend opdag 2016 te politie station Munder.

Paramaribo,dag .. mei 2016.
De Hulpofficier van justitie voornoemd,
(.....)

Fonte: KPS

Figura 6. Ordem de detenção. Documento entregue à pessoa cuja prisão foi decretada. Nele constam as acusações.

PARKET VAN DE PROCUREUR-GENERAAL
Form. Ex. Art. 48 Sv.

Na overleg met de Hoofdofficier van Justitie Mr., ...

BEVEL TOT INVERZEKERINGSTELLING.

De Inspecteur van politie der derde klasse
tevens Hulpofficier van Justitie,

OVERWEGENDE

dat de persoon:
Naam en voornamen:
Geboren:
Beroep:
Adres:

Verdacht wordt van het(de) misdrijf(misdrijven) omschreven en strafbaar gesteld in het(de) artikel(en)
voor welk strafbaar (strafbare) feit(en) ingevolge artikel 56 van het Wetboek van Strafvordering de voorlopige hechtenis is toegelaten dat in het belang van het onderzoek is, dat de verdachte tijdens het onderzoek ter beschikking van de Justitie zal blijven:

Gehoord de verdachte voornoemd:
Gelet op artikel 48 van het Wetboek van Strafvordering:

BEVEELT :

Dat de verdachte voornoemd in het belang van het onderzoek ter beschikking van de Justitie zal blijven en daartoe met ingang van 2012 omstreeks uur

Voor ontvangst: zal worden in verzekering gesteld in het vrouwen cellenhuis verbonden aan het Politiestation te Geysersvljt voor de tijd van zeven dagen.

Gedaan te Paramaribo .. januari 2012
De Hulpofficier van Justitie,
(.....)

Fonte: KPS

As etapas da interpretação são:

- as explicações preliminares e o interrogatório do juiz no início da audiência;
- a audiência das testemunhas;
- as alegações finais orais;
- a leitura da sentença em audiência;

- e) a discussão de eventual apelação com o defensor ao término da audiência.

No Suriname, a interpretação forense é consecutiva, porém cada magistrado tem sua maneira de conduzir a audiência. O que há em comum entre as formas de trabalhar dos juízes é a pausa para que o intérprete possa ter a oportunidade de reproduzir o que acabou de ser dito. A interpretação consecutiva demora bem mais do que a simultânea, com a simultânea sendo usada apenas durante as audiências das testemunhas. Enquanto as testemunhas dão o seu depoimento em holandês ou inglês, o intérprete fica em pé do lado do réu e simultaneamente interpreta a mensagem da testemunha para o português. O juiz não dá instruções de como tudo deve acontecer, porque acredita que o intérprete deve saber como fazer o seu trabalho. O intérprete, por sua vez, usa a intuição.

3.3.2 A INTERPRETAÇÃO EM CASAMENTOS

De acordo com o Código do Processo Penal, a presença de um intérprete é indispensável no tribunal, mas também em qualquer ação judicial, tal como em um casamento civil ou no escritório de um notário. Caso o intérprete juramentado não esteja presente no casamento de um estrangeiro, a cerimônia não pode ser realizada. A modalidade de interpretação durante a celebração do casamento é consecutiva, mas também há uma parte em que a modalidade é à prima vista. Esse momento é o da leitura do ato de casamento. Só depois da interpretação à prima vista deste documento ele pode ser assinado e os noivos estão legalmente casados.

3.3.3 A INTERPRETAÇÃO NO NOTÁRIO

No escritório do notário, o estrangeiro só poderá assinar o ato após a interpretação daquele. Nesses escritórios, a interpretação é completamente à prima vista. Sampaio (2014) descreve a interpretação à prima vista como “a versão oral de um texto escrito”. Nesse modo, o intérprete lê o texto na língua fonte enquanto ele simultaneamente interpreta o conteúdo dele para a língua alvo. A interpretação à prima vista pode até parecer semelhante à interpretação simultânea, mas existem diferenças entre esses modos. Na interpretação à prima vista, o intérprete interpreta o texto para a língua alvo enquanto está lendo ele na língua fonte. O tempo para a conversão da língua alvo para a língua fonte não depende do orador na língua fonte, como é o caso na interpretação simultânea (Gile, 1997). Pelo fato de a conversão da língua fonte para a língua alvo ser oral, Dragsted e Hansen (2009) consideram que a

interpretação à prima vista está mais perto da interpretação do que da tradução, a forma escrita. Uma outra diferença entre a interpretação à prima vista e a simultânea é que, após a conversão simultânea da mensagem do orador, a mensagem desaparece por ser oral, mas, na interpretação à prima vista, a mensagem na língua fonte permanece visível para o intérprete. Tanto na interpretação simultânea, quanto na consecutiva, o intérprete trabalha com a memória. Contudo, na prima vista, isso não é necessário, porque o texto fica na frente do intérprete o tempo todo.

No Suriname, tanto durante a interpretação em casamentos, como durante a interpretação no escritório do notário, o modo à prima vista é sempre usado. No tribunal, por outro lado, isso já não acontece. No tribunal, o modo é sempre o consecutivo. Na África do Sul, o modo à prima vista é usado pelos intérpretes forenses na hora em que eles vão ler em voz alta a folha com as acusações para o réu.

Ao fazer esse tipo de interpretação, o intérprete tem que ter um grande conhecimento do vocabulário específico para passar o conteúdo do documento imediatamente para outra língua. No notário, a situação é muito mais desafiadora, pelo comprimento do documento. Os atos do notário podem ser muito extensos. Cada notário define sua maneira de trabalhar e determina se ele vai ler o ato em voz alta para que o intérprete possa fazer a interpretação enquanto também tem o documento em mãos; ou se ele entrega toda a documentação para o intérprete e pede para ele fazer a interpretação à prima vista sem que o notário faça a leitura.

3.4 O treinamento de intérpretes

O treinamento de intérpretes, ou, melhor dizendo, a falta dele, é prejudicial e tem consequências para o processo legal do estrangeiro. Com a idade sendo a única exigência para se tornar um intérprete juramentado no Suriname, habilidades importantes necessárias para uma boa atuação são descartadas. Erros legais ocorrem porque o intérprete profissionalmente qualificado não ter nenhum treinamento nessa área e não tem as habilidades necessárias para desempenhar seu papel no nível exigido (ROBERTS; SMITH, 2009). Para que intérpretes forenses possam atuar de forma adequada e de acordo com as expectativas do cliente, eles devem ser treinados e guiados por algum modelo de interpretação. Segundo Angelelli (2000), modelos de interpretação ajudam os intérpretes a entenderem profundamente o que é interpretar e a cumprirem com os objetivos de comunicação com a sua tarefa. É importante treinar intérpretes forenses devidamente e reconhecer o papel deles no

processo judicial (Giambruno, 2008). O treinamento é indispensável, porém não é garantia de um trabalho de interpretação completamente sem erros. Mas, com um bom treinamento, é possível chegar o mais próximo possível à perfeição. Um treinamento garante um padrão mínimo e um status profissional para os intérpretes (HALE, 2010). Intérpretes sem nenhum tipo de treinamento fazem as suas escolhas usando a sua intuição pessoal, mas não sabem se essa intuição está correta, atuando sem qualquer base. Por outro lado, um bom treinamento ensina a guiar os intérpretes e a estabelecer um padrão para essa durante a sua atuação

Um treinamento específico em interpretação forense também é uma base para uma atuação correta, uma vez que a capacitação adequada ensina as características linguísticas e discursivas do tribunal. Nesse contexto, alguns estudos na área de interpretação forense mostraram que a falta de treinamento legal dificulta a atuação do intérprete oficial (HALE 2010). Dessa forma, sem conhecer essas características, o intérprete faz uma escolha errônea e passa a mensagem usando a sua intuição. Portanto, pode acabar omitindo partes do discurso que são absolutamente necessárias por não achar relevante.

Na Alemanha, é difícil de imaginar que intérpretes forenses sem formação acadêmica atuem em audiências criminais. O mesmo vale para outros países avançados no que diz respeito à interpretação forense. Em países como o Japão e em muitos países da Europa, por exemplo, os intérpretes não falam somente as duas línguas com as quais trabalham em tribunais. Até em países identificados como periféricos, as exigências de qualificação técnica para se admitir o intérprete em audiências judiciais são muito altas (NORDIN, DE ALMEIDA, 2013). Na Estônia, as pessoas que desejam se certificar como intérpretes junto aos tribunais precisam primeiro terminar o curso de “interpretação de conferência” na universidade de Tallin por dois anos. Após este curso, inicia-se a especialização interpretação forense, cuja duração também é de dois anos.

Nos Estados Unidos, existe a *Court Interpreters Act*, de 28 de outubro de 1978. O serviço de interpretação forense está sujeito a essa lei, cujo conteúdo é fornecer uma oportunidade igual aos réus não falantes do inglês ou com deficiência de fala ou audição de compreender e participar nos julgamentos civis e criminais na justiça

federal. Na internet, também há uma página¹ com uma lista das categorias de intérpretes e as habilidades exigidas. Além disso, também foi colocado à disposição na internet, pela justiça federal dos Estados Unidos, o *Federal Court Interpreter Orientation Manual and Glossary*, o código de ética profissional para os intérpretes.

Na África do Sul, existem treinamentos para os intérpretes forenses. Os profissionais são supervisionados durante a sua atuação por até seis meses e também recebem treinamentos formais de seis semanas, que parecem mais uma orientação do que um treinamento. Após esse período de capacitação, os intérpretes não fazem uma prova, mas são avaliados a partir de seu desempenho real. Além disso, o seu desempenho é inspecionado aproximadamente a cada dezoito meses.

“A interpretação jurídica, às vezes com uma forma incerta, abrange mais do que trabalhar no tribunal, no escritório de lei, ou na delegacia de polícia. [...] A interpretação judicial é simplesmente um subconjunto da área mais ampla conhecida como interpretação jurídica. A interpretação judicial é diferente do espectro mais amplo da interpretação jurídica devido à configuração que interpretação judicial passa e o conjunto único de regras processuais que o intérprete judicial deve conhecer e seguir (MATHERS, 2007, pp. 3–4, tradução nossa).

Para poder entender, (re)conhecer e seguir essas regras processuais, é muito importante ter uma capacitação porque é essa capacitação a base para o sucesso dos serviços de interpretações.

No Brasil, os intérpretes de tribunal são pessoas aprovadas em concursos públicos para tradutores juramentados (GINEZI, 2012). São o tradutor público e o intérprete comercial que exercem a função de intérprete em tribunais. Ainda conforme Ginezi (2012), as provas para obter o título de tradutor público e intérprete comercial são aplicadas pelas Juntas Comerciais de cada estado e o candidato deverá selecionar o seu idioma de trabalho. No entanto, os concursos não ocorrem com regularidade. Os requisitos do candidato ao cargo de tradutor público e intérprete comercial foram estabelecidos pelo art. 3 do Decreto o. 13.609/43, mas, na Instrução Normativa no. 84/2000, essa questão foi novamente regulamentada (DOS REIS, 2013). Os concursos são divididos em duas partes, uma prova escrita e uma prova oral e, após ser aprovado, o candidato pode assumir a sua função de tradutor público e intérprete comercial.

1 <http://www.uscourts.gov/services-forms/federal-court-interpreters>

Conforme Nordin e de Almeida (2017, grifo dos autores), o Código de Processo Penal brasileiro (BRASIL, [2022], art. 223) garante ao réu um intérprete durante o processo no artigo 193, que diz: “*quando o interrogando não falar a língua nacional, o interrogatório será feito por meio de intérprete*”, e que “*quando a testemunha não conhecer a língua nacional, será nomeado intérprete para traduzir as perguntas e respostas*”.

Nordin explica também sobre a Resolução 213, de 15 de dezembro de 2015, referente à prisão em flagrante, que trata da audiência de custódia em seu Protocolo II:

A pessoa custodiada estrangeira deve ter assegurada a assistência de intérprete, requisito essencial para a plena compreensão dos questionamentos e para a coleta do depoimento, atentando-se para a necessidade de (i) a pessoa custodiada estar de acordo com o uso de intérprete, (ii) o intérprete ser informado da confidencialidade das informações e (iii) o entrevistador manter contato com o entrevistado, evitando se dirigir exclusivamente ao intérprete. (CNJ, 2015 apud RESPONDENDO... 2020)

De acordo com dos Reis (2013), a interpretação não é sempre feita por tradutores ou intérpretes concursados por vários motivos, entre eles, a falta de profissionais desse tipo e pelo preço cobrado por tradutores juramentados. Assim, surgem os chamados “intérpretes ou tradutores ad-hoc para suprir a falta de profissionais na área”. (DOS REIS, 2013, p. 29)

Em a sua entrevista na LAW CCITE Treinamento e Formação em Interpretação Forense, em 30 de outubro 2020, Jaqueline Nordin explica que a legislação brasileira não fala especificamente quais habilidades o candidato precisa ter para se tornar um intérprete forense. No entanto, isso não significa que o candidato não precisa ter habilidades específicas da profissão, porque, em outros países, estas existem. É importante se espelhar nisso.

De acordo com Keratsa (2005), intérpretes forenses atuam em todos os tipos de casos judiciais envolvendo pessoas de diferentes idades, culturas, status e níveis educacionais. Por esse motivo, é importante que intérpretes tenham as habilidades necessárias para que eles possam interpretar fielmente e preencher as lacunas linguísticas e culturais entre os participantes do tribunal e do judiciário. Taft (apud MFAZWE, 2003) acredita que um intérprete deve possuir certas competências na cultura fonte e na de alvo, as quais incluem conhecimento sobre a sociedade e habilidades de comunicação. Os intérpretes precisam de muitas habilidades porque a atuação deles é ao vivo. Eles também precisam ter um conhecimento geral de vários

elementos da cultura e um imenso vocabulário, incluindo termos legais, expressões idiomáticas e coloquiais.

3.4.1 HABILIDADES DE LINGUAGEM

De acordo com Mikkelson (2010), para fazer uma interpretação, o intérprete forense necessita ter um bom conhecimento das línguas de trabalho. Mikkelson ainda observou que um bom domínio das línguas de trabalho é um pré-requisito para dominar as técnicas de interpretação.

Nordin e de Almeida (2017, p. 8) acreditam que “a função principal do intérprete forense é garantir que o réu esteja presente de forma linguística em todas as etapas do processo e que todos os envolvidos compreendam o que é dito pelo acusado”. Além disso, Nordin e de Almeida (2013) explicam que a interpretação forense é uma atividade profissional específica dos intérpretes que atuam em audiências judiciais, cíveis ou criminais. Outros autores como Seleskovitch (1978), Gonzalez et al. (1991), e Gentile et al. (1996) também enfatizam a importância de se ter um bom domínio das línguas de trabalho. Isso é a base para poder fazer um bom trabalho, já que o intérprete faz a interpretação para pessoas com diferenças linguísticas e culturais. Sem ter um bom domínio das línguas de trabalho, o intérprete forense nunca poderá converter a mensagem do orador de maneira correta. O intérprete forense deve conhecer bem a terminologia jurídica na língua holandesa bem como a terminologia da língua brasileira para assim garantir uma compreensão correta e completa de tudo que está sendo dito ao imigrante brasileiro. É muito importante o intérprete ter a capacidade de lidar com a interação, de saber em que momento ou como intervir para destacar uma dificuldade ou uma ambiguidade de interpretação ou explicar uma escolha que possa afetar o caso em questão (Hale, 2010).

A maioria do trabalho do intérprete juramentado no Suriname é feita na delegacia ou no tribunal, em outras palavras, na área forense. A interpretação na delegacia e no tribunal acontece quase todos os dias porque pessoas são detidas ou presas frequentemente, incluindo estrangeiros. Como o número de estrangeiros no Suriname é relativamente alto, se comparado com o número de habitantes nativos do país, a necessidade de um intérprete também é alta. Assim, um treinamento obrigatório, rigoroso e extensivo é um passo para garantir um padrão mínimo e um status profissional para os intérpretes.

Assim, as habilidades que os intérpretes necessitam para fazer um trabalho sério, correto e justo são adquiridas através de um treinamento rigoroso e de muita prática nessa área. Esse treinamento tem necessariamente que ensinar a competência nos diferentes modos de interpretação: o consecutivo curto, o consecutivo longo, a interpretação simultânea e à prima vista. É importante diferenciar esses modos e saber usá-los adequadamente, por isso, as estratégias usadas no tribunal também devem ser ensinadas ao intérprete forense. Hale (2010) acredita que os intérpretes forenses, além de serem treinados para dominar os modos de interpretação, também precisam de treinamento para conhecer o sistema legal em diferentes contextos e a terminologia usada no tribunal nas línguas com as quais o intérprete trabalha.

De acordo com Nordin e de Almeida (2017), muitos estrangeiros que moram no Brasil há anos e dominam o Português do dia a dia atuam como intérpretes forenses. A orientação desses intérpretes fica por conta de profissionais mais experientes e dos juízes federais, já que os intérpretes têm que trabalhar com estes.

3.4.2 CONHECIMENTO CULTURAL

Conforme Hale (2014), intérpretes comunitários que trabalham com participantes de origens culturais diferentes poderão ser confrontados com dificuldades na hora de transmitir a mensagem de origem para a mensagem alvo por causa de diferenças interculturais, que podem variar de diferenças pragmalinguísticas e sociopragmáticas. No Canadá, por exemplo, a interpretação comunitária também é chamada de interpretação cultural e, na Espanha, de mediação cultural para indicar que os intérpretes realizam intermediação cultural (HALE 2014). Scollon & Scollon (1995) enfatizam que há um equívoco de que falantes da mesma língua necessariamente têm a mesma cultura. Eles argumentam que diferenças culturais podem ser encontradas em pessoas que vivem no mesmo país e falam a mesma língua. Hofstede (1980) tem a mesma opinião ao afirmar que existem subculturas dentro das culturas que são compartilhadas apenas por outras do mesmo nível educacional, status socioeconômico, ocupação, sexo ou faixa etária.

De acordo com Hale (2007), uma boa interpretação no nível pragmático é quando se muda o ato de fala pragmática alterando a palavra, a estrutura ou o modo para atingir o mesmo nível de fala. Para fazer isso, o intérprete pode ter que converter o modo da frase para que ocorra uma proximidade semântica, porque, se um

intérprete simplesmente interpreta uma pergunta na sua forma original, da mesma forma semântica e sintática, há a possibilidade de haver falhas pragmalinguísticas. Contudo, quando um intérprete realiza reconstruções pragmáticas, nenhum esclarecimento precisa ser feito ao tribunal ou a outros falantes. As diferenças sociopragmáticas, por outro lado, podem ser mais difíceis de superar na interpretação porque tais diferenças estão ligadas a convenções sociais, percepções culturais subjacentes, ideologias ou crenças.

Katan (2004) também acredita que um intérprete não deixa de ser um mediador cultural, porque ele tem que interpretar expressões, intenções e percepções de um grupo cultural para o outro, por isso, o intérprete forense não pode atuar de forma correta ao menos que ele entenda a cultura dos seus idiomas de trabalho.

Newmark (1988) explica que a cultura é uma maneira de ser, uma maneira de viver e a maneira como uma comunidade usa a linguagem e as expressões. Fica claro que a cultura é intimamente ligada à língua: as duas são inseparáveis. Como as expressões idiomáticas são parte da cultura, o intérprete que desconhece a cultura não consegue fazer uma interpretação correta dessas expressões. Conseqüentemente, a mensagem para a língua alvo é mal interpretada.

É bastante desafiador fazer uma interpretação para uma pessoa sem conhecer a sua cultura bem e, mais ainda, quando essa pessoa vem de um país com uma grande diversidade cultural como o Brasil. É por isso que é indispensável para um intérprete juramentado conhecer bem a cultura do brasileiro para poder entender a mensagem transmitida e para poder fazer uma interpretação fiel da mensagem desse imigrante.

De acordo com alguns autores como Gonzalez *et al.* (1991), os intérpretes forenses são aconselhados a ter conhecimento das culturas que eles interpretam. Segundo Hale (2014), os intérpretes que trabalham em ambientes comunitários, com pessoas de origens culturais distintas e provavelmente terão de encarar dificuldades em transmitir com exatidão a mensagem de fonte para a mensagem de alvo, por causa das diferenças culturais.

As habilidades e os conhecimentos do intérprete juntos são fundamentais para assegurar que a mensagem transmitida para a língua alvo seja natural e fidedigna à a mensagem na língua fonte. São as habilidades e os conhecimentos que também alcançam a comunicação intercultural com sucesso e evitam mal entendidos.

3.4.3 HABILIDADES DE FALA

As habilidades de fala têm a ver com a maneira de expressar as ideias. De acordo com Gentile, Ozolins e Vasilakakos (1996), a maneira como o intérprete fala é importante para a eficácia geral da interpretação. O intérprete forense precisa falar claramente, com uma velocidade normal, não muito rápido e não muito devagar, para assim manter a atenção dos ouvintes e, ao mesmo tempo, para que todos possam entender a mensagem sendo passada. A mensagem toda deve ser facilmente entendida pelos ouvintes.

De acordo com Nordin e de Almeida (2017), uma interpretação feita em uma sala de audiência é bem diferente de uma interpretação em sala de conferência porque, na sala de conferência, o intérprete lida com pessoas de um nível educacional equivalente. Já em uma audiência criminal, o intérprete lida com pessoas de diversos níveis educacionais e tem que transmitir fielmente os discursos proferidos, sem reformulá-los ou simplificá-los, sob pena de comprometimento da interpretação pela perda da autenticidade das mensagens. Os autores acreditam que a comunicação durante uma audiência é muito complexa e, por esse motivo, não é suficiente ser uma pessoa bilíngue, é preciso ter treinamento e formação específica.

3.4.4 HABILIDADE DE ESCUTAR E MEMORIZAR

Prestar bem atenção à mensagem emitida é uma habilidade que o intérprete precisa ter. Conforme Jones (1998), o intérprete precisa escutar ativamente e bem, reter a mensagem e depois transferi-la para a língua alvo. Já de acordo com Seleskovitch (1978), a memória e a compreensão são inseparáveis. O intérprete precisa escutar bem, memorizar a informação e depois fazer a transferência. Essa habilidade melhora com o treinamento.

3.4.5 COMPORTAMENTO ÉTICO

De acordo com Hale (2010), um intérprete qualificado precisa ter conhecimento do código de conduta ética para se guiar nas questões de imparcialidade, confidencialidade e para que eles possam ser a voz do orador original.

Para Mikkelson (2000), as características gerais dos Códigos de Ética existentes no mundo podem ser divididas em quatro categorias, a saber: fidelidade, confidencialidade, imparcialidade e conduta profissional.

Conforme Mikkelson (2000), a fidelidade se refere à transmissão da mensagem original, sem acréscimos ou omissões, e a confidencialidade diz respeito à não

divulgação de quaisquer informações do tribunal, a não ser que represente perigo. A imparcialidade, por sua vez, se refere à distância mantida de qualquer vínculo emocional com os sujeitos do tribunal. A conduta profissional, finalmente, diz respeito aos protocolos do tribunal: integridade, em outras palavras, estar preparado para o trabalho, além da formação com participação em oficinas, congressos da área, leituras e outros.

Segundo Keratsa (2005), um intérprete é considerado essencial e visto como mediador, a pessoa que está presente para superar as barreiras linguísticas e garantir a comunicação. No entanto, esse profissional tem que levar em consideração que a interpretação em tais contextos anda de mãos dadas com padrões éticos e estes são a razão pelo qual o trabalho é feito de forma eficaz e de modo a evitar comprometer os resultados de um caso.

Os autores Nordin e de Almeida (2017) explicam, em seu artigo *Interpretação Forense: A experiência prática da Justiça Federal de Guarulhos e o treinamento de intérpretes*, que não existe uma orientação única e segura sobre a maneira como os intérpretes forenses devem se comportar em audiência. Assim, acreditam que “uma simples adoção de um código de ética e de padronização de conduta dos intérpretes forenses já permitiria a melhoria de qualidade desse serviço público”. Além disso, para Nordin e de Almeida (2013), é indiscutível que, como intérpretes forenses são garantidores do devido processo legal e da defesa para os réus estrangeiros, eles devem respeitar éticas e obedecer a regras específicas, necessárias para o seu campo de interpretação.

Nordin e de Almeida (2017) listaram alguns códigos de ética que devem ser usados pelos intérpretes, após observar o que outros países usam, estes são:

- 1) dever de precisão e completude: do intérprete é esperada uma interpretação da forma mais completa, exata e precisa possível;
- 2) dever de neutralidade, imparcialidade e distanciamento: se espera do intérprete que ele evite qualquer envolvimento emocional com o réu estrangeiro e que esteja livre de preconceitos;
- 3) dever de confidencialidade: o intérprete tem que guardar sigilo das informações às quais têm acesso;
- 4) dever de honestidade e transparência quanto às qualificações profissionais: além de apresentar suas credenciais técnicas ao Poder Judiciário, o intérprete deverá recusar uma nomeação quando o seu nível de formação e experiência não permitem um bom desempenho profissional de acordo com o nível de responsabilidade exigida pela função;

- 5) dever de compostura e permanente atualização profissional: o intérprete forense deve se comportar da forma mais discreta possível na sala de audiências e deve sempre se atualizar profissionalmente.

Alguns lugares nos Estados Unidos exigem que os intérpretes forenses estudem constantemente. O estado da Califórnia, por exemplo, exige uma prova dos intérpretes forenses de atividade de educação continuada de trinta horas a cada dois anos e, além disso, muitos estados também aprovaram leis que exigem que os intérpretes façam provas orais e escritas para provar a suas habilidades de interpretação e a sua compreensão do código de ética. Alguns estados têm os seus próprios programas de certificação e as suas leis para padronizar a atuação dos intérpretes.

Segundo Ginezi (2012), não existe um Código de Ética oficial para intérpretes forenses no Brasil. Associações para intérpretes no Brasil, como a Associação Profissional de Intérpretes de Conferência, Apic, e a Associação Internacional de Intérpretes de Conferência, AIIC, possuem códigos de ética gerais para a profissão de intérprete, mas não especificamente para os profissionais de tribunal.

No Suriname, também não existe um Código de Ética para os intérpretes juramentados, já que não existe uma associação para intérpretes ou qualquer instituto ou órgão que forneça informações ao profissional sobre a forma como ele deve conduzir o seu trabalho. Não há, portanto, padronização de atuação profissional.

4 CONTEXTO DA PESQUISA

Nesta seção, apresentamos e analisamos os dados coletados por meio da metodologia qualitativa, a fim de abordar os objetivos do estudo. Como o número de intérpretes na combinação holandês/português é muito pequeno, foi montado um questionário para esse pequeno grupo, pois havia a necessidade de se obter informações gerais sobre o tema pesquisado. Isso porque é essencial compreender a forma de trabalhar e, assim, adquirir uma visão aprofundada sobre o assunto. Os representantes de órgãos oficiais obrigados por lei a trabalhar com intérpretes juramentados foram entrevistados porque, para esse estudo, foi necessário entender seus conceitos e conhecer suas experiências

4.1 Objetivo pessoal com relação à pesquisa

Em 2001, consegui minha certificação e comecei a atuar na área de tradução e interpretação, uma área pouco conhecida para mim até alguns anos antes, quando fui abordada para fazer interpretações e traduções pela Camargo Corrêa, uma multinacional que iniciou as atividades no Suriname no ano 2000. Mesmo sendo uma área pouco familiar, decidi aceitar o convite para atuar nesse campo, já que se tratava de interpretações e traduções não oficiais. Contudo, no momento em que tive que fazer uma tradução oficial, vi a certificação como um desafio e fui pesquisar como me tornar tradutora e intérprete juramentada, de modo a fazer o trabalho oficial. Assim, começou um caminho curto para conseguir a certificação, um caminho com poucos obstáculos, pois não há muitas exigências para se tornar intérprete e tradutor juramentado no Suriname. Imediatamente após conseguir a minha certificação, conheci um modo de interpretação diferente do que estava acostumada na Camargo Corrêa, a interpretação forense, já que, nos primeiros anos, fiz interpretações somente em delegacias e tribunais, um grande desafio, pois a área judicial não possui nenhuma ligação com a minha formação em letras. Para lidar com esse desafio, fiz a minha própria pesquisa para aumentar meu conhecimento de termos judiciais que possivelmente poderia encontrar durante a minha atuação, porque infelizmente não existe nenhuma possibilidade de formação no Suriname. Esse cenário é lamentável porque, de acordo com Ali (2013), a interpretação forense é uma atividade altamente complexa que requer conhecimentos teóricos, práticos e habilidades para as quais o treinamento especializado é essencial. Este autor acredita que ser altamente proficiente em duas línguas é apenas um pré-requisito para ser capaz de treinar de

forma a se tornar um intérprete, uma vez que esse profissional desempenha um papel fundamental em tribunais e procedimentos judiciais.

Mais ou menos um ano após conseguir a minha certificação, Pearl Antonius, o diretor do Atics, escritório pioneiro em tradução e interpretação no Suriname, entrou em contato comigo e aceitei, com prazer, unir forças com ele, porque, nessa colaboração, vi uma grande possibilidade de fazer um trabalho uniforme na área da interpretação. Contudo, não foi bem isso que aconteceu, já que Antonius só tinha um pouco mais de experiência na área e trabalhava da mesma maneira que eu: conforme a intuição, uma vez que não tinha uma formação em tradução. Antonius tinha ingressado na área por querer tornar o seu hobby em profissão, como ele mesmo disse. Mesmo assim, juntamos forças, porque o número de intérpretes que trabalham com a língua portuguesa era muito pouco. Essa é uma realidade que pouco mudou, já que, hoje em dia, somente oito profissionais juramentados atuam com a interpretação de holandês-português, uma quantidade que não é suficiente para atender a comunidade brasileira, que, por exigência da lei, sempre deve ter a assistência de um intérprete em vários âmbitos oficiais.

Antonius trabalha mais com traduções do que com interpretações, do jeito que ele acredita ser adequado. Ele admite que há concorrência de alguns outros escritórios de tradução e de tradutores que trabalham independentemente, mas diz não se importar com ela. De acordo com seu diretor, o Atics entrega trabalho de alta qualidade e acredita que seja por isso que o número de clientes aumenta e a concorrência parece inexistente. De acordo com Antonius, seu escritório presta serviços em qualquer lugar no qual a presença de um intérprete seja necessária por lei. Estes intérpretes podem atuar em lugares como no tribunal, no cartório, em casamentos e reuniões governamentais, entre outros mais. Há muitos intérpretes que trabalham no Atics, porém são poucos profissionais que interpretam para o português. Estes são só chamados quando a necessidade existe e são pagos por hora trabalhada. Alguns intérpretes têm mais serviço do que outros, porque têm mais disponibilidade ou talvez por serem mais requisitados pelos clientes. Com a falta de um número maior de intérpretes para o português, Antonius admite não ter muita opção. Assim, ocasionalmente, trabalha com intérpretes não juramentados, mas que dominam a língua portuguesa, somente prestando serviços ao seu escritório quando há necessidade. Nesse sentido, explica que, mesmo conhecendo muitas pessoas que

falam português bem, há uma seleção rigorosa de intérpretes através de uma entrevista. Isso porque o ministério da Justiça e Polícia do Suriname não acompanha o trabalho dessas pessoas e, após receber a certificação, o intérprete tem de encontrar o seu próprio caminho. Sendo juramentado ou não, Antonius exige um trabalho de alto padrão dos intérpretes que trabalham com ele e, por isso, passa instruções aos funcionários para que eles trabalhem da forma correta, da forma como ele trabalha.

Como os intérpretes que prestam serviços ao escritório Atics são instruídos a trabalhar do jeito que o Antonius acredita ser o mais adequado, surgiu em mim a pergunta se todos estes profissionais realmente trabalham de maneira uniforme. As instruções podem até ser dadas a eles, mas a forma de atuação não é controlada. Assim, não há como saber se as instruções são seguidas.

Levando em consideração que a lei no Suriname obriga a presença de um intérprete juramentado em vários ambientes, e que sua presença pode afetar o resultado de um caso por causa de informação errônea, acredito que seja necessário pesquisar as seguintes questões:

- a) qual é a exigência para se tornar um intérprete juramentado?
- b) qual é a estratégia de trabalho dos intérpretes do par português/holandês?
- c) como os profissionais podem trabalhar de maneira uniforme?

4.2 Organização da Pesquisa

Essa dissertação tem como objetivo:

- a) pesquisar a maneira de trabalhar de cada intérprete juramentado do par português-holandês;
- b) propor protocolos para os intérpretes juramentados.

Esta dissertação adotou o método de pesquisa qualitativo e, para isso, a base foi procurada nos Estudos Descritivos da Tradução (*Descriptive Translation Studies, DTS*). De acordo com Toury (1980), o objetivo do DTS é descrever e explicar um fenômeno: o que acontece durante a interpretação em um ambiente específico, através de definições, descrições e explicações propostas, que poderão ser feitas para assim estruturar a atuação dos intérpretes. Berg (1998) acredita que a pesquisa qualitativa busca respostas para perguntas, pesquisando vários ambientes e os indivíduos que são parte destes ambientes. Esta dissertação precisa pesquisar

definições, descrições e explicações para poder entender o que intérpretes fazem, assim, assumindo o método qualitativo como a forma mais adequada de abordar seus objetivos de pesquisa

O DTS, nesse contexto, tem como objetivo descrever e explicar o processo de atividade do intérprete, igual a visão da Hale (2007, p. 206, tradução nossa):

A pesquisa em interpretação forense gira em torno da coleta de dados de interpretação autênticos ou das opiniões dos participantes envolvidos nas interações interpretadas por meio de entrevistas, grupos de foco ou questionários; e que, como resultado, a pesquisa descritiva é crucial na obtenção de uma compreensão da prática e na construção de um corpo de evidências empíricas para complementar as evidências anedóticas existentes.

Essa pesquisa visa a esclarecer o método de trabalho dos intérpretes juramentados no Suriname, para, assim, formular protocolos que possam guiar esses profissionais juramentados durante a sua atuação. Por isso, escolheu-se o método qualitativo, pois esse método é fortuito para mostrar como os intérpretes veem o fenômeno da interpretação (LEBESE, 2018). Dessa forma, ficará claro como atua o intérprete no Suriname. A abordagem qualitativa desta dissertação foi possível a partir da coleta de dados através de questionários e entrevistas.

4.3 Método de coleta de dados

Um questionário é um conjunto de perguntas escritas e estruturadas usadas para coletar informações necessárias de indivíduos (BELL 1999). Dessa forma, serve também como um método indutivo que usa questões abertas para explorar uma área subjetiva. (GILL, JOHNSON 2002). Por isso, usar um questionário como um método qualitativo para colher dados é um instrumento fundamental para adquirir informação sobre conhecimento e percepções, podendo fornecer informações valiosas (BIRD, 2009) e assim colher dados sobre as ações e os comportamentos de pessoas.

Nesta dissertação, uma das maneiras de coletar dados foi com um questionário que mostra quem são os intérpretes juramentados e como eles atuam. A maioria das questões estava aberta para que os respondentes tivessem liberdade para responder, o que é útil para testar uma hipótese sobre ideias ou consciência (OPPENHEIM 1992). Segundo Bird (2009), é importante que as questões sejam precisas e sem equívoco para que os respondentes possam dar a sua opinião facilmente e com precisão.

No questionário, há onze questões, alinhadas com os objetivos desta pesquisa. Este foi mandado para os únicos sete intérpretes ativos no Suriname cujos idiomas de trabalho são o português e o holandês. As perguntas foram organizadas na

ferramenta de formulários do Google. Felizmente, todos os sete responderam prontamente. Dois responderam em inglês, mesmo que as perguntas tenham sido feitas em português, e os outros cinco responderam em português.

O outro método de coleta de dados foi entrevistar os representantes dos órgãos públicos. Nesse sentido, Potter (1996) define a entrevista como uma técnica de coleta de dados de humanos na qual perguntas são feitas e as reações são verbais. Assim, o entrevistado tem a possibilidade de dar um relato detalhado de sua experiência. Por isso, entrevistei pessoas pertencentes a um certo grupo que compartilham a mesma vivência. As entrevistas, em um estudo qualitativo, não são, segundo Dyer (1995), somente uma conversa cotidiana, são, na realidade, conversas com um propósito específico, portanto, os entrevistados tiveram a possibilidade de falar sobre as suas experiências como intérpretes e, além disso, puderam expressar o seu ponto de vista. Desse modo, com a entrevista, tiveram a possibilidade de oferecer mais informações sobre a questão pesquisada do que eles teriam feito em um questionário (OPPENHEIM, 1992).

As entrevistas foram feitas com seis pessoas, sendo dois juízes, um que atua nos processos civis e outro nos processos penais; com um notário, um advogado, um inspetor de polícia e um funcionário do registro civil, responsável por celebrações de casamento. A escolha foi feita dessa forma, porque, para os objetivos dessa pesquisa, é importante entender como uma pessoa em cada área trabalha com um intérprete juramentado. As entrevistas foram feitas no período entre agosto e setembro de 2021. Com o juiz da área penal, foi feita por chamada de voz pelo aplicativo de chamadas e mensagens de texto *WhatsApp*; com o outro juiz, por e-mail, já que esta forma foi a mais conveniente para ele naquele período. Por outro lado, o notário e o advogado preferiram fazer uma entrevista de forma presencial; enquanto o inspetor de polícia optou por chamada de vídeo e o funcionário do registro civil preferiu ser entrevistado por telefone.

4.4 Apresentação de dados

Nesta parte, apresentaremos os dados coletados para esta pesquisa, que consistem em questionários e entrevistas. Para isso usaremos a palavra respondente para identificar os participantes de modo a preservar o anonimato. Os resultados do questionário estão a seguir:

Tabela 1. Frequência de respostas à pergunta “Há quantos anos você trabalha como intérprete público (juramentado)?”.

| Respostas | Número de respondentes |
|--------------------|-------------------------------|
| De 0-5 anos | 1 |
| De 6 - 10 anos | 4 |
| De 11- 15 anos | 0 |
| Há mais de 15 anos | 2 |

Dados nossos.

Da tabela 1, podemos concluir que a maioria dos intérpretes, a saber 57.1%, trabalha nessa área entre 6 e 10 anos; 28.6% atua há mais de 15 anos; e a minoria, 14.3%, é recém chegado à área. Sabemos, assim, que grande parte tem bastante experiência no campo. Isso é bom, porque a experiência pode ajudar em uma boa compreensão do desenvolvimento das competências profissionais. Contudo, como não há padronização para a atividade, ou mesmo uma associação de intérpretes, é difícil saber o que cada entrevistado ganhou com a sua experiência, já que cada um fica no seu próprio espaço. Além disso Lebese (2011), acredita que o intérprete deve ser membro de um organismo profissional acreditado.

Tabela 2. Frequência de respostas à pergunta “Qual a sua escolaridade?”.

| Respostas | Número de respondentes |
|-----------------------------|-------------------------------|
| Ensino Fundamental | 0 |
| Ensino Médio | 1 |
| Ensino Superior (Graduação) | 3 |
| Pós-graduação | 0 |
| Mestrado | 0 |
| Doutorado | 2 |
| Outros | 1 |

Dados nossos.

Com respeito à pergunta sobre a escolaridade dos intérpretes, vemos, na tabela 2, que a maioria dos respondentes, a saber 42.9%, tem ensino superior. No entanto, a tabela também mostra que os intérpretes têm níveis de escolaridade diferentes, significando que nem todos têm o mesmo ponto de partida.

Tabela 3. Frequência de respostas à pergunta “Você tem formação de intérprete?”

| Respostas | Número de respondentes |
|-----------|------------------------|
| Sim | 0 |
| Não | 7 |

Dados nossos.

Todos os sete intérpretes atuam sem ter uma formação de interpretação como base de trabalho. Pode-se concluir, dessa forma, que todos os profissionais trabalham de sua própria maneira por falta de treinamento específico em qualquer habilidade de interpretação. Por isso, é importante que os profissionais sigam um modelo de interpretação padrão. Além disso, Lebese (2011) acredita que o intérprete judicial deve ter uma formação teórica e prática formal numa instituição de ensino superior e que a sua atuação seja orientada por um código de conduta.

Tabela 4. Frequência de respostas à pergunta “Você se prepara anteriormente à sessão de interpretação?”.

| Respostas | Número de respondentes |
|-----------|------------------------|
| Sim | 4 |
| Não | 1 |
| Às vezes | 2 |

Dados nossos.

A tabela 4 mostra que a maioria dos respondentes, 57.2%, se prepara antes de uma sessão de interpretação, acreditando, portanto, na importância de se preparar. Isso mostra que estes profissionais têm a mesma forma de atuação com respeito a essa questão. Como a preparação é um fator importante para garantir uma qualidade boa de trabalho, é lamentável que nem todos os profissionais vejam a importância deste processo e que isso possa levar à diminuição do padrão e da qualidade da atuação. Isso resulta em profissionais que, apesar da vasta experiência, apresentam dificuldades de interpretação em virtude da falta de preparação adequada. (ALIKINA, & SHVETSOVA, 2011)

Tabela 5. Justificativas para as respostas “às vezes” à pergunta “Você se prepara anteriormente à sessão de interpretação?” (tabela 4).

| | |
|---|---------------|
| Respostas | |
| quando achar necessário e para saber terminologia | 1 respondente |
| caso tiver informação sobre o caso | 1 respondente |

Dados nossos.

Na tabela acima, tabela 5, vemos as respostas dos 2 respondentes que assinalaram a opção “às vezes” na primeira parte da pergunta 4 e verificamos que as respostas não são parecidas. Isso significa que os intérpretes atuam de acordo com a sua percepção, o que pode ser baseado na sua intuição. Isso demonstra, novamente, que há uma falta de padronização e que essa falta pode levar cada profissional a uma direção diferente.

Tabela 6. Frequência de respostas à pergunta “Você estuda a terminologia específica antes da sessão?”.

| | |
|-----------|------------------------|
| Respostas | Número de respondentes |
| Sim | 4 |
| Não | 1 |
| Às vezes | 2 |

Dados nossos.

A maioria dos respondentes, quatro deles, estuda a terminologia específica antes da sessão, o que é bom indicador, já que intérpretes judiciais precisam saber que entender cada termo legal significa a possibilidade de comunicar o significado efetivamente ao cliente (LEBESE, 2018).

Tabela 7. Justificativas para as respostas “às vezes” à pergunta “Você estuda a terminologia específica antes da sessão?” (tabela 6).

| | |
|---|---------------|
| Respostas | |
| apenas quando achar necessário | Respondente 1 |
| se tiver informação sobre o caso, por exemplo, em traduções no tabelião | Respondente 2 |

Dados nossos.

A tabela 7 mostra claramente que os 2 respondentes que optaram pela escolha às vezes, quando estudam a terminologia específica, fazem isso por motivos diferentes, o que também demonstra uma falta de união no trabalho.

Tabela 8. Frequência de respostas à pergunta “Você acha importante se preparar anteriormente à sessão de interpretação?”

| Respostas | Número de respondentes |
|-----------|------------------------|
| Sim | 6 |
| Não | 1 |
| Às vezes | 0 |

Dados nossos.

Na tabela 8, a maioria dos respondentes vê a importância de uma preparação anterior à sessão de interpretação. Diferentemente da pergunta quatro, que se relaciona com a escolha de se preparar ou não, essa pergunta se refere à importância da preparação. Vemos aqui que 85.7% dos respondentes acredita na importância de se preparar, o que é favorável, uma vez que há, com efeito, a necessidade de uma preparação anterior. A preparação, nesse contexto, consiste em assistir a vídeos e buscar informações sobre o tema (Strekalovskaya, 2022).

Tabela 9. Justificativas apresentadas para as respostas à pergunta “Você acha importante se preparar anteriormente à sessão de interpretação?” (tabela 8).

| Respostas | |
|---|---------------|
| O profissional precisa ter conhecimento do assunto, carregar a responsabilidade de oferecer um serviço de qualidade e precisão para o(s) cliente(s). Preparar-se faz parte do planejamento do trabalho de comunicação. O cliente depende de nós, e confia em nós. Erros na interpretação podem ter consequências diretas e graves para os envolvidos, por exemplo, em casos penais, mas, também, no caso de congressos, onde, por exemplo, o conteúdo científico precisa ser compartilhado/discutido de forma precisa e correta dentro de um determinado período de tempo. Por isso, acho importante que o cliente inclusive passe detalhes e documentos relacionados ao assunto, anteriormente ao dia do trabalho. | Respondente 1 |
| Depende muito do tipo de interpretação solicitada e, se eu achar necessário, para me preparar por causa de uma | Respondente 2 |

| | |
|---|---------------|
| terminologia específica. | |
| Para não errar. | Respondente 3 |
| Para poder fazer um trabalho bem feito. | Respondente 4 |
| It's necessary to interpret the correct words to avoid giving a wrong interpretation of the content (<i>É importante interpretar as palavras de forma correta para evitar uma interpretação errada do conteúdo-tradução nossa</i>) | Respondente 5 |
| Uma boa preparação melhora a qualidade do serviço | Respondente 6 |
| A preparação é de suma importância, pois a função de intérprete é muito contextual — como os contextos variam levando em conta o tempo, a cultura, as pessoas e os eventos, a preparação é a única ferramenta de antecipação que lhe pode abrir os horizontes e vislumbrar quais seriam as possíveis exigências acarretadas durante o trabalho. A preparação não eliminará possíveis dificuldades, mas ela pode minimizá-las. | Respondente 7 |

Dados nossos.

Na tabela 9, estão as diferentes razões pelas quais intérpretes se preparam, o que demonstra uma falta de uniformidade com respeito a essa questão, porém demonstra o fato de que estão a par da necessidade de se preparar e reconhecem que é fundamental. Segundo Strelakova (2020), o sucesso do processo de interpretação é amplamente determinado pela eficácia da preparação avançada. Com uma padronização na forma de um protocolo, todos os intérpretes saberiam a razão pela qual a preparação deveria ser feita. Isso garantiria uma qualidade elevada e uma atuação bem sucedida.

Infelizmente, um respondente não soube responder à questão em português, mesmo trabalhando com as línguas português e holandês.

Tabela 10. Frequência de respostas à pergunta “Você faz anotações durante a sessão de interpretação?”.

| Respostas | Número de respondentes |
|-----------|------------------------|
| Sim | 3 |
| Não | 1 |
| Às vezes | 3 |

Dados nossos.

Com respeito à prática de anotações, a tabela 10 mostra que o número de respondentes que faz anotações é igual ao número que o faz às vezes. No entanto, de acordo com Gile (1995), a primeira fase da interpretação é a fase de escuta e anotações, porque o intérprete toma notas para ajudá-lo caso ele não consiga se lembrar de certas palavras ou frases. Sem uma formação específica em interpretação ou um conjunto de diretrizes, o intérprete juramentado no Suriname não saberá a importância desse processo, o que pode levar à perda de informações no momento em que a mensagem é transmitida para a língua alvo.

Tabela 11. Justificativas para as respostas “às vezes” à pergunta “Você faz anotações durante a sessão de interpretação?” (tabela 10).

| Respostas | |
|--|---------------|
| Depende. No caso de eventos e congressos, ajuda muito. Em certos casos, pode atrapalhar, especialmente quando a pessoa não teve o treinamento necessário para fazer anotações curtas de modo metódico e eficiente. | Respondente 1 |
| Somente quando eu achar necessário e dependendo do tipo de interpretação solicitada ou como a interpretação se desenvolve na ocasião. | Respondente 2 |
| No tribunal, porque, às vezes, a pessoa fala vários minutos sem interrupção para intérprete | Respondente 3 |

Dados nossos.

A tabela 11 mostra as razões pelas quais os três respondentes assinalaram a opção “às vezes”, que não são iguais. Com uma estruturação da área, tudo caberia sob um denominador, porque o profissional saberia o que é importante para sua atuação.

Tabela 12. Frequência de respostas à pergunta “Como você vê o papel do intérprete juramentado no Suriname?”.

| Respostas | Número de respondentes |
|---|------------------------|
| Como a pessoa que representa outra pessoa que não sabe falar o idioma do país | 4 |
| Como a pessoa que ajuda outra pessoa que não entende o idioma do país | 1 |
| Como a pessoa que fala por outra pessoa | 0 |
| Outras: transferir informação falada de modo preciso e autêntico entre a língua da pessoa estrangeira e a do Suriname | 1 |
| Outras: Como uma pessoa que, quando forem solicitados seus serviços, deve fazer os mesmos (a interpretação juramentada) de forma objetiva, imparcial, com integridade e de acordo com as normas, condições e requerimentos estabelecidos para intérpretes juramentados, entre outros. | 1 |

Dados nossos

Na tabela 12, a maioria dos respondentes, quatro, escolheu que o papel do intérprete juramentado é o “da pessoa que representa outra que não entende o idioma do país”. Essa tabela indica que cada intérprete tem a sua própria visão do seu papel. Sem uma definição clara do suas atribuições, o intérprete pode acabar comprometendo sua conduta ética. Para um bom desempenho, é importante que o seu papel seja claro para ele.

Tabela 13. Frequência de respostas à pergunta “Qual é a sua abordagem quando você percebe que o imigrante brasileiro não compreende a terminologia jurídica?”.

| Respostas | |
|---|-------------------|
| Paro, pergunto e explico em palavras simples. Digo ao oficial o que tive que explicar | Respondente 1 |
| Além de usar a terminologia específica, neste caso, a jurídica, também explica de forma sucinta a terminologia considerada complexa para o envolvido ou interessado de forma mais simplificada, para que o envolvido ou interessado possa compreender bem aquilo que deve ser interpretado. | Respondente 2 |
| Tenta explicar em uma maneira mais simples | Respondente 3 |
| I try to explain the issue with simple and easily understandable words. (Tento explicar a questão com palavras simples e compreensíveis) * | Respondente 4 e 5 |
| Explicar em palavras simples | Respondente 6 |
| Nesse momento, eu peço a delicadeza para poder explicar a ele o que o termo/palavra ou expressão significa. | Respondente 7 |

Dados nossos. *Tradução nossa.

Na tabela 13, os respondentes explicam como agem quando o imigrante brasileiro não entende a terminologia usada e todos acreditam que a necessidade de explicar a terminologia aos imigrantes existe, porém, a maneira como isso é feito nunca será idêntica por não existir uma forma padronizada de atuação. Além do mais, segundo Lebesse (2011), o intérprete forense é o profissional que converte o significado da comunicação verbal e não verbal do falante, de maneira compreensível, na linguagem do ouvinte, levando em consideração as diferenças culturais entre os presentes.

Tabela 14. Frequência de respostas à pergunta “Você acredita que o sigilo profissional é um dever do intérprete?”.

| Resposta | Número de respondentes |
|----------|------------------------|
| Sim | 7 |
| Não | 0 |
| Às vezes | 0 |

Dados nossos.

Mesmo que todos os profissionais tenham a mesma visão com respeito ao sigilo, a necessidade de estabelecer tudo isso num protocolo é ideal, porque só assim a atuação será sempre uniforme. Segundo Witter-Merithew e Johnson (2004), uma profissão é um campo de especialização governado por padrões de comportamento. Não houve justificativas para a resposta “às vezes”, visto que nenhum dos respondentes selecionou esta opção.

Tabela 15. Frequência de respostas à pergunta “O que você acha que deve acontecer caso um intérprete não respeite o sigilo profissional?”

| Resposta | Número de respondentes |
|---|------------------------|
| Ele deve ser suspenso | 1 |
| Deve ser cassado o seu direito de trabalhar como intérprete | 4 |
| Deve ser processado | 0 |
| Outras: Cada caso é um caso e, dependendo da gravidade de cada um, uma ou mais das três opções acima devem ser aplicáveis ou apropriadas | 1 |
| Outras: Dependerá, é claro, do tipo de ocorrência e da gravidade relacionada à mesma. Caso seja a primeira vez, sugiro a suspensão. Caso seja gravíssimo, sugiro cassação e processo por danos. | 1 |

Dados nossos.

Na segunda parte dessa pergunta, os intérpretes têm várias percepções com respeito ao que deve acontecer com o profissional se ele não respeitar o sigilo. Contudo, no caso de atuação obrigatória conforme uma ética de comportamento, já estaria estabelecido o que aconteceria caso o sigilo seja desrespeitado.

Tabela 16. Frequência de respostas à pergunta “Você faria interpretações juramentadas para pessoa(s) que você conhece bem ou com quem tem algum tipo de relacionamento, tais como nos casos de interpretação juramentada em inquéritos policiais, ações/processos judiciais (penal e/ou civil), casamentos, na execução de escrituras públicas, entre outros?”.

| Respostas | Número de respondentes |
|-----------|------------------------|
| Sim | 0 |
| Não | 5 |
| Às vezes | 2 |

Dados nossos

Na tabela 16, vemos que a maioria dos respondentes assinalou a opção “não”, o que mostra uma uniformidade de percepção. Porém, em um país pequeno como o Suriname, é difícil não conhecer a pessoa para a qual a interpretação tem que ser feita, já que, em uma comunidade pequena, com poucos intérpretes que atuam na área de português/holandês, a maioria dos brasileiros os conhece os ou conhecem alguém que os conheça. Dessa forma, há a possibilidade de ter contato com o intérprete antes do momento da atuação. Entretanto, a partir do momento em que o profissional precisa seguir um padrão de trabalho, ele até poderá fazer interpretações para pessoas conhecidas sabendo, contudo, os limites de seu trabalho.

Tabela 17. Justificativas para as respostas à pergunta “Você faria interpretações juramentadas para pessoa(s) que você conhece bem ou com quem tem algum tipo de relacionamento, tais como nos casos de interpretação juramentada em inquéritos policiais, ações/processos judiciais (penal e/ou civil), casamentos, na execução de escrituras públicas, entre outros?” (tabela 16).

| Respostas | |
|---|---------------|
| Exige-se ser objetivo e não emocional. Em casamentos, talvez ok, mas, em outros exemplos, como processos judiciais, se tornaria difícil ficar imparcial, e até poderia gerar um possível conflito de interesses. | Respondente 1 |
| Talvez não em certos casos policiais e/ou judiciais no âmbito penal em que o(s) envolvido(s) conhecido(s) é (são) suspeito(s), acusado(s) ou processado(s). Em todos os outros casos, acredito que faria as interpretações juramentadas quando solicitados. | Respondente 2 |
| Eu não acho certo | Respondente 3 |

| | |
|---|---------------|
| To avoid conflict of interest | Respondente 4 |
| Just to avoid conflict of interest | Respondente 5 |
| O intérprete tem que ser uma pessoa independente do cliente para poder trabalhar de maneira correta e para não misturar profissionalismo com amizade | Respondente 6 |
| O seu profissionalismo e a idoneidade da pessoa implicada devem ser preservados acima de tudo. Muitas vezes, é necessário, para isso, tomar distância de casos como esses descritos acima pelo bem da pessoa implicada e também para a sua saúde profissional. Casos extremos da falta de um outro profissional no momento justificariam sim o uso de suas competências em casos assim. Mas, havendo um outro profissional disponível, eu sugiro tomar distância. | Respondente 7 |

Dados nossos.

Na tabela 18, dois dos respondentes não responderam a essa questão em português, mesmo trabalhando com a combinação português/holandês. Os outros respondentes têm opiniões diferentes a respeito da questão. No entanto, se os profissionais cumprirem um protocolo, os intérpretes podem interpretar para pessoas que conhecem porque saberiam como isso deve ser feito.

É importante ressaltar que houve uma adaptação com respeito à abordagem do profissional para com o seu trabalho nos últimos dois anos, o período da pandemia, durante o qual foi feita a maioria da pesquisa para esta dissertação. Nesse período, a interpretação não foi presencial em certos âmbitos, mas à distância, por chamada de vídeo ou até por telefone, uma abordagem diferenciada, mas necessária devido ao contexto. No entanto, no tribunal, ou quando o profissional é chamado para um âmbito em que a preferência é a interpretação presencial, o uso de máscara dificultou a compreensão para todas as partes. Assim, o processo demorava um pouco mais do que de costume, porque a repetição de informações era necessária até que tudo ficasse claro para todas as partes. Contudo, o profissional precisava falar mais do que o necessário e, às vezes, parecia, para quem não entendia o que estava sendo dito,

que ele fugia do conteúdo, já que a mensagem para a língua alvo era bem mais longa do que a mensagem na língua fonte, mas a situação era de caráter excepcional.

4.5 Entrevistas

Além de mandar questionários para os intérpretes, também entrevistei seis pessoas, sendo estes dois juízes, um que trabalha com casos civis e o outro com casos penais; um notário, um advogado, um delegado e um oficial do registro civil. As entrevistas foram importantes para esse estudo, porque, além de saber dos intérpretes como eles atuam, também é importante saber o porquê da presença deles, uma vez que o seu trabalho é acompanhado por pessoas que necessitam dos seus serviços. Além disso, a escolha das entrevistas estruturadas foi feita para coletar as informações mais relevantes para essa pesquisa e para haver uma padronização das entrevistas, bem como uma comparação das respostas. A transcrição dos dados é feita não com os nomes dos entrevistados, mas usando o termo entrevistado para se referir a cada uma das pessoas entrevistadas. Porém, como dois dos entrevistados são juízes, suas respostas às perguntas foram colocadas uma do lado da outra a saber: à esquerda, o juiz penal e, ao lado, o juiz civil, seguido pelas respostas do advogado, do inspetor de polícia, do funcionário do registro civil que celebra casamentos e, por fim, do notário.

Tabela 18. Respostas à pergunta “Em que momento o serviço de um intérprete é necessário?”.

| | |
|--|---|
| <p>A assistência de um intérprete é necessária porque é um requerimento legal um suspeito só poder prestar depoimento em uma linguagem que ele entenda. O código do processo penal 291, parágrafos 1,2,5 indica a proporção. Um suspeito é acusado de ter cometido uma ofensa criminal. É o direito dele, e, de acordo com a lei do tratado e os princípios do devido processo, ele precisa, em primeiro lugar, entender do que é suspeito e, em segundo, que ele possa se explicar.</p> | <p>Por conveniência, me refiro ao Código do Processo Penal: Artigo 291 1.Caso um suspeito ou uma testemunha não entenda a língua holandesa, a investigação não acontece sem a assistência de um intérprete. 2.Caso um suspeito seja deficiente auditivo ou de fala integral ou parcial, as perguntas serão feitas por escrito. 3. Caso a pessoa supramencionada seja analfabeta ou semianalfabeta, a assistência de alguém adequado é requerida. 4. Caso seja necessário, o intérprete é convocado pela promotoria. 5. Caso, no tribunal, fique claro que a presença de um intérprete é necessária, a convocação será feita pelo tribunal de justiça.</p> |
|--|---|

| | |
|--|--|
| | <p>6. Caso o intérprete não compareça, o artigo 272, segundo parágrafo, é aplicável.</p> <p>7. O suspeito tem o direito a dizer que não quer a presença do intérprete convocado e o tribunal decide, no mesmo momento, o que acontecerá</p> <p>Artigo 292</p> <p>1. O intérprete deve ter a idade mínima de dezoito anos.</p> <p>2. Caso não seja um intérprete certificado, ele faz um juramento na mesma hora prometendo cumprir fielmente com os seus deveres.</p> <p>3. As testemunhas ou os juízes não podem servir como intérpretes.</p> <p>Artigo 293</p> <p>Caso....</p> |
| <p>O Código Penal prevê, no artigo 178, que o suspeito deve prestar depoimento em uma linguagem que ele entende. Se esta não for a linguagem falada no tribunal, um intérprete tem que ser chamado. Caso for uma audiência de custódia ou um processo</p> | |
| <p>É uma disposição legal, portanto, uma exigência dentro do processo penal. O Código de Processo Penal afirma claramente que, se um suspeito ou uma testemunha não compreendem a língua holandesa, a investigação não poderá ser realizada sem a assistência de um intérprete. O intérprete também é necessário quando o suspeito ou a testemunha for incapaz ou mal capaz de ler ou escrever e/ou ouvir ou falar. Na minha opinião, o intérprete é a pessoa (legal) designada que deve continuar a manter o equilíbrio dentro do processo de justiça criminal quando os diferentes atores desse processo não puderem se entender. Eles, então, garantem um processo justo, o chamado “jogo justo”.</p> | |
| <p>De acordo com a lei do Suriname, o casamento é um acordo entre um homem e uma mulher para uma vida comum duradoura. O casamento não pode ser baseado em coerção, erro ou engano. O livre arbítrio para fazer uma escolha é muito importante. Essa é a essência do casamento. É justamente por isso que deve ficar claro para o estrangeiro quais são as consequências jurídicas dessa união.</p> <p>Quando um estrangeiro que não domina a língua holandesa quiser se casar no Suriname, toda a celebração deve ser interpretada para sua língua materna por um intérprete ou um tradutor juramentado. O casamento tem consequências legais de longo alcance tanto para o casal, quanto para seus parentes.</p> | |
| <p>De acordo com a lei, um intérprete precisa sempre estar presente caso o notário não entenda a língua do cliente. Eu, como notário, entendo um pouco de português e, por isso, sempre chamo você ou outro intérprete caso você não</p> | |

possa fazer a interpretação para o cliente, mas, como falo e entendo bem o inglês, não é necessário chamar um intérprete para clientes falantes do inglês. Um intérprete é essencial porque precisamos ter certeza que o cliente entende tudo sendo dito. Uma pequena palavra mal interpretada pelo cliente por ter sido traduzida de forma errônea terá consequências jurídicas. De acordo com a nova lei, podemos usar um tradutor juramentado *ad-hoc* em casos de extrema urgência. Essa pessoa faz um juramento na hora e pode assim fazer a tradução, mas isso é em casos extremos.

Dados nossos

Todos os entrevistados se referiram aos artigos da lei para explicar a necessidade da presença de um intérprete juramentado em várias ocasiões e também enfatizam que, em nenhuma ação, há validade legal caso o profissional esteja ausente. O entrevistado 2 citou todos os artigos referentes ao intérprete. O notário, porém, deu uma visão um pouco diferente quando ele explicou que o intérprete só é necessário para ele quando o cliente fala uma língua que ele não entende, por isso, não vê a necessidade de um intérprete com clientes falantes do inglês, por esta ser uma língua dominada por ele.

Tabela 19. Respostas à pergunta “Você fala com os intérpretes sobre o que você espera deles antes de começarem a atuação?”.

| | |
|--|---|
| <p>Sim. Converso com eles sobre o seu trabalho. Isso difere por caso. Entre outras coisas, diz-se o que se espera do intérprete, por exemplo, que ele não pode tirar conclusões, que ele não pode falar pelo suspeito e, acima de tudo, que as perguntas feitas sejam traduzidas da melhor/mais literal forma possível. Explico também ao intérprete que ele fale ao suspeito dos seus direitos por o suspeito ter direito de, eventualmente, fazer perguntas.</p> | <p>Não no caso de já ter trabalhado com o intérprete antes ou se for um intérprete experiente. Então, a maneira de atuação já é conhecida. Caso contrário, sim.</p> |
| <p>Em caso de apresentações ou ações judiciais, o Ministério Público e a secretaria, respectivamente, conversam com os intérpretes sobre como ele deve atuar. Se eu tiver que trazer um intérprete comigo para uma entrevista com um suspeito, obviamente tomarei minhas providências e conversarei primeiro com o ele.</p> | |
| <p>Alguns conhecem bem o trabalho por serem bem experientes, então, não há necessidade de explicar para eles o esperado de sua atuação. O profissional sabe melhor do que ninguém como fazer o seu trabalho, portanto, nenhuma explicação é necessária. Outros que são “novos na profissão” precisam entender as suas responsabilidades e a visão do legislador com relação ao tratamento do</p> | |

| |
|---|
| arguido, em especial, de um suspeito em um processo criminal. Também fica claro que é preciso deixar de lado todas as emoções para impedir que o objetivo que o legislador tem em mente seja destruído. |
| Na realidade, não. A única coisa que faço, às vezes, é orientar um intérprete cujo trabalho não conheço a não fazer a tradução simultânea. |
| Em geral, é importante ter uma conversa com o intérprete antes da atuação para passar as diretrizes para ele ou até saber se ele quer ler o ato anteriormente, porém, no caso de um intérprete conhecido, como a senhora, não falo nada, porque você sabe exatamente o que fazer por ser uma intérprete fixa. Como a senhora conhece o trabalho tão bem, só pergunto aos clientes se há alguma pergunta antes de assinarem. |

Dados nossos.

O primeiro entrevistado fala com o intérprete antes que comece a sua atuação, porque, na opinião dele, é importante falar com o profissional sobre a sua forma de atuar, enquanto o segundo entrevistado apenas faz isso quando trabalha com um intérprete pouco experiente. O terceiro entrevistado, contudo, somente conversa com o intérprete antes de ele começar a sua atuação, quando este é chamado ao ambiente onde trabalha ao ser convocado pelo ministério público. Neste momento, é explicado como o profissional deve atuar ao interpretar as falar do suspeito. O quarto entrevistado acredita que um intérprete sabe melhor do que ninguém como fazer o seu trabalho, então, não há necessidade nenhuma de explicar a ele o que se espera da sua atuação. Assim, até os intérpretes inexperientes devem conhecer as suas responsabilidades e também como agir. O quinto entrevistado, por sua vez, ocasionalmente fala com o intérprete para orientar que ele não faça a tradução simultânea. O sexto entrevistado, finalmente, não conversa de antemão com os intérpretes experientes e fixos, porque acredita que isso seja desnecessário, mas, quando o profissional não é familiarizado com o trabalho no escritório dele, ele acredita na necessidade de passar-lhe as diretrizes.

Tabela 20. Respostas à pergunta “Como vê o papel do intérprete?”.

| | |
|---|--|
| O intérprete é a pessoa que informa ao suspeito, em um idioma que este entenda, o que foi dito durante a audiência para que o suspeito saiba e entenda tudo que diz respeito ao seu caso. | Ele deve fazer uma interpretação verdadeira do que os suspeitos ou as testemunhas dizem. |
|---|--|

O intérprete é indispensável. Se o suspeito tiver sido interrogado numa língua que não compreende, os atos processuais não podem servir de prova. Portanto, é extremamente importante que um bom intérprete esteja presente se o suspeito não falar holandês ou surinamês. O artigo 293 é claro sobre isso: “Nos casos em que for solicitada a assistência de intérprete, sob pena de nulidade, não será considerado o que for falado ou lido em tribunal contra o suspeito, sem que tenha sido interpretado para ele”.

O papel do intérprete é definido por lei, por isso, é de suma importância para o processo judiciário. A investigação não acontece sem a ajuda de um intérprete, quando existe uma barreira de língua. O intérprete é um dos atores judiciais e, juntamente com a polícia, garantirá que a esta não perca nenhum detalhe da entrevista ou do interrogatório e especialmente que ocorra um julgamento justo.

O intérprete juramentado tem um papel crucial na celebração de casamento. Este profissional torna o casamento compreensível para as pessoas que falam outro idioma. Sem intérprete juramentado, o funcionário não pode realizar um casamento para uma pessoa que fale outro idioma. O funcionário é obrigado a escrever na certidão que a celebração de casamento foi traduzida por um intérprete juramentado.

O intérprete é uma ponte para que as pessoas que falam línguas diferentes possam se entender, e não é só uma língua diferente, mas também pessoas com uma cultura diferente: essa ponte significa de tudo também no aspecto jurídico

Dados nossos.

O primeiro entrevistado acredita que o intérprete é a pessoa cuja função é transmitir tudo dito na audiência para o suspeito; enquanto o segundo entrevistado vê o profissional como a pessoa que faz uma interpretação verdadeira do que é dito pelo suspeito ou a testemunha. O terceiro entrevistado explica o papel do intérprete se baseando no artigo da lei e acredita que este profissional é indispensável, porque um interrogatório não pode acontecer sem a presença dele, se tornando válido apenas mediante a presença do profissional. O quarto entrevistado não difere muito do terceiro quando define o papel do intérprete através da lei, e continua dizendo que este profissional é muito importante para o processo judiciário, porque a investigação não acontece sem a presença do intérprete. Para o quinto entrevistado, o intérprete é a pessoa que torna o casamento compreensível, mas também é a pessoa que necessariamente precisa estar presente para que o casamento de um estrangeiro

possa ser realizado. O sexto entrevistado vê o papel do intérprete como uma ponte ampla entre as pessoas que falam uma língua diferente e que têm uma outra cultura.

Tabela 21. Respostas à pergunta “Você tem casos que envolvem brasileiros com frequência?”.

| | |
|--|--------------------------------------|
| Hoje em dia, bem menos, mas antigamente, muitos. | Uma vez a cada três meses, acredito. |
| Sim, tenho processos criminais e cíveis envolvendo brasileiros. | |
| Já tive muitos casos no qual brasileiros suspeitos ou testemunhas precisavam de um intérprete para poder prestar depoimento. | |
| Não muito frequente, razoável. | |
| Sim, muitos. Há anos temos brasileiros como clientes. Já trabalho neste escritório há doze anos e, naquela época, tínhamos clientes brasileiros quase que diariamente, mas agora eles vêm semanalmente e, assim, conheci a senhora. Já entendo bastante da língua portuguesa, porém vejo que a cultura dos brasileiros é diferente e que eles precisam de uma explicação através da cultura deles e somente um intérprete consegue fazer isso. | |

Dados nossos.

Com respeito aos casos que envolvem brasileiros, todos os entrevistados afirmam trabalhar com eles. O primeiro entrevistado trabalha bem menos com brasileiros hoje em dia em comparação com antigamente. Já para o segundo entrevistado, os casos com brasileiros não são muito frequentes: uma vez a cada três meses. O terceiro entrevistado indica ter processos criminais e cíveis envolvendo brasileiros. O quarto entrevistado relata ter tido muitos casos que envolvem brasileiros, sejam eles suspeitos ou testemunhas. Para o quinto entrevistado, é o contrário porque os casos com brasileiros não são muito frequentes. Para o sexto entrevistado, os casos com brasileiros eram diários no passado, mas, agora, são semanais, um número que ele ainda acha alto. Fica claro que todos os entrevistados trabalham com uma certa frequência com brasileiros, havendo, portanto, contato frequente com o intérprete.

Tabela 22. Respostas à pergunta “Você está satisfeito com o trabalho dos intérpretes?”.

| | |
|--|--|
| Quando “A MENSAGEM” for transmitida corretamente, o intérprete fez seu trabalho de forma adequada. Depende muito do intérprete, existem intérpretes experientes que já trabalham há algum tempo, então eles sabem exatamente o que é exigido | Sim, eu não tenho motivos para duvidar da qualidade do trabalho. |
|--|--|

| | |
|--|--|
| <p>deles. Também há intérpretes menos experientes. Como guardião do processo – função de juiz –, mesmo que eu não fale a língua, cabe a mim “supervisionar” o trabalho de um intérprete. Se for notado que, por exemplo, perguntas estão sendo feitas entre o intérprete e o suspeito ou que o suspeito fala demais e o intérprete acena com a cabeça, é o meu dever intervir e perguntar o que é que o suspeito disse. Você pode perguntar ao suspeito se é possível que ele dê respostas curtas às perguntas e que vá direto ao ponto, ou falar ao intérprete, por exemplo: “Você pode me dizer do que está falando?”. Este é então um momento de teste para verificar se a pergunta que foi feita foi traduzida corretamente.</p> | |
| <p>Consigo entender o português razoavelmente bem e, por isso, consigo acompanhar para saber se o intérprete está fazendo uma boa tradução. Não tenho motivo para reclamar do trabalho do intérprete.</p> | |
| <p>Nem sempre satisfeito. Embora houvesse uma barreira da língua, eu, como interrogador, muitas vezes tive a impressão que o suspeito ou a testemunha tiveram ajuda do intérprete para formular as suas respostas. Aconteceu também que o intérprete quis se fazer de policial e fazia perguntas ao suspeito ou à testemunha que, devido à estratégia, não seriam feitas naquele momento.</p> | |
| <p>Sim, a maioria dos intérpretes são corretos e respeitosos. Eles também costumam ser pontuais, o que é muito importante em uma cerimônia digna. Uma postura e uma aparência correta contribuem para a dignidade da cerimônia de casamento.</p> | |
| <p>Em geral, sim. Claro que nem todos são iguais, nem todos são habilidosos como a senhora, que está no nosso escritório com frequência. Trabalhar com a senhora é muito fácil. Posso até dizer que a senhora é de casa</p> | |

Dados nossos.

O primeiro entrevistado deu uma resposta mais elaborada do que o segundo quando explicou que, para ele, o intérprete faz um bom trabalho quando transmite a mensagem de forma adequada, dependendo do profissional, já que intérpretes experientes sabem exatamente o que fazer e o esperado deles. Porém, com os intérpretes menos experientes, é importante que seu trabalho seja supervisionado pelo juiz. Para isso, o intérprete é interrompido quando é notado que, por exemplo, o

profissional e o suspeito conversam entre si. Neste momento, o intérprete é perguntado sobre o que os dois estão falando — essa é uma maneira de verificar se a tradução é correta. Para o segundo entrevistado, não há motivos para duvidar do trabalho do intérprete. O terceiro entrevistado não tem motivo para reclamar da atuação do intérprete. Por outro lado, o quarto entrevistado não sempre esteve satisfeito com o trabalho do intérprete por acreditar que, às vezes, este ajudou o suspeito e a testemunha a formularem as suas respostas. Além disso, o intérprete tentou desempenhar o papel do policial ao fazer perguntas ao suspeito por conta própria. Para o quinto entrevistado, o intérprete é sempre correto, respeitoso e pontual, fatores que fazem com que este entrevistado não tenha reclamações sobre a atuação do profissional. O sexto entrevistado geralmente está satisfeito com a atuação do intérprete, mas admite que nem todos os profissionais são iguais: alguns são mais habilidosos do que outros.

Tabela 23. Respostas à pergunta “O intérprete deve interpretar enquanto você fala (simultaneamente) ou quando você para de falar? Por quê?”.

| | |
|--|--|
| <p>Não, espera-se que o intérprete ouça a pergunta primeiro e depois que a pergunta for feita, ela pode ser traduzida para o suspeito. Isso não é apenas pragmático, mas, acima de tudo, está no interesse de uma boa ordem processual. Dar uma interpretação errada a uma pergunta pode causar o suspeito a entender tudo de forma equivocada. Além disso, é útil, para mim, verificar se o intérprete entende corretamente a essência da questão. O mensageiro só pode transmitir a mensagem adequadamente se a tiver entendido.</p> | <p>Prefiro que o faça quando eu não estiver falando porque acredito que seja mais claro para o intérprete.</p> |
| <p>O intérprete tem que traduzir quando eu terminar de falar ou fazer perguntas. Eu acho importante ouvir a tradução também para ter certeza de que minha pergunta foi transmitida corretamente. Também preciso desse tempo para poder acompanhar e anotar as respostas.</p> | |
| <p>A pergunta foi sempre clara e legível por escrito, por isso, não é necessário fazê-lo simultaneamente. Conversas simultâneas trouxeram, na minha humilde opinião, confusão.</p> | |
| <p>A tradução simultânea é algo bem difícil que complica muito o trabalho do funcionário ao atuar com um intérprete. Em algum momento, você vai perder o controle. Você fica distraída. Não recomendo de jeito nenhum.</p> | |

Quando eu terminar de falar, o intérprete interpreta o que falei. Geralmente, o intérprete faz a tradução da documentação e, quando entro na sala, somente peço para que certos trechos muito importantes sejam interpretados após eu falar. Agora, quando trabalho com um intérprete experiente, como a senhora, pulo essa parte e somente pergunto se tudo está claro e se há perguntas.

Dados nossos.

Com respeito à pergunta de como o intérprete deve atuar, — de forma simultânea ou consecutiva — todos os entrevistados preferem que o intérprete o faça de forma consecutiva. O primeiro entrevistado acredita que, dessa forma, o intérprete pode escutar a pergunta completamente e depois traduzi-la sem erro. Para ele, uma tradução errada pode ter consequências graves. Assim, mensageiro só pode passar a mensagem correta quando entendê-la. Já o segundo entrevistado vê a interpretação consecutiva como uma ajuda ao profissional para entender a pergunta de forma clara. O terceiro entrevistado acha a interpretação consecutiva melhor para poder verificar se o intérprete está transmitindo a mensagem de forma correta. Além disso, o entrevistado precisa de tempo para fazer anotações enquanto o profissional está fazendo a sua interpretação. Para o quarto e o quinto entrevistados, a interpretação simultânea pode causar confusão, com o quinto entrevistado não a recomendando de forma alguma. O sexto entrevistado, por outro lado, crê que somente o intérprete inexperiente precisa fazer a interpretação consecutiva de algumas partes dos documentos após sua leitura. Os intérpretes experientes, cujo trabalho com o último entrevistado é frequente, não precisam fazer a interpretação dos documentos na presença dele por conhecerem bem a sua atuação.

Tabela 24. Respostas à pergunta “Você já teve a sensação de que o intérprete cometeu um erro durante uma interpretação, mesmo que você não entenda o idioma (tão bem)? Caso positivo, compartilhe uma experiência.”.

| | |
|---|--|
| <p>Sim. Isso se deve ao modo de tradução e interpretação das palavras. Por exemplo, se o intérprete deve dizer ao suspeito que ele está sendo acusado de cometer roubo, isso às vezes é traduzido como “o juiz disse que você cometeu roubo, o que você tem a dizer sobre isso? Isso é verdade?”. Quando noto isso, imediatamente faço a correção, falando ao intérprete QUE NÃO FOI DITO QUE ELE FEZ O FURTO, MAS QUE ELE É CONSIDERADO CULPADO E QUE A</p> | <p>Não necessariamente, mas ao responder à pergunta, você pode notar se 1. o suspeito/a testemunha não entendeu a pergunta corretamente; ou se 2. a interpretação não estava correta, mas não é possível saber a menos que se entenda a linguagem (parcialmente). Nas traduções para o inglês, a interpretação, às vezes, realmente não era muito clara.</p> |
|---|--|

| | |
|---|--|
| <p>PERGUNTA É SE ACUSAÇÃO É VERDADEIRA. Esse é frequentemente um erro de iniciante que não se repete depois de algum tempo.</p> | |
| <p>Isso já aconteceu várias vezes. O intérprete, às vezes, faz a pergunta de tal maneira que a resposta fica enraizada na pergunta, enquanto eu fiz uma pergunta aberta. Até o intérprete de inglês, às vezes, traduz uma pergunta incorretamente e então eu preciso interferir. Com o intérprete de chinês, às vezes, tenho a sensação de que sotaques e pronúncias não são bem compreendidos e/ou não são transmitidos adequadamente. Eu não falo a língua, então, não tenho certeza se isso acontece. Meus clientes falaram, em várias ocasiões, que não entendem bem o sotaque do intérprete chinês. As respostas, às vezes, diferem tanto da pergunta, que fica claro que as coisas não são interpretadas e compreendidas adequadamente;</p> | |
| <p>Eu não chamaria isso de "erro", porque, como disse anteriormente, a pergunta era clara e, ao mesmo tempo, escrita para poder ser lida pelo intérprete. Já percebi antes a sensação de o suspeito ou a testemunha estar recebendo ajuda do intérprete, por algum motivo, para responder às perguntas, assim dando um rumo diferente à investigação. A interpretação, conseqüentemente, foi considerada pouco confiável. Exemplo: Ao perguntar – e ser interpretado — sobre a presença do suspeito em um determinado local, este confirma: a pessoa explica a razão de ter estado lá, citando fatos apenas averiguados caso tivesse estado no lugar. O interprete, contudo, afirma que o réu não entendeu a pergunta. Sem aguardarem minha resposta, o réu e o intérprete começam uma conversa, gerando uma expressão de choque no primeiro. O suspeito, dessa forma, muda sua resposta, afirmando que não havia entendido a pergunta, e que sua presença no local é uma narrativa inventada. Isso indica uma possível interferência do intérprete, já que a presença do réu na localidade poderia ser incriminatória.</p> | |
| <p>Sim, uma vez que um intérprete traduziu algo completamente diferente. Os clientes eram falantes de espanhol. Houve uma risada repentina durante a tradução. Eu não tinha dito nada engraçado. Então, parei de falar e queria esclarecimentos. Ela veio com uma explicação, mas eu não gostei disso.</p> <p>Há também intérpretes que não traduzem literalmente. Eles dão uma explicação. O funcionário diz isso... ele diz aquilo... ele pede para levantar....</p> | |
| <p>Sim, com certeza. Com idiomas bastante complicados, não consigo entender nenhuma palavra, porém, eu sigo as expressões das pessoas e, algumas vezes, notei e senti também algo errado. Então, vou pegando trecho por trecho, pergunto ao intérprete se ele tem certeza que passou o conteúdo corretamente e peço para fazer a interpretação novamente, mas em partes. É importante ficar atento às expressões das pessoas, porque só assim consigo descobrir uma tradução incorreta.</p> | |

Dados nossos.

De acordo com o primeiro entrevistado, erros de interpretação acontecem com iniciantes, que, às vezes, dão uma outra interpretação às palavras. Assim, uma pergunta é entendida de forma errada. Já para segundo entrevistado, quando não se entende a língua, é difícil saber se o intérprete cometeu um erro. Às vezes, nota que o suspeito não entendeu a pergunta pela resposta deste. Por outro lado, segundo o terceiro entrevistado, aconteceram várias vezes de o intérprete fazer uma pergunta de tal forma que a resposta já estava enraizada nela. Além disso, em outras ocasiões, as respostas eram tão diferentes das perguntas, que ficava óbvio que as perguntas não foram interpretadas de forma adequada. O quarto entrevistado, porém, não acredita que seja possível errar ao fazer a interpretação, já que o intérprete disponibiliza o texto e somente precisa passar de um idioma para o outro, mas acredita que mudanças na interpretação acontecem quando o profissional quer ajudar o suspeito ou facilitar situação. Contudo, fazendo isso, ele dá um outro rumo à investigação. O quinto entrevistado teve uma experiência com um profissional que interpretava espanhol, na qual ficou claro que a mensagem passada foi outra e o entrevistado pediu esclarecimentos. Para evitar erros, o sexto entrevistado observa as expressões das pessoas na hora da interpretação de idiomas bastante complicados e, quando acredita haver algo errado, pergunta ao intérprete se ele tem certeza que interpretou o conteúdo corretamente e depois lhe pede para fazê-lo novamente.

Tabela 25. Respostas à pergunta “O que você acha que deve acontecer se o intérprete não respeitar sua ética profissional (sigilo, transmissão correta da informação)?”.

| | |
|--|--|
| <p>Se as informações não forem transmitidas estruturalmente corretamente, o intérprete pode não ter cumprido o juramento ou a promessa de desempenhar suas funções na melhor de suas capacidades e conhecimentos. Nesse caso, o juiz terá que dispensar esse profissional de suas obrigações como intérprete. Então, ele não precisa continuar a atuação. Finalmente, uma decisão deve ser tomada pelo Tribunal de Justiça sobre a continuidade de sua atuação no tribunal. O mesmo pode acontecer se a pessoa em questão não cumprir o dever de sigilo. Nos mais de 25 anos de trabalho, tenho mais</p> | <p>Depende da gravidade. Um mau intérprete, que simplesmente não tem um bom domínio da língua também dá a impressão errada, mas há menos malícia nisso do que alguém que deliberadamente interpreta mal. Neste último caso, o profissional deve ser proibido de continuar atuando.</p> |
|--|--|

| | |
|---|--|
| <p>experiências positivas com intérpretes do que negativas. O único grande problema grande que se ouviu, na segunda metade da década de 1990, foi que um intérprete chinês, na época chamado Aukie recebia pagamento de parentes de suspeitos chineses ou de outros interessados. Depois de o interessado ter sido solicitado a prestar esclarecimentos por um juiz de primeira instância, aquele respondeu que foi abordado pelos parentes dos suspeitos ou outros interessados para realizar um trabalho de interpretação mediante pagamento. Ele, então, prestava serviços para os dois lados ao mesmo tempo</p> | |
| <p>O Código Penal já prescreve a sanção: Artigo 244[1]: Aquele que, como testemunha, como perito, como prestante de juramento ou como intérprete, intencionalmente não cumprir com qualquer obrigação legal que tenha de cumprir como tal, será punido: 1. em processos criminais com pena máxima de prisão de seis meses; 2. nos outros casos, com pena de prisão não superior a quatro meses</p> | |
| <p>Denuncie isso às autoridades competentes, primeiro um grave aviso (apenas uma vez) e, se cometer um erro novamente, imediatamente o “excluir”.</p> | |
| <p>O funcionário de registro civil trabalha exclusivamente com intérpretes juramentados. Ao prestar o juramento, já fica claro quais são seus deveres/responsabilidades. O papel de um intérprete juramentado é transmitir a verdadeira tradução do que é dito ao estrangeiro em uma língua estrangeira. Ambas as partes, o funcionário e o estrangeiro, são totalmente dependentes do intérprete para administrar o caso adequadamente. Para garantir a veracidade da cerimônia, faz-se menção na escritura do fato de que este casamento foi traduzido por um intérprete ou tradutor juramentado, designado para a língua do estrangeiro. Se o conteúdo da tradução for posto em causa, por exemplo, por uma tradução incorreta, isso pode ter consequências para a autenticidade da escritura. Uma escritura com vício pode ser declarada nula e sem efeito pelo tribunal sub distrital a pedido dos interessados.</p> <p>A última frase do ato diz: “Assim redigida com veracidade”.</p> | |

O sigilo é importantíssimo, não brinco com isso e acredito que, caso o intérprete viole este princípio, ele deva ser processado. Os intérpretes fizeram um juramento e nós precisamos confiar neles. Claro que um pequeno erro pode acontecer, mas, quando um intérprete erra excessivamente, não trabalhamos mais com ele, mas não cumprir o dever de sigilo é algo que deve ser denunciado. Não existe nenhum artigo na nossa legislação para punir um intérprete que faz isso, mas, mesmo assim, como o profissional fez um juramento, tem de haver a possibilidade de denunciá-lo.

Dados nossos.

De acordo com o primeiro entrevistado, o intérprete fez um juramento de cumprir fielmente com o seu dever e, caso descumprir, deve ser dispensado de suas obrigações, sendo vetado de continuar sua atuação. Nesse contexto, será o Tribunal de Justiça o ente responsável por decidir se este intérprete poderá continuar a atuar no tribunal. Para o segundo entrevistado, depende da gravidade da situação para decidir se algo deve ser feito com esse intérprete. Quando fica clara a existência de malícia na ação do intérprete, ele deverá ser proibido de continuar atuando. O terceiro entrevistado cita o artigo 244 do Código Penal, que prescreve sanções para os intérpretes que propositalmente desrespeitam a ética profissional. Essas punições tem a ver com pena de prisão. Já o quarto entrevistado acredita que esse descumprimento deve ser denunciado às autoridades competentes. O quinto entrevistado trabalha exclusivamente com intérpretes juramentados e acredita que, ao prestar juramento, o profissional já fica sabendo quais são os seus deveres e as suas obrigações, por isso, ele já sabe o que deve fazer. Finalmente, como o sexto entrevistado acredita que sigilo é importantíssimo. Para ele, o profissional que não cumprir com isso deve ser denunciado e processado, porque ele fez um juramento. Assim é necessária a possibilidade de denunciá-lo, mesmo não havendo, segundo ele, nenhum artigo na legislação surinamesa para punir um intérprete que descumpra a ética profissional.

5 PROPOSTA DE PROTOCOLO DO INTÉRPRETE

À luz das conclusões dos questionários e das entrevistas na seção anterior, torna-se óbvio que todos os profissionais têm o seu próprio protocolo na hora da atuação, e a falta de padronização deste trabalho significa um serviço não uniformizado e uma falta de consistência entre intérpretes. Nesta seção, apresentaremos uma proposta de protocolo de intérpretes públicos usando, como base, os Códigos de Ética usados no Brasil, a saber, o da Associação Profissional de Intérpretes de Conferência (APIC); o da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); as Diretrizes de Interpretação da Pesquisa Nacional de Exames de Saúde e Nutrição (National Health and Nutrition Examination Survey-NHANES); o Código de Ética e o Código de Conduta do Instituto Australiano de Intérpretes e Tradutores (Australian Institute of Interpreters and Translators - AUSIT); e o Guia Padrão Nacional para Serviços de Interpretação Comunitária (National Standard Guide for Community Interpreting Services).

Acreditamos que, em um país pequeno como o Suriname, onde as pessoas conhecem umas às outras, uma padronização ajuda e protege ambas as partes: o intérprete e o “cliente”. Isso porque, por mais que os intérpretes tentem, eles não irão somente fazer interpretações para clientes desconhecidos pelo fato de o número de intérpretes certificados ser muito baixo. Como é praticamente impossível evitar a situação mencionada, seria aconselhável que eles trabalhassem a partir de um protocolo, assim, todos seguirão a mesma forma de atuação e, dessa maneira, as chances de ocorrerem erros prejudiciais a uma das partes ou ao processo seriam bem poucas. Por outro lado, quando a atuação é feita a partir de um protocolo padrão, é mais fácil para os intérpretes trabalharem juntos, porque não haverá diferença na forma de atuar.

5.1 Protocolo

Padrões de prática e princípios éticos são guias complementares para equipar um intérprete com parâmetros claros para a prestação de serviço de interpretação de qualidade. O desenvolvimento e a adesão a padrões de prática e conceitos éticos reforçam e apoiam uma prática consistente para todos os intérpretes.

Os principais conceitos éticos são:

- a) precisão e fidelidade;
- b) confidencialidade;

- c) imparcialidade;
- d) respeito pelas pessoas;
- e) manutenção dos limites do papel;
- f) responsabilidade por seu trabalho;
- g) profissionalismo;
- h) competência continuada.

5.1.1 PRECISÃO E FIDELIDADE

Os intérpretes devem transmitir a mensagem da forma mais fiel possível e com o melhor de sua capacidade, sem adição, distorção ou omissão do significado.

5.1.1.1 PADRÃO DE PRÁTICA:

- a) O intérprete deve passar a mensagem fielmente usando a primeira pessoa. A interpretação deve soar natural na língua-alvo e não deve haver distorção da mensagem original por meio de adições, omissões ou explicações.
- b) O intérprete deve pedir repetição, reformulação ou explicação se algo não estiver claro.
- c) O intérprete deve garantir que o significado dos gestos, da linguagem corporal e o tom de voz não são perdidos.
- d) O intérprete deve usar um modo de interpretação apropriado para a situação. Geralmente em entrevistas, a interpretação é feita em modo consecutivo.
- e) No caso de uma interpretação a prima vista, o intérprete não deve decidir quais partes considera relevantes, mas sim interpretar o texto todo.

5.1.2 CONFIDENCIALIDADE

Os intérpretes não devem passar alguma informação sobre o caso e devem manter em sigilo todas as informações ouvidas.

5.1.2.1 PADRÃO DE PRÁTICA:

- a) O intérprete deve manter sigilo do encontro e com respeito a todas as informações sendo proferidas.

5.1.3 IMPARCIALIDADE

Os intérpretes deve manter a imparcialidade, não mostrando preferência ou preconceito a qualquer parte envolvida.

5.1.3.1 PADRÃO DE PRÁTICA:

- a) O intérprete deve permanecer imparcial em todos os momentos.
- b) O intérprete recusa-se a interpretar quando tem um vínculo pessoal ou qualquer interesse no resultado do encontro.
- c) O intérprete se recusa a interpretar quando houver algum conflito de interesse para ele.

5.1.4 RESPEITO PELAS PESSOAS

Os intérpretes devem demonstrar respeito a todas as partes presentes durante a sua atuação.

5.1.4.1 PADRÃO DE PRÁTICA:

- a) O intérprete deve mostrar respeito a todas as partes envolvidas.

5.1.5 MANTENDO OS LIMITES DO PAPEL

Os intérpretes devem realizar seus deveres profissionais dentro de sua função e abstêr-se de envolvimento pessoal.

5.1.5.1 PADRÃO DE PRÁTICA:

- a) O papel do intérprete é permitir a comunicação entre partes que falam em seu próprio nome e fazem suas próprias decisões.
- b) O intérprete não entra na discussão, não dá conselhos, expressa opiniões pessoais sobre o assunto em questão, ou mostra reações a qualquer uma das partes.
- c) O intérprete não faz um resumo da mensagem, serve de mediador ou fala em nome de qualquer das partes.
- d) O intérprete evita contato desnecessário com as partes.
- e) O intérprete protege sua privacidade e o seu bem-estar.
- f) Os intérpretes também são a ponte cultural entre as partes e quando houver a necessidade de o profissional explicar o contexto cultural de uma declaração específica, ele somente deverá passar a informação essencial com fundo cultural. Caso o intérprete não entenda o que está sendo dito, em vez de adivinhar ou inventar, ele deverá pedir esclarecimentos para poder fornecer uma interpretação completa e exata.

5.1.6 RESPONSABILIDADE POR SEU TRABALHO

Os intérpretes são responsáveis pela qualidade da interpretação fornecida e devem saber que são responsáveis por suas próprias ações.

5.1.6.1 PADRÃO DE PRÁTICA:

- a) O intérprete identifica os seus erros e os corrige o quanto antes.
- b) O intérprete recusa tarefas que exijam conhecimentos ou habilidades além de sua competência.
- c) O intérprete mantém o seu papel, os seus limites e as suas obrigações e se assegura que todas as partes possam compreendê-lo
- d) O intérprete sempre faz uso da primeira pessoa durante a atuação. Nunca se deve usar a terceira pessoa. Em vez de dizer por exemplo “ele estava dormindo”, usa-se “eu estava dormindo”. O intérprete é a voz do falante de outra língua.
- e) Antes de começar a atuação, o intérprete deve se informar qual modo de interpretação é desejado naquela situação
- f) O intérprete mantém a transparência e, quando precisar de esclarecimento, ele diz a todas as partes: “Eu, o intérprete, preciso de esclarecimentos sobre...”
- g) O intérprete chama a atenção de uma pessoa em qualquer circunstância ou condição que impeça o pleno conformidade com a interpretação, incluindo conflito de interesses, fadiga do intérprete, incapacidade de ouvir ou falta de conhecimento da terminologia.

5.1.7 PROFISSIONALISMO

Os intérpretes deve sempre agir de maneira profissional e ética.

5.1.7.1 PADRÃO DE PRÁTICA:

- a) O intérprete deve chegar pontualmente ao local de encontro designado.
- b) Antes de começar a atuação, o intérprete se apresenta e se identifica.
- c) O intérprete deve mostrar profissionalismo e lembrar que alguns aspectos do profissionalismo são: ser cortês, honesto, mostrar tato e respeito.
- d) O intérprete se comporta de maneira consistente de forma muito profissional e de acordo com os protocolos.

- e) O intérprete permanece no local designado até o término do encontro ou até ser dispensado.
- f) O intérprete se veste de forma apropriada para os encontros.
- g) O intérprete não conversa sobre assuntos pessoais ou outros durante a sua atuação.
- h) O intérprete evita conversas paralelas com as partes, além de ser indelicado para a outra parte também, pouco profissional.

5.1.8 COMPETÊNCIA CONTINUADA

Intérpretes devem se comprometer a um aprendizado eterno, reconhecendo que línguas, indivíduos e serviços evoluem e mudam com o tempo e um intérprete competente se esforça para ter e manter uma interpretação de alta qualidade.

5.1.8.1 PADRÃO DE PRÁTICA:

- a) O intérprete deve fazer os cursos disponíveis.
- b) O intérprete deve manter e expandir as habilidades e conhecimentos por meio de autoaprendizagem, educação formal e informal continuadas.
- c) O intérprete deve praticar autoavaliação do desempenho.
- d) O intérprete deve sempre carregar com ele a sua certificação profissional, caso for necessário provar quem ele seja.

6 CONCLUSÃO

O objetivo desta dissertação é sugerir um protocolo de padronização para os intérpretes juramentados no Suriname, visto que a presença desse profissional quando um estrangeiro precisa da execução de um ato oficial é estabelecida por lei. No entanto, devido à falta de padronização, é assumido por muitos que qualquer pessoa bilíngue no Suriname pode funcionar como um intérprete legítimo.

O fato de a interpretação ser a minha área de trabalho aqui no Suriname foi uma motivação a mais para pesquisar sobre a atuação dos intérpretes juramentados, já que sempre senti falta de alguma forma de colaboração de profissionais, mas também sei que, nessa situação, há dois lados: de um, o intérprete com desejo de se certificar, cuja necessidade de treinamento não é suprida pela ausência deste no país; por outro, a lei, que somente estabelece a presença de um intérprete juramentado, mas não indica as habilidades e competências necessárias para uma pessoa receber essa certificação, pois não há exigência de formação para intérpretes em uma instituição de ensino superior, o que é algo que poderia elevar a qualidade do desempenho destes profissionais. Além disso, há a falta orientação para o profissional saber como prosseguir após a sua certificação e também não há nenhum protocolo para orientá-lo. Então, o intérprete se guia pela sua própria intuição. Em abril de 2021, um novo grupo de intérpretes em vários idiomas recebeu sua certificação e, mais uma vez, não recebeu nenhuma orientação sobre a atuação em sua área de trabalho. Contudo, a eles foi dito pelo diretor do Ministério da Fazenda, Sr. Eskak, ser importante saber que, como intérpretes, são construtores de pontes culturais. Fora isso, o novo grupo de intérpretes não recebeu nenhuma instrução ou informação para lhes guiar.

Como foi mencionado na introdução, não há protocolos para os intérpretes juramentados no Suriname e, portanto, cada intérprete trabalha de acordo com o seu sentimento. Por isso, acreditamos ser essencial estes intérpretes trabalhem de acordo com um determinado modelo ao realizar sua tarefa, já que isso garantirá um padrão de trabalho. Em um país como o Suriname, onde há pouquíssimos intérpretes entre português e holandês, uma padronização trará estrutura ao seu trabalho e facilitará a atuação em conjunto se a interpretação for feita de acordo com um determinado modelo de atuação. As entrevistas revelaram que nem todos os atores têm a mesma visão em relação ao intérprete e isso resulta em uma abordagem indefinida em relação

a este profissional. Como o Código do Processo Penal do Suriname somente estabeleceu a presença do intérprete sem qualquer protocolo, ele não tem escolha a não ser tomar suas próprias decisões com base na sua visão, que, às vezes, pode ser bastante subjetiva. A falta de protocolos para os intérpretes também pode levá-los a não saberem exatamente qual é o seu papel e fazê-los desempenhar funções além do seu papel, já que os seus limites não foram definidos em nenhum lugar.

As entrevistas feitas para esta dissertação também mostraram que as várias instituições que, por lei, precisam fazer uso do trabalho do intérprete juramentado têm visões diferentes sobre como o profissional deve atuar em um certo âmbito e isso também é relacionado a uma falta de padronização na área de trabalho. Os questionários também revelam que os intérpretes juramentados no Suriname infelizmente não têm treinamento em sua área de trabalho e não há possibilidade para tal neste país. O intérprete é um facilitador profissional, o que significa que ele deve ter tido um treinamento na teoria e prática formais em uma instituição de ensino superior, e que sua atuação deve ser guiada por um código de conduta (LEBESE, 2013)

É importante ressaltar que a falta de um protocolo pode levar a uma dificuldade de controle sobre a forma de atuação do intérprete, que, por sua vez, pode involuntariamente passar informações erradas durante o processo de não falantes de holandês, o que poderia afetar sua vida. Intérpretes devem se lembrar que, às vezes, eles precisarão explicar conceitos para facilitar a compreensão já que o não falante do idioma está se comunicando através deles, porém eles têm que respeitar os seus limites e saber quais são os treinamentos contínuos no idioma. Na cultura e nas técnicas de interpretação destes profissionais, é essencial eles estarem sempre atualizados com o que está acontecendo no seu campo de trabalho. Com a proposta deste protocolo, esperamos que essa possa ser entregue ao Ministério da Justiça, onde é feita a solicitação de certificação e que, com o uso desses parâmetros, possamos especificar o papel e os deveres dos intérpretes juramentados, descrever o processo que acontece durante a sua atuação e, assim, alcançar uma melhor qualidade de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, S. A.; ALGANE, M. A. A. A. The Role of Forensic Translation in Courtrooms Contexts. **Arab World English Journal**. [s. l.], pp. 171-180. 2013. Edição Especial sobre tradução 2. Disponível em: <https://awej.org/images/AllIssues/Specialissues/Translation2/12.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

ANGELELLI, Claudia. Interpretation as a Communicative Event: A Look through Hymes' Lenses. **Meta**, [s. l.], v. 45, n. 4, p. 580–592, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271180552_Interpreting_as_a_Communicative_Event_A_Look_through_Hymes%27_Lenses. Acesso em: 10 jan. 2021

AP (Portugal) (org.). **História da Interpretação**. 2012. Comunidade Internacional de Profissionais em Serviços Linguísticos. Disponível em: <https://www.apportugal.com/servicos-de-traducao-simultanea/historia-da-interpretacao/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ARAGON, L. **Migração Internacional na Pan Amazônia**. 21. ed. Belém: Unesco, 2009. 336 p.

BELL, J. **Doing your research project**. London: Open University Press, 1999.

BERG, B. **Qualitative research methods for social sciences**. Boston: Allyn and Bacon, 1998.

BIRD, D. K. The use of questionnaires for acquiring information on public perception of natural hazards and risk mitigation – a review of current knowledge and practice. **Natural Hazards and Earth System Sciences**, [s. l.], v. 9, n. 4, p. 1307–1325, 2009. Disponível em: <https://nhess.copernicus.org/articles/9/1307/2009/>. Acesso em 10 jan. 2022.

CAO, D. **Legal Translation**. 2010. In: Handbook of Translation Studies. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275330987_Legal_Translation. Acesso em: 15 set. 2021.

CARR, S. *et al.* **The Critical Link: Interpreters in the Community**: papers from the first international conference on interpreting in legal health ad social service settings. Papers from the First International Conference on Interpreting in Legal Health ad Social Service Settings. 1997. In Schjoldager. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313738722_Silvana_E_Carr_Roda_Roberts_Aideen_Dufour_and_Dini_Steyn_eds_The_Critical_Link_Interpreters_in_the_Community_Papers_from_the_First_International_Conference_on_Interpreting_in_Legal_Health_and_Social_S. Acesso em: 01 set. 2021.

DRAGSTED, B.; HANSEN, L. **Interpreting Hybrids**: the case of sight translation. The case of sight translation. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279649593_Exploring_Translation_and_Intepreting_Hybrids_The_Case_of_Sight_Translation. Acesso em: 15 set. 2021.

DYER, C. **Beginning research in psychology**: a practical guide to research methods and statistics. Oxford: Blackwell, 1995. 482 p.

GENTILE, A. **Community Interpreting or not?: practices, standards and accreditations**. Practices, standards and accreditations. 1997. Disponível em: <https://benjamins.com/catalog/btl.19.13gen>. Acesso em: 10 set. 2021.

GENTILE, A; OZOLINS, U; VASILAKAKOS, M. **Liaison Interpreting**: a handbook. Melbourne: Melbourne University Press, 1996.

GENTILE, A. *et al.* **Liaison Interpreting**: a handbook. Melbourne: Melbourne University Press, 1996.

GIAMBRUNO, C. **The role of the interpreter in the governance of sixteenth- and seventeenth-century Spanish colonies in the New World**: lesson from the past to the present. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2008. In Carmen Valero-Garcés (ed.), *Crossing borders in community interpreting: Definitions and dilemmas*.

GILE, D. **Basic Concepts and models for interpreter and translator training**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GILE, D. **Translation research versus interpreting research**: kinship, differences and prospects for partnership. Clevedon: Multilingual Matters Ltd, 2004. In C. Schaffner (ed) *Translation research and interpreter research: Traditions, gaps and synergies*.

GILL, J.; JOHNSON, P. **Research methods for managers**. 3. ed. London: Sage Publishing, 2002.

GINEZI, L.L. **A ética na interpretação de tribunal**: o brasil no banco dos réus. o Brasil no banco dos réus. 2012. TradTerm. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49040>. Acesso em: 12 ago. 2021.

GINORI, L.; SCIMONE, E. **Introduction to Interpreting**: an experiment. Sydney: Lantern, 1995.

GONZALEZ, R. *et al.* **Fundamentals of Court Interpretation**: theory, policy and practice. Durham Nc: Carolina Academic Press, 1991.

HALE, S. **Community Interpreting**. London: Palgrave Macmillan, 2007.

HALE, S. **Interpreting Culture**: dealing with cross-cultural issued in court interpreting. perspectives studies in translatology. London: Routledge, 2014.

HALE, S. **The Discourse of Court Interpreting**. Amsterdam: Benjamin Publishing Company, 2004

HALE, S. **The Routledge Handbook of Forensic Linguistics**. London: Coulthard and Johnson, 2010.

HALE, S. Interpreting culture: Dealing with cross-cultural issues in court interpreting. **Perspectives**, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0907676x.2013.827226>. Acesso em: 16 ago. 2022.

HALE, S. **The Routledge handbook of forensic linguistics**. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780429030581-38>. Acesso em: 16 ago. 2022.

HOFSTEDE, G. **Hofstede's Cultural Dimensions Theory**. 1980. Disponível em: <https://www.simplypsychology.org/hofstedes-cultural-dimensions-theory.html>. Acesso em: 08 jul. 2022.

INDEED FOR EMPLOYERS (comp.). **Interpreter Job Description**. 2022. Disponível em: <https://www.indeed.com/hire/job-description/interpreter>. Acesso em: 01 mar. 2022.

INTER AMERICAN DEVELOPMENT BANK (org.). **Beleid en Bestuur in Suriname**. 2001. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/english/document/Beleid-en-Bestuur-in-Suriname.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

JIANG, L. **From Community Interpreting Discourse Interpreting**: Establishing some useful parameters. 2007. Disponível em: <http://www.translationconcepts.org>. Acesso em: 10 fev. 2022.

JONES, R. **Conference Interpreting explained**. London: Routledge, 1998.

JONES, R. **Conference Interpreting explained**. 2002. Disponível em: <https://www.worldcat.org/title/conference-interpreting-explained/oclc/49529832>. Acesso em: 15 ago. 2021.

JONGH, E. de. **An Introduction to Court Interpreting**: theory and practice. New York: University Press of America, 1992.

KALINA, S. **The strategic dimension of interpreting**. 1996. Disponível em: https://www.academia.edu/3727431/_1996_The_strategic_dimension_of_interpreting. Acesso em: 15 ago. 2022.

KATAN, D. **Translating cultures**: an introduction for translators, interpreters and mediators. Manchester: St. Jerome, 2004

KERATSA, A. **Court Interpreting**: features, conflicts and the future. Court interpreters, translation, translator. 2005. Disponível em: <https://www.translatum.gr/journal/5/court-interpreting.htm>. Acesso em: 10 fev. 2022.

RESPONDENDO Perguntas. Intérpretes: Jaqueline Nordin. 2020. P&B. <https://www.facebook.com/watch/?v=2683732945212166>. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=2683732945212166>. Acesso em: 15 ago. 2022.

LEBESE, S. **The undefined role of court interpreters in South Africa**. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Linguistics, University Of South Africa, South Africa, 2013.

LEBESE, S. **A pilot study on the undefined role of court interpreters in South Africa**. 2011. Southern African Linguistic and Applied Language Studies. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2989/16073614.2011.647498?journalCode=all20>. Acesso em: 10 jun. 2020.

LEBESE, S. **Formulating Court Interpreting Models: a south african perspective**. 2018. 347 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, University Of South Africa, South Africa, 2018.

LUCIANO, F.. **The Ontological Interpretation of Informational Privacy**. 2005. Ethics and Information Technology. Disponível em: <https://ur.booksc.me/book/7942098/d9196f>. Acesso em: 07 jul. 2022.

MALMKJAER, K. **The Oxford handbook of translation studies**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

MEI, D. **A Course for Advanced Interpretation**. Shanghai: Education Press, 2000.

MIKKELSON, H. **Court Interpreting at a crossroads**. 1999. Disponível em: www.acebo.com/papers/CROSSR. Acesso em: 10 jul. 2020.

MIKKELSON, H. **Evolving views of the court interpreter's role: between scylla and charybdis**. Between Scylla and Charybdis. 2008. Disponível em: <https://courts.delaware.gov/forms/download.aspx?id=134378>. Acesso em: 20 jan. 2021

MIKKELSON, H. **Introduction to Court Interpreting**. 2000. Cadernos de Tradução. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307814181_Mikkelson_Holly_Introduction_to_Court_Interpreting. Acesso em: 3 mar. 2021.

MORRIS, R. **Images of the interpreter: a study of language-switching in the legal process**. dissertation. A study of language-switching in the legal process. Dissertation. 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/9120426/The_Moral_Dilemmas_of_Court_Interpreting. Acesso em: 08 set. 2021.

NATIONAL HEALTH AND NUTRITION EXAMINATION SURVEY (comp.). **Interpretation Guidelines**. 2006. Disponível em: <https://knoema.com/atlas/Suriname>. Acesso em: 20 mar. 2020.

NEWMARK, P. **A textbook of translation**. New York: Prentice Hall, 1988.

NORDIN, J.; DE ALMEIDA, P. **Interpretação forense**: a experiência prática da Justiça Federal de Guarulhos e o treinamento de intérpretes. 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/81390865/Interpretação_forense_a_experiência_prática_da_Justiça_Federal_de_Guarulhos_e_o_treinamento_de_intérpretes. Acesso em: 15 ago. 2022.

OPPENHEIM, A. N. **Questionnaire design, interviewing, and attitude measurement**. London: Pinter Publishers, 1992.

ORDEM DOS ADVOGADOS (org.). **Convenção Europeia dos Direitos Humanos**. 2022. Disponível em: <https://portal.oa.pt/publicacoes/informacao-juridica/jurisprudencia/tribunal-europeu-dos-direitos-humanos/convencao-europeia-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 15 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) (org.). **Migrações**. 2022. Disponível em: <https://unric.org/pt/darfur-cessacao-das-hostilidades-e-uma-prioridade-muito-urgentelembra-secretario-geral-3>. Acesso em: 15 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONU) (org.). **Imigrantes internacionais**. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oim-migrantes-internacionais-somam-272-milhoes-35-da-populacao-global>. Acesso em: 15 ago. 2022.

PAGURA, R. **A interpretação de conferências no Brasil**: história de sua prática profissional e a formação de intérpretes brasileiros. 2010. 231 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Letras Modernas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010

PÖCHHACKER, F. **Introducing interpreting studies**. London: Routledge, 2010.

POLANEN, C. **Brazilianen in Suriname**. 2007. Disponível em: <https://www.waterkant.net/suriname/2007/09/17/brazilianen-in-suriname/>. Acesso em: 26 abr. 2020.

POTTER, W J. **An analysis of thinking and research about qualitative methods**. Mahwah, Nj: Erlbaum, 1996. 393 p.

ROBERTS, R. **Community Interpreting today and tomorrow**. 1997. Disponível em: <https://benjamins.com/catalog/btl.19.03rob>. Acesso em: 25 set. 2021.

ROBERTS-SMITH, L. **Forensic Interpreting**. 2009. Disponível em: <https://oa.mg/work/10.1075/btl.87.03rob>. Acesso em: 10 set. 2021.

SAMPAIO, G. **Undergraduate research on sight translation**: implications for interpreter training. Implications for interpreter training. 2014. TradTerm 23: 121-139. Disponível em: <https://www.periodicos.usp.br/tradterm/article/view/85572>. Acesso em: 25 abr. 2021.

SCHIMMEL, L. **Het is niet alles goud wat er blinkt: een nieuw thuis voor braziliaanse migranten in suriname. Een nieuw 'thuis'voor Braziliaanse migranten in Suriname.** 2010. Disponível em: <https://studenttheses.uu.nl/handle/20.500.12932/5755?show=full>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SCOLLON, R.; SCOLLON, S. **Intercultural Communication: a discourse approach (language in society). A Discourse Approach (Language in Society).** 1994. Disponível em: https://www.academia.edu/684911/Intercultural_communication_A_discourse_approach. Acesso em: 07 nov. 2021.

SELESKOVITCH, D. **Interpreting for International Conferences.** Washington Dc: Pen & Booth, 1978.

SHUTTLEWORTH, M.; COWIE, M. **Dictionary of Translation Studies: dictionary of translation studies.** Manchester: St. Jerome Publishing, 1997.

SORGE, A.; HOFSTEDE, G. **Culture's Consequences: international differences in work-related values. International Differences in Work-Related Values.** Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2393017>. Acesso em: 16 ago. 2022.

STARNIEUWS (comp.). **Hoeveel Brazilianen wonen er in Suriname?** 2013. Disponível em: <https://www.starnieuws.com/index.php/welcome/index/nieuwsitem/19162>. Acesso em: 10 fev. 2020.

STERN, L. **Courtroom interpreting.** 2011. In The Oxford handbook of translation studies. Disponível em: <https://opencourses.ionio.gr/modules/document/file.php/DFLT1112/The%20Oxford%20Hanbook%20of%20Translation%20Studies.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2021.

STREKALOVSKAYA, Y. O. Preparation for interpretation: training vs professional practice. In: International Conference "Word, Utterance, Text: Cognitive, Pragmatic and Cultural Aspects", 10., 2020, [s. l.]. **The European Proceedings of Social and Behavioural Sciences.** [s. l.]: European Publisher, 2020. p. 1367-1373. Disponível em: <https://www.europeanproceedings.com/article/10.15405/epsbs.2020.08.158>. Acesso em: 08 ago. 2022

SURINAME (Estado). 94. ed. Paramaribo: De Nationale Assemblee, 23 nov. 1977.

MFAZWE, L. **Strategies for the translation of taboo words into IsiXhosa. Unpublished Masters Dissertation.** Bloemfontein: University Of The Free State, 2003.

THE NATIONAL ASSOCIATION OF JUDICIARY INTERPRETERS AND TRANSLATORS (org.). **NAJIT.** 2016. Disponível em: <https://najit.org/>. Acesso em: 01 set. 2021.

THEIJE, M de. Brazilianen stelen al ons goud! braziliaanse migranten in stad en binnenland. **Oso**: Tijdschrift voor Surinamistiek en het Caribisch Gebied, Amsterdam, v. 26, n. 1, p. 81-99, 2007. Semestral. Stichting Instituut ter Bevordering van de Surinamistiek.

TOOLAN, M. Language Meaning and the Law.: christopher hutton. **International Journal of Speech Language And The Law**, [s. /], v. 16, n. 2, p. 303-310, 2010.

TOURY, G. **Descriptive translation studies and beyond**. 100. ed. Amsterdam: John Benjamins Publishing Bv, 2012..

TOURY, G. **In search of a theory of translation**. Jerusalem: Academic Press, 1980.

WADENSJÖ, C. **Interpreting as Interaction**. 2001. Disponível em: <https://journal.equinoxpub.com/IJSLL/article/view/9912>. Acesso em: 25 set. 2021.

WADENSJÖ, C. **Interpreting as Interaction**. London And New York: Longman, 1998.

WITTER-MERITEW, A.; JOHNSON, L. **Market Disorder within the field of sign language interpreting: professionalization implication**. Professionalization implication. 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/289200853_The_status_of_the_translation_profession_in_the_European_union. Acesso em: 08 ago. 2022.

XIAOFENG, L. **On Similarities and Differences between Translation and Interpretation**. 2015. International Journal of Science. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Documents/Livros%202020/393507408-Between-Translation-and-Interpretation-Similarities.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2021.

APÊNDICE A – Espelho das respostas ao questionário

Questionário para os intérpretes de português no Suriname

Prezado colega intérprete, para concluir meu curso de mestrado em Estudos da Tradução na Universidade de Brasília (UnB), estou fazendo uma pesquisa sobre a importância do intérprete público(juramentado) para brasileiros no Suriname e por esse motivo gostaria de pedir a sua ajuda para responder às perguntas que seguem de forma objetiva. Muito obrigada!

1. Há quantos anos você trabalha como intérprete público (juramentado)? *

- De 0-5 anos
- De 6-10 anos
- De 11-15 anos
- Há mais de 15 anos

2. Qual a sua escolaridade? *

- o Ensino Fundamental
- o Ensino Médio
- o Ensino Superior (Graduação)
- o Pós-graduação
- o Mestrado
- o Doutorado
- Anders:

3. Você tem formação de intérprete? *

- Sim
- Não

4. Você se prepara anteriormente à sessão de interpretação?

- Sim
- Não
- Às vezes

Caso você selecionou "às vezes", explique essa escolha

.....

5. Você estuda a terminologia específica antes da sessão? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Caso você selecionou "às vezes", explique essa escolha

.....

6. Você acha importante se preparar anteriormente à sessão de interpretação? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Explique a sua escolha à pergunta acima. *

O profissional precisa ter conhecimento do assunto, carrega a responsabilidade de oferecer um serviço de qualidade e precisão para o(s) cliente(s). Preparar-se faz parte de planejamento do trabalho de comunicação. O cliente depende de nós, e confia em nós. Erros na interpretação podem ter consequências diretas e graves para os envolvidos por exemplo em casos penais, mas também no caso de congressos onde por exemplo conteúdo científico precisa ser compartilhado/discutido de forma precisa e correta dentro de um determinado período de tempo. Por isso acho importante que o cliente inclusive passa detalhes e documentos relacionados com o assunto, anterior ao dia do trabalho.

7. Você faz anotações durante a sessão de interpretação? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Caso você selecionou “às vezes”, explique essa escolha

Depende. No caso de eventos, congressos, ajuda muito. Em certos casos pode atrapalhar, especialmente quando a pessoa não teve o treinamento necessário para fazer anotações curtas de modo metódico, eficiente e efetivo.

8. Como você vê o papel do intérprete juramentado no Suriname? *

- Como a pessoa que representa outra pessoa que não sabe falar o idioma do país
- Como a pessoa que ajuda outra pessoa que não entende o idioma do país
- Como a pessoa que fala por outra pessoa
- Anders:
transferir informação falada de modo preciso e autêntico entre a língua da pessoa estrangeira e a do Suriname

9. Qual é a sua abordagem quando você percebe que o imigrante brasileiro não compreende a terminologia jurídica? *

Paro, pergunto, explico em palavras simples. Digo ao oficial o que tive que explicar

10. a. Você acredita que o sigilo profissional é um dever do intérprete? *

- Sim
- Não
- Às vezes

Caso você selecionou "às vezes", explique essa escolha

b. O que você acha que deve acontecer caso um intérprete não respeite o sigilo profissional? *

- Ele deve ser suspenso
- Deve ser cassado o seu direito de trabalhar como intérprete
- Deve ser processado
- Anders:

11. Você faria interpretações juramentadas para pessoa(s) que você conhece bem ou com quem tem algum tipo de relacionamento, tais como nos casos de interpretação juramentada em inquéritos policiais, ações/processos judiciais (penal e/ou civil), casamentos, na execução de escrituras públicas, entre outros? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Explique a sua escolha à pergunta acima *

Exige ser objetivo e não emocional. Em casamentos talvez ok, mas em outros exemplos como processos judiciais se tornaria difícil ficar imparcial, e até poderia gerar um possível conflito de interesse.

Questionário para os intérpretes de português no Suriname

Prezado colega intérprete, para concluir meu curso de mestrado em Estudos da Tradução na Universidade de Brasília (UnB), estou fazendo uma pesquisa sobre a importância do intérprete público(juramentado) para brasileiros no Suriname e por esse motivo gostaria de pedir a sua ajuda para responder às perguntas que seguem de forma objetiva. Muito obrigada!

1. Há quantos anos você trabalha como intérprete público (juramentado)? *

- De 0-5 anos
- De 6-10 anos
- De 11-15 anos
- Há mais de 15 anos

2. Qual a sua escolaridade? *

- o Ensino Fundamental
- o Ensino Médio
- o Ensino Superior (Graduação)
- o Pós-graduação
- o Mestrado
- o Doutorado
- Anders:

3. Você tem formação de intérprete? *

Sim

Não

4. Você se prepara anteriormente à sessão de interpretação?

Sim

Não

Às vezes

Caso você selecionou “às vezes”, explique essa escolha

Apenas quando eu achar necessário por certa terminologia específica.

5. Você estuda a terminologia específica antes da sessão? *

Sim

Não

Às vezes.

Caso você selecionou “às vezes”, explique essa escolha

Veja resposta anterior.

6. Você acha importante se preparar anteriormente à sessão de interpretação? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Explique a sua escolha à pergunta acima. *

Depende muito do tipo de interpretação solicitada e se eu achar necessário para me preparar por causa de uma terminologia específica.

7. Você faz anotações durante a sessão de interpretação? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Caso você selecionou “às vezes”, explique essa escolha

Somente quando eu achar necessário e dependendo do tipo de interpretação solicitada ou como a interpretação se desenvolve na ocasião.

8. Como você vê o papel do intérprete juramentado no Suriname? *

- Como a pessoa que representa outra pessoa que não sabe falar o idioma do país
- Como a pessoa que ajuda outra pessoa que não entende o idioma do país
- Como a pessoa que fala por outra pessoa

Anders:

Como uma pessoa que, quando forem solicitados seus serviços, deve fazer os mesmos (a interpretação juramentada) de forma objetiva, imparcial, com integridade e de acordo com as normas, condições e requerimentos estabelecidos para intérpretes juramentados, entre outros.

9. Qual é a sua abordagem quando você percebe que o imigrante brasileiro não compreende a terminologia jurídica? *

Além de usar a terminologia específica, neste caso a jurídica, também explicar de forma sucinta a terminologia considerada complexa para o envolvido ou interessado de forma mais simplificada para que o envolvido ou interessado possa compreender bem aquilo que deve ser interpretado.

10. a. Você acredita que o sigilo profissional é um dever do intérprete? *

- Sim
- Não
- Às vezes

Caso você selecionou "às vezes", explique essa escolha

.....

b. O que você acha que deve acontecer caso um intérprete não respeite o sigilo profissional? *

Ele deve ser suspenso

Deve ser cassado o seu direito de trabalhar como intérprete

Deve ser processado

Anders:

Cada caso é um caso e dependendo da gravidade de cada caso uma ou mais das três opções acima deve ser aplicável ou apropriado tratando-se de um intérprete juramentado.

11. Você faria interpretações juramentadas para pessoa(s) que você conhece bem ou com quem tem algum tipo de relacionamento, tais como nos casos de interpretação juramentada em inquéritos policiais, ações/processos judiciais (penal e/ou civil), casamentos, na execução de escrituras públicas, entre outros? *

Sim

Não

Às vezes.

Explique a sua escolha à pergunta acima *

Talvez não em certos casos policiais e/ou judiciais no âmbito penal onde o(s) envolvido(s) conhecido(s) é (são) suspeito(s), acusado(s) ou processado(s). Em todos os outros casos acredito que faria as interpretações juramentadas quando solicitados.

Questionário para os intérpretes de português no Suriname

Prezado colega intérprete, para concluir meu curso de mestrado em Estudos da Tradução na Universidade de Brasília (UnB), estou fazendo uma pesquisa sobre a importância do intérprete público(juramentado) para brasileiros no Suriname e por esse motivo gostaria de pedir a sua ajuda para responder às perguntas que seguem de forma objetiva. Muito obrigada!

1. Há quantos anos você trabalha como intérprete público (juramentado)? *

- De 0-5 anos
- De 6-10 anos
- De 11-15 anos
- Há mais de 15 anos

2. Qual a sua escolaridade? *

- o Ensino Fundamental
- o Ensino Médio
- o Ensino Superior (Graduação)
- o Pós-graduação
- o Mestrado
- o Doutorado
- Anders:

3. Você tem formação de intérprete? *

Sim

Não

4. Você se prepara anteriormente à sessão de interpretação?

Sim

Não

Às vezes

Caso você selecionou "às vezes", explique essa escolha

.....

5. Você estuda a terminologia específica antes da sessão? *

Sim

Não

Às vezes.

Caso você selecionou "às vezes", explique essa escolha

.....

6. Você acha importante se preparar anteriormente à sessão de interpretação? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Explique a sua escolha à pergunta acima. *

Para nao erra

7. Você faz anotações durante a sessão de interpretação? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Caso você selecionou "às vezes", explique essa escolha

8. Como você vê o papel do intérprete juramentado no Suriname? *

- Como a pessoa que representa outra pessoa que não sabe falar o idioma do país
- Como a pessoa que ajuda outra pessoa que não entende o idioma do país
- Como a pessoa que fala por outra pessoa
- Anders:

9. Qual é a sua abordagem quando você percebe que o imigrante brasileiro não compreende a terminologia jurídica? *

Tenta explica em uma maneira mais simples

.....

10. a. Você acredita que o sigilo profissional é um dever do intérprete? *

- Sim
- Não
- Às vezes

Caso você selecionou “às vezes”, explique essa escolha

.....

b. O que você acha que deve acontecer caso um intérprete não respeite o sigilo profissional? *

- Ele deve ser suspenso
- Deve ser cassado o seu direito de trabalhar como intérprete
- Deve ser processado
- Anders:

11. Você faria interpretações juramentadas para pessoa(s) que você conhece bem ou com quem tem algum tipo de relacionamento, tais como nos casos de interpretação juramentada em inquéritos policiais, ações/processos judiciais (penal e/ou civil), casamentos, na execução de escrituras públicas, entre outros? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Explique a sua escolha à pergunta acima *

Eu nao acho certo

Questionário para os intérpretes de português no Suriname

Prezado colega intérprete, para concluir meu curso de mestrado em Estudos da Tradução na Universidade de Brasília (UnB), estou fazendo uma pesquisa sobre a importância do intérprete público(juramentado) para brasileiros no Suriname e por esse motivo gostaria de pedir a sua ajuda para responder às perguntas que seguem de forma objetiva. Muito obrigada!

1. Há quantos anos você trabalha como intérprete público (juramentado)? *

- De 0-5 anos
- De 6-10 anos
- De 11-15 anos
- Há mais de 15 anos

2. Qual a sua escolaridade? *

- o Ensino Fundamental
- o Ensino Médio
- o Ensino Superior (Graduação)
- o Pós-graduação
- o Mestrado
- o Doutorado
- Anders:

3. Você tem formação de intérprete? *

Sim

Não

4. Você se prepara anteriormente à sessão de interpretação?

Sim

Não

Às vezes

Caso você selecionou "às vezes", explique essa escolha

.....

5. Você estuda a terminologia específica antes da sessão? *

Sim

Não

Às vezes.

Caso você selecionou "às vezes", explique essa escolha

.....

6. Você acha importante se preparar anteriormente à sessão de interpretação? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Explique a sua escolha à pergunta acima. *

Para poder fazer um trabalho bem feito

.....

7. Você faz anotações durante a sessão de interpretação? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Caso você selecionou "às vezes", explique essa escolha

.....

8. Como você vê o papel do intérprete juramentado no Suriname? *

Como a pessoa que representa outra pessoa que não sabe falar o idioma do país

Como a pessoa que ajuda outra pessoa que não entende o idioma do país

Como a pessoa que fala por outra pessoa

Anders:

9. Qual é a sua abordagem quando você percebe que o imigrante brasileiro não compreende a terminologia jurídica? *

I try to explain the issue with simple and easy understandable words.
.....

10. a. Você acredita que o sigilo profissional é um dever do intérprete? *

Sim

Não

Às vezes

Caso você selecionou "às vezes", explique essa escolha
.....

b. O que você acha que deve acontecer caso um intérprete não respeite o sigilo profissional? *

- Ele deve ser suspenso
- Deve ser cassado o seu direito de trabalhar como intérprete
- Deve ser processado
- Anders:

11. Você faria interpretações juramentadas para pessoa(s) que você conhece bem ou com quem tem algum tipo de relacionamento, tais como nos casos de interpretação juramentada em inquéritos policiais, ações/processos judiciais (penal e/ou civil), casamentos, na execução de escrituras públicas, entre outros? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Explique a sua escolha à pergunta acima *

To avoid conflict of interest

Questionário para os intérpretes de português no Suriname

Prezado colega intérprete, para concluir meu curso de mestrado em Estudos da Tradução na Universidade de Brasília (UnB), estou fazendo uma pesquisa sobre a importância do intérprete público(juramentado) para brasileiros no Suriname e por esse motivo gostaria de pedir a sua ajuda para responder às perguntas que seguem de forma objetiva. Muito obrigada!

1. Há quantos anos você trabalha como intérprete público (juramentado)? *

- De 0-5 anos
- De 6-10 anos
- De 11-15 anos
- Há mais de 15 anos

2. Qual a sua escolaridade? *

- o Ensino Fundamental
- o Ensino Médio
- o Ensino Superior (Graduação)
- o Pós-graduação
- o Mestrado
- o Doutorado
- Anders:

3. Você tem formação de intérprete? *

Sim

Não

4. Você se prepara anteriormente à sessão de interpretação?

Sim

Não

Às vezes

Caso você selecionou “às vezes”, explique essa escolha

.....

5. Você estuda a terminologia específica antes da sessão? *

Sim

Não

Às vezes.

Caso você selecionou “às vezes”, explique essa escolha

.....

6. Você acha importante se preparar anteriormente à sessão de interpretação? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Explique a sua escolha à pergunta acima. *

It's necessary to interpret the correct words to avoid giving a wrong interpretation of the content

7. Você faz anotações durante a sessão de interpretação? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Caso você selecionou "às vezes", explique essa escolha

8. Como você vê o papel do intérprete juramentado no Suriname? *

- Como a pessoa que representa outra pessoa que não sabe falar o idioma do país
- Como a pessoa que ajuda outra pessoa que não entende o idioma do país
- Como a pessoa que fala por outra pessoa
- Anders:

9. Qual é a sua abordagem quando você percebe que o imigrante brasileiro não compreende a terminologia jurídica? *

I try to explain the matter with simple and understandable words

10. a. Você acredita que o sigilo profissional é um dever do intérprete? *

- Sim
- Não
- Às vezes

Caso você selecionou "às vezes", explique essa escolha

.....

b. O que você acha que deve acontecer caso um intérprete não respeite o sigilo profissional? *

- Ele deve ser suspenso
- Deve ser cassado o seu direito de trabalhar como intérprete
- Deve ser processado
- Anders:

11. Você faria interpretações juramentadas para pessoa(s) que você conhece bem ou com quem tem algum tipo de relacionamento, tais como nos casos de interpretação juramentada em inquéritos policiais, ações/processos judiciais (penal e/ou civil), casamentos, na execução de escrituras públicas, entre outros? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Explique a sua escolha à pergunta acima *

Just to avoid conflict of interest

Questionário para os intérpretes de português no Suriname

Prezado colega intérprete, para concluir meu curso de mestrado em Estudos da Tradução na Universidade de Brasília (UnB), estou fazendo uma pesquisa sobre a importância do intérprete público(juramentado) para brasileiros no Suriname e por esse motivo gostaria de pedir a sua ajuda para responder às perguntas que seguem de forma objetiva. Muito obrigada!

1. Há quantos anos você trabalha como intérprete público (juramentado)? *

- De 0-5 anos
- De 6-10 anos
- De 11-15 anos
- Há mais de 15 anos

2. Qual a sua escolaridade? *

- o Ensino Fundamental
- o Ensino Médio
- o Ensino Superior (Graduação)
- o Pós-graduação
- o Mestrado
- o Doutorado
- Anders: Doctoraal Spaans e Kandidaats Portugees (Holanda) 8 anos de estudo

3. Você tem formação de intérprete? *

Sim

Não

4. Você se prepara anteriormente à sessão de interpretação?

Sim

Não

Às vezes

Caso você selecionou "às vezes", explique essa escolha

se tiver informacao sobre o caso

5. Você estuda a terminologia específica antes da sessão? *

Sim

Não

Às vezes.

Caso você selecionou "às vezes", explique essa escolha

Se tiver informacao sobre o caso, o que acontece p.e. em traducoes para tabeliao

6. Você acha importante se preparar anteriormente à sessão de interpretação? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Explique a sua escolha à pergunta acima. *

Boa preparacao melhora a qualidade do servico

7. Você faz anotações durante a sessão de interpretação? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Caso você selecionou “às vezes”, explique essa escolha

No tribunal, porque as vezes a pessoa fala varios minutos sem interrupcao para interprete

8. Como você vê o papel do intérprete juramentado no Suriname? *

- Como a pessoa que representa outra pessoa que não sabe falar o idioma do país
- Como a pessoa que ajuda outra pessoa que não entende o idioma do país
- Como a pessoa que fala por outra pessoa
- Anders:

9. Qual é a sua abordagem quando você percebe que o imigrante brasileiro não compreende a terminologia jurídica? *

Explicar em palavras simples
.....

10. a. Você acredita que o sigilo profissional é um dever do intérprete? *

- Sim
- Não
- Às vezes

Caso você selecionou "às vezes", explique essa escolha
.....

b. O que você acha que deve acontecer caso um intérprete não respeite o sigilo profissional? *

- Ele deve ser suspenso
- Deve ser cassado o seu direito de trabalhar como intérprete
- Deve ser processado
- Anders:

11. Você faria interpretações juramentadas para pessoa(s) que você conhece bem ou com quem tem algum tipo de relacionamento, tais como nos casos de interpretação juramentada em inquéritos policiais, ações/processos judiciais (penal e/ou civil), casamentos, na execução de escrituras públicas, entre outros? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Explique a sua escolha à pergunta acima *

O interprete tem que ser uma pessoa independente do cliente, para poder trabalhar de maneira correta e para nao misturar profissionalismo com amizade

.....

Questionário para os intérpretes de português no Suriname

Prezado colega intérprete, para concluir meu curso de mestrado em Estudos da Tradução na Universidade de Brasília (UnB), estou fazendo uma pesquisa sobre a importância do intérprete público(juramentado) para brasileiros no Suriname e por esse motivo gostaria de pedir a sua ajuda para responder às perguntas que seguem de forma objetiva. Muito obrigada!

1. Há quantos anos você trabalha como intérprete público (juramentado)? *

- De 0-5 anos
- De 6-10 anos
- De 11-15 anos
- Há mais de 15 anos

2. Qual a sua escolaridade? *

- o Ensino Fundamental
- o Ensino Médio
- o Ensino Superior (Graduação)
- o Pós-graduação
- o Mestrado
- o Doutorado
- Anders:

3. Você tem formação de intérprete? *

Sim

Não

4. Você se prepara anteriormente à sessão de interpretação?

Sim

Não

Às vezes

Caso você selecionou "às vezes", explique essa escolha

.....

5. Você estuda a terminologia específica antes da sessão? *

Sim

Não

Às vezes.

Caso você selecionou "às vezes", explique essa escolha

.....

6. Você acha importante se preparar anteriormente à sessão de interpretação? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Explique a sua escolha à pergunta acima. *

A preparação é de suma importância pois a função de interprete é muito contextual - como os contextos variam levando em conta o tempo, cultura, as pessoas e os eventos, a preparação é a única ferramenta de antecipação que lhe pode abrir os horizontes e vislumbrar quais seriam as possíveis exigências que lhe acarretariam durante o trabalho. A preparação não eliminará possíveis dificuldades, mas ela pode minimizá-las.

7. Você faz anotações durante a sessão de interpretação? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Caso você selecionou "às vezes", explique essa escolha

8. Como você vê o papel do intérprete juramentado no Suriname? *

- Como a pessoa que representa outra pessoa que não sabe falar o idioma do país
- Como a pessoa que ajuda outra pessoa que não entende o idioma do país
- Como a pessoa que fala por outra pessoa
- Anders:

9. Qual é a sua abordagem quando você percebe que o imigrante brasileiro não compreende a terminologia jurídica? *

Nesse momento, eu peço a delicadeza para poder explicar para ele o que o termo/palavra ou expressão significa.
.....

10. a. Você acredita que o sigilo profissional é um dever do intérprete? *

- Sim
- Não
- Às vezes

Caso você selecionou "às vezes", explique essa escolha
.....

b. O que você acha que deve acontecer caso um intérprete não respeite o sigilo profissional? *

- Ele deve ser suspenso
- Deve ser cassado o seu direito de trabalhar como intérprete
- Deve ser processado

Anders:

Dependerá é claro do tipo de ocorrência e da gravidade relacionada a mesma. Caso seja a primeira vez, sugiro suspensão. Caso seja gravíssimo, sugiro cassação e processo por danos.

11. Você faria interpretações juramentadas para pessoa(s) que você conhece bem ou com quem tem algum tipo de relacionamento, tais como nos casos de interpretação juramentada em inquéritos policiais, ações/processos judiciais (penal e/ou civil), casamentos, na execução de escrituras públicas, entre outros? *

- Sim
- Não
- Às vezes.

Explique a sua escolha à pergunta acima *

O seu profissionalismo e idoneidade da pessoa implicada devem ser preservados acima de tudo. Muitas vezes, é necessário, para isso, tomar distância de casos como esses descritos acima pelo bem da pessoa implicada e também para a sua saúde profissional. Casos extremos da falta de um outro profissional no momento justificariam sim o uso de suas competências em casos assim. Mas, havendo um outro profissional disponível, eu sugiro tomar distância.

APÊNDICE B – Entrevistas em Holandês

1. Waarom wordt de hulp van een tolk ingeroepen?

| | |
|--|---|
| <p>De hulp van de tolk is noodzakelijk omdat het een wettelijke vereiste is dat de verdachte gehoord moet worden in een voor hem verstaanbare taal. Sv. Art. 291 lid 1, 2 5 geven de ratio aan. Een verdachte wordt beschuldigd zich aan een strafbaar feit schuldig te hebben gemaakt. Het is derhalve zijn recht, verdragen recht en beginselen van een goede procesorde brengt dit met zich mee, dat hij ten eerste de beschuldiging begrijpt en ten tweede in staat is zijn lezing te geven.</p> | <p>Voor het gemak verwijs ik naar het Wetboek van Strafvordering: Artikel 291</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Indien een verdachte of getuige de Nederlandse taal niet verstaat, heeft het onderzoek niet plaats zonder bijstand van een tolk. 2. Indien een verdachte of getuige niet of slechts zeer gebrekkig horen of spreken kan, geschieden de vragen of de antwoorden schriftelijk. 3. Kan de in het voorgaande lid bedoelde verdachte of getuige niet of slechts zeer gebrekkig lezen of schrijven, dan wordt de bijstand van een daartoe geschikte persoon als tolk gevorderd. 4. De tolk wordt, zo nodig, vanwege de vervolgingsambtenaar gedagvaard. 5. Indien op de terechtzitting de bijstand van een tolk blijkt nodig te zijn, kan het Hof de dagvaarding van een tolk bevelen. |
|--|---|

| | |
|--|---|
| | <p>6. Bij niet-verschijning van een tolk is artikel 272, tweede lid, van overeenkomstige toepassing.</p> <p>7. De verdachte kan de tolk wraken, mits daarvoor redenen gevende. Het Hof doet daarover terstond uitspraak.</p> <p>Artikel 292</p> <p>1. De tolk moet de ouderdom hebben bereikt van achttien jaren.</p> <p>2. Hij legt, tenzij hij als beëdigd tolk bij het Hof mocht zijn toegelaten, de eed of de belofte af van getrouw zijn taak te zullen vervullen.</p> <p>3. Geen der getuigen of rechters wordt als tolk toegelaten.</p> <p>Artikel 293</p> <p>In de gevallen waarin de bijstand van een tolk wordt gevorderd, wordt, op straffe van nietigheid, ten bezware van de verdachte geen acht geslagen op hetgeen ter terechtzitting is gesproken of voorgelezen, zonder voor hem vertolkt te zijn.</p> |
|--|---|

Het wetboek van Strafvordering schrijft in artikel 178 voor dat de verdachte moet worden verhoord in de taal welke hij verstaat. Als dat niet de taal van het gerecht is, moet er een tolk ingeschakeld worden;

Is een wettelijke bepaling, dus een vereiste binnen het strafrechtelijke proces. Het Wetboek van Strafvordering geeft duidelijk aan, dat indien een verdachte of getuige de Nederlandse taal niet verstaat, het onderzoek niet mag plaatsvinden zonder bijstand van een tolk. De tolk is ook nodig wanneer de verdachte of getuige niet of gebrekkig kan lezen of schrijven en/of gebrekkig kan horen of spreken. De tolk is naar mijn mening de aangewezen (rechts)persoon die de balans moet blijven behouden binnen het strafrechtelijk proces wanneer er verschillende actoren binnen dat proces elkaar niet kunnen verstaan. Zij zorgen dan voor een eerlijk proces, zogeheten "fairplay".

Volgens de surinaamse wetgeving is het huwelijk een overeenkomst tussen 1 man en 1 vrouw voor een duurzaam gemeenschappelijk leven. Het huwelijk mag niet op basis v dwang, dwaling of bedrog geschieden. De vrije wil om een keuze te maken is heel erg belangrijk. Dit is het wezen van het huwelijk. Juist daarom moet het voor de vreemdeling duidelijk zijn wat de rechtsgevolgen van het huwelijk zijn.gevolgen

Wanneer een vreemdeling die de nederlandse taal.niet machtig is in suriname wenst te trouwen moet het in zijn moedertaal vertaald worden door een beedigde tolk of translateur. Het huwelijk heeft verregaande rechtsgevolgen zowel voor het paar als hun bloedverwanten.

In het algemeen bij aktes heb je mensen die voor je verschijnen, comparanten noemt men dat, en je moet als notaris duidelijk weten dat de mensen je want elk woord dat verkeerd geïnterpreteerd wordt, kan juridische gevolgen hebben bijvoorbeeld in plaats van koop staat er verkoop, juridisch klopt het dan niet, de akte is gewoon nietig. De mensen moeten je verstaan en jij als notaris moet zeker weten dat ze je verstaan, dus daarom is een tolk essentieel, niet omdat het leuk is maar het is gewoon essentieel. Ik zal in mijn woorden de wet uitleggen. Als de notaris de taal verstaat die de mensen ook verstaan dus als iemand Engels praat en ik praat ook Engels is het geen probleem, ik heb dan geen tolk nodig want ik versta wat ze zeggen en ze begrijpen mij dus duidelijke communicatie maar als het om een taal gaat die ik niet versta of die ik niet machtig ben dan zegt de wet dat ik een beëdigde tolk nodig heb maar volgens de nieuwe wet is er wel een uitzondering, in spoed gevallen kan je dan een adhoc tolk gebruiken die is één die ter plaatse een eed aflegt. Ik heb dat enkele dagen terug voor het eerst gehad.

2. Maakt u afspraken met de tolk met betrekking tot zijn werkzaamheden?

Ja. De afspraken hebben betrekking op zijn werkzaamheden. Dit verschilt per zaak. Onder meer wordt gezegd wat van de tolk wordt verwacht. Bv dat er geen conclusies getrokken wordt, dat geen woorden in de mond van de verdachte worden gelegd en boven al dat de vragen zoals gesteld worden zo letterlijk/goed mogelijk worden vertaald. Ook de tolk aangeven dat aan de verdachte zijn rechten worden voorgehouden en dat de verdachte het recht heeft om eventueel tegen vragen te stellen.

Niet als ik al vaker met de tolk heb gewerkt of als het een ervaren tolk is. Dan is de werkwijze reeds bekend. In het ander geval wel. Maar dan met name ten aanzien van het genoemde in vraag 6.

Indien het om voorgeleidingen of rechtszaken gaat, worden de afspraken respectievelijk door het Parket en de griffier gemaakt.

Indien ik zelf een tolk moet meenemen voor een gesprek met een verdachte dan maak ik uiteraard mijn eigen afspraken.

Sommige zijn bekend met het klappen van de zweep, dus niet nodig om afspraken te maken. De professional weet als geen ander hoe hij of zij het beroep moet uitoefenen, dus geen uitleg nodig. Anderen die “nieuw” zijn worden gewezen op hun verantwoordelijkheden en de zienswijze van de wetgever met betrekking tot de bejegening van vooral de verdachte in een strafzaak. Het wordt ook duidelijk gemaakt, dat men alle emoties moet laten varen om zodoende te voorkomen, dat het doel dat wetgever voor ogen heeft, tenietgaat.

Niet perse .

Er kan naar behoefte gevraagd worden niet simultaan te vertalen.

Normaliter maak je afspraken met de tolk, je vraagt bijvoorbeeld, tolk wat wil je graag doen, wat is je werkwijze, wil je de akte van tevoren of wil je de akte ter plekke. Bij u is dat heel anders, u bent onze huistolk , wij zijn gewend aan u dus u kent de werkwijze. Een tolk die al jaren bij een bepaalde notaris gaat, weet wat de werkwijze is. U bent één an de weinige waarbij ik niets meer hoef te doen. Als u heeft vertolkt, dan weet ik dat ik slechts moet vragen of het al vertolkt is en of er vragen zijn.

3. Hoe ziet u de rol van de tolk?

De tolk is degene die het verhandelde ter terechtzitting in een voor verdachte verstaanbare taal aan hem meedeelt zodat de verdachte weet en begrijpt wat er gebeurd in zijn zaak.

Die moet een waarheidsgetrouwe vertolking doen van hetgeen verdachten of getuigen zeggen.

| |
|---|
| <p>De tolk is onontbeerlijk. Als de verdachte verhoord is in een taal die hij niet verstaat, kunnen de processtukken niet dienen voor het bewijs.</p> <p>Het is daarom uitermate belangrijk dat een goede tolk aanwezig is als de verdachte geen Nederlands of Surinaams praat. Artikel 293 is daar duidelijk over: "In de gevallen waarin de bijstand van een tolk wordt gevorderd, wordt, op straffe van nietigheid, ten bezware van de verdachte geen acht geslagen op hetgeen ter terechtzitting is gesproken of voorgelezen, zonder voor hem vertolkt te zijn"</p> |
| <p>De rol van de tolk is bij wet vastgesteld, dus is die van eminent belang voor het gerechtelijk proces. Het onderzoek heeft niet plaats zonder bijstand van een tolk, wanneer er sprake is van een taalbarrière. De tolk is een van de gerechtelijke actoren en zal samen met de politie erop toezien, dat de leiding wordt behouden over het interview c.q., de ondervraging en vooral dat er een eerlijk proces daaruit voortvloeit.</p> |
| <p>De beedigde tolk heeft een cruciale rol bij de huwelijksvoltrekking. Die maakt de huwelijksvoltrekking verstaanbaar voor de anderstalige. Zonder een beedigde tolk mag een ambtenaar geen huwelijk voltrekken voor een anderstalige. De ambtenaar is verplicht melding te maken in de akte, dat het huwelijksvoltrekking vertaald is door een beedigde tolk.</p> |
| <p>Het wordt mooi uitgelegd. Een tolk is een brug tussen mensen die elkaar normaliter niet zouden kunnen begrijpen vanwege taal of ook de cultuur. De tolk is dan de brug, het betekent van alles ook juridisch.</p> |

4. Heeft u vaak zaken waarbij een Braziliaan(Brazilianen) betrokken is(zijn)?

| | |
|---|--|
| <p>Nu in mindere mate maar in het verleden vaker.</p> | <p>Wat is vaak. Eens in de drie maanden denk ik.</p> |
|---|--|

Jawel ik heb zowel straf- als civiele zaken waarbij Brazilianen betrokken zijn.

Ik heb veel zaken gehad waarbij Brazilianen met behulp van een tolk als verdachte of getuige moesten worden verhoord.

Naar verhouding redelijk.

Ik heb al Jaren Braziliaanse cliënten, vanaf ik hier werk, al 12 jaren. Vroeger dagelijks maar nu wekelijks. Ik versta de taal al een beetje. Zo heb ik u leren kennen vanwege het aantal Brazilianen daarom zeg ik dat cultuur belangrijk is. Bepaalde zaken begrijpen de Brazilianen anders vanwege hun cultuur en dat moet ze worden uitgelegd en dat kan alleen gedaan worden door de tolk.

5. Bent u tevreden met de werkzaamheden van de tolk? Leg uit.

Zodra "DE BOODSCHAP" goed is overgebracht heeft de tolk zijn werk naar behoren verricht. Het hangt af van de tolk er zijn tolken die reeds enige tijd meegaan waardoor die dus precies weten wat van hun verlangd wordt. Daarnaast zijn er minder ervaren tolken. Als bewaker van het proces – rechters taak – is het aan mij ook al ben ik de taal niet machtig – om de werkzaamheden van een tolk te "begeleiden". Als gemerkt wordt dat bv. over en weer vragen worden gesteld tussen tolk en verdachte of dat verdachte te lang door praat en de tolk instemmend knikt is het taak om in te grijpen. Door te vragen wat heeft verdachte gezegd? Kunt u verdachte vragen of het voor hem mogelijk is om kort en zakelijk antwoord te geven op de vragen? Of de tolk bv aangeven "kunt u mij voorhouden waar u het over heeft?" Dit is dan een toetsingsmoment om na te gaan of de gestelde vraag goed is vertaald.

Ik wel. Ik had geen reden te twifelen aan de kwaliteit van het werk.

Portugees kan ik redelijk goed volgen en kan daarom ook volgen dat de tolk correct vertaalt. Ik heb geen reden tot klagen over het werk van de tolk.

Niet altijd tevreden. Alhoewel er een taalbarrière was, ontkwam jij als verhoorder niet aan het gevoel, dat er woorden in de mond van de verdachte of getuige werden gelegd door de tolk. Het kwam ook voor, dat de tolk in de schoenen van de politieman wilde treden en vragen aan de verdachte of getuige stelde die vanwege tactische overwegingen op dat moment nog niet in het verhoorplan waren opgenomen, dus niet op schrift stonden.

Ja de meeste tolken zijn correct en respektvol . Ze zijn vaak ook op tijd, wat heel belangrijk is bij een waardige ceremonie. Door hun correcte houding en verschijning dragen zij bij aan de waardigheid van de huwelijksceremonie.

In het algemeen ben ik wel tevreden met de werkzaamheden van de tolk. Niet allemaal zijn hetzelfde, niet bij allemaal loopt het even vlot maar bij tolken zoals u, het lijkt alsof u deel bent van het kantoor, daar gaat het helemaal foutloos.

6. Moet de tolk vertolken terwijl u praat (simultaan) of wanneer u gestopt bent met praten? Waarom?

| | |
|--|---|
| <p>neen van de tolk wordt verlangd dat eerst geluisterd wordt naar de gestelde vraag. Nadat de vraag is gestel kan het dan aan de verdachte worden vertaald. Dit is niet alleen pragmatisch maar bovenal in het belang van een goede procesorde. Een verkeerde interpretatie aan een vraag praten kan ongewild de verdachte op een verkeerd been plaatsen. Daarnaast is het voor mij handig om na te gaan of de tolk de essentie van de vraag goed heeft begrepen. De boodschapper kan alleen als hij de boodschap heeft begrepen deze goed overbrengen.</p> | <p>Liever wanneer ik ben gestopt. Ik denk dat het beter is voor de tolk overzichtelijker.</p> |
| <p>De tolk moet vertalen wanneer ik klaar met praten of vragen stellen. Ik vind het belangrijk om de vertaling ook aan te horen om zeker te weten dat mijn vraagstelling goed is overgebracht. Ook heb ik die tijd nodig om de antwoorden te kunnen volgen en te noteren.</p> | |
| <p>De vraagstelling was altijd duidelijk en op schrift af te lezen, dus niet nodig om het simultaan te doen. Simultaan praten bracht naar mijn bescheiden mening verwarring.</p> | |
| <p>Simultaan vertalen is het meest lastige wat een ambtenaar kan meemaken bij de voltrekking met een tolk. Je raakt op gegeven moment de kluts kwijt. Je wordt afgeleid. Is helemaal af te raden.</p> | |
| <p>Wettelijk moet ik erbij zijn. Bij nieuwe tolken vraag ik om bepaalde dingen opnieuw te doen, vooral als er nieuwe ontwikkelingen zijn in de zaak. Ik vraag dan aan de tolk om zaken opnieuw te vertolken in mij bijzijn, in het kort.</p> | |

7. Heeft u ooit het gevoel gehad dat de tolk zich heeft vergist tijdens een vertolking, al begrijpt u de taal niet(zo goed)? Indien ja, deel een ervaring.

| | |
|---|--|
| <p>Ja. Dit komt door de wijze van vertaling en interpretatie van woorden. Bv als gevraagd wordt om aan de verdachte voor te houden dat hij ervan wordt beschuldigd dat hij diefstal heeft gepleegd wordt dit weleens vertaald als “de rechter heeft gezegd dat u diefstal heeft gepleegd wat heeft u hierop te zeggen of is dit waar” wanneer dit wordt opgemerkt wordt dan gelijk gecorrigeerd door aan te geven DAT NIET GEZEGD IS DAT HIJ DIEFSTAL HEEFT GEPLEEGD MAAR DAT HEM WORDT VERWETEN ZICH DAARAAN SCHULDIG TE HEBBEN GEMAAKT EN HEM WORDT GEVRAAGD OF DE BESCHULDIGING WAAR IS. Dit is vaker een beginnersfout die zich na enige tijd niet meer voordoet.</p> | <p>Niet perse, maar bij de beantwoording van de vraag kun je merken dat of 1. de verdachte/getuige de vraag niet goed begreep of 2. de vertolking niet juist was maar eigenlijk weet je het niet behalve als je de taal (deels) verstaat. Bij Engelse vertalingen was de vertolking soms inderdaad niet heel zuiver.</p> |
|---|--|

| |
|--|
| <p>Dat is meermalen gebeurd. De tolk stelt de vraag soms op een manier waardoor het antwoord ingebakken zit in de vraag, terwijl ik juist een open vraag heb gesteld. Zelfs de Engelse tolk, vertaalt soms een vraag incorrect en dan moet ik aan de bel trekken. Bij de Chinese tolk heb ik soms het gevoel dat accenten of uitspraken niet goed begrepen en/of niet goed overgebracht worden. Ik beheers de taal totaal niet en weet dus niet met zekerheid of dit ook gebeurd. Mijn klanten hebben er wel meermalen op gewezen dat ze het accent van de Chinese tolk niet goed verstaan. De antwoorden verschillen soms zoveel van de vraagstelling dat het duidelijk is dat zaken niet goed vertolkt of begrepen worden;</p> |
| <p>Ik zou het niet onder de noemer “vergissing” brengen, omdat zoals eerder gezegd, de vraag duidelijk was en op hetzelfde moment op schrift voor de tolk af te lezen was. Ik heb al eerder gesteld, dat ik het gevoel had, dat de verdachte of getuige om een of andere reden woorden in de mond werden gelegd om een andere wending aan het onderzoek te geven, hetgeen als onbetrouwbaar werd opgevat.</p> |

Voorbeeld:

De vraag wordt door de tolk aan de verdachte gesteld of hij ooit in een bepaald gebied is geweest en geeft de verdachte bekennd antwoord daarop. Het antwoord wordt zelf door hem gemotiveerd, waarbij hij zaken aanhaalt die niet bekend kunnen zijn bij iemand die niet naar dat gebied is geweest. Na een tijdje zegt de tolk aan mij, dat de verdachte de vraag die een poos geleden over zijn aanwezigheid in een bepaald gebied, was gesteld en waarop hij bekennd en motiverend had geantwoord, niet goed had begrepen. Zonder op mijn reactie als verhoorder af te wachten, richt de tolk zich tot de verdachte en wordt er iets aan hem gezegd. De reageert geschrokken en zegt volgens de tolk, dat hij niet goed naar de eerdere vraag had geluisterd en daarom met "ja" had geantwoord. Het antwoord moet volgens hem "nee" zijn, omdat hij nimmer in dat gebied is geweest. De verdachte geconfronteerd met zijn motivering over zijn aanwezigheid in dat gebied en kennis van dat gebied, zegt dat het een uit de duim gezogen verhaal is.

Ja, een keer vertaalde een tolk heel iets anders het waren spaanssprekenden. Er werd plotseling gelachen bij het vertalen. Ik had niets lachwekkends gezegd. Ik stopte toen met praten en ik wilde verduidelijking . Ze kwam met een verklaring maar ik vind niet leuk.

Er zijn ook tolken die niet woordelijk vertalen . Ze geven als het ware een verklaring. De ambtenaar zegt dat.... ze zegt dat ze vraagt om op te staan....

Ja, toch wel. Bij heel moeilijke talen ga je het niet merken maar mijn handelsmethode, mij werkwijze is dat ik volg wat de mensen doen, gezichtsuitdrukkingen, gelaatstrekken, we volgen wat ze doen. Soms merk je dat iets niet klopt, dan voel je het aan en dan spring je in door te vragen "weet je zeker dat"of "vertolk dit nog een keertje" en dan wordt het weer vertolkt. Aan hun expressie zie je dat. Ook aan hun manier van praten of als de mensen terug praten met de tolk, dan merk je iets en dan vraag je om het nog een keer te doen. Dus, altijd blijven volgen. Dit is al eerder gebeurd.

8. Wat denkt u dat er zou moeten gebeuren als de tolk zich niet houdt aan zijn beroepsethiek (geheimhoudingsplicht, correct doorspelen van informatie)?

| | |
|--|--|
| <p>Indien informatie structureel niet correct wordt doorgespeeld dan heeft de tolk zich mogelijk niet gehouden aan de afgelegde eed of belofte om naar beste kunnen en weten zijn werkzaamheden als tolk te verrichten. In dit geval zal de individuele rechter die tolk moeten ontslaan van zijn verplichtingen als tolk. Dus hij wordt bedankt. En zal dan via het Hof van Justitie uiteindelijk het besluit genomen moeten worden dat deze tolk niet meer voor vertolkingswerkzaamheden bij het Hof in aanmerking komt. Hetzelfde zou ook kunnen gelden indien betrokkene zich niet houdt aan de geheimhoudingsplicht. In mijn 25 plus jaren heb ik overwegend positieve ervaring met tolken. De enige wanklank welke gehoord werd in de 2^{de} helft van de jaren negentig was dat een toenmalige tolk in de Chinese taal genaamd Aukie zich liet betalen door relaties van Chinese verdachten of recht zoekenden. Na dat betrokkene door een zittingsrechter om opheldering werd gevraagd heeft hij die gegeven</p> | <p>Hangt af van de ernst. Een slechte vertolker die gewoon de taal niet goed machtig is geeft ook een verkeerd beeld maar er is minder kwaadwilligheid daar dan bij iemand die moedwillig verkeerd vertolkt. In het laatste geval moet die verboden worden nog te vertolken.</p> |
| <p>Zijn antwoord was dat hij benaderd</p> | |

| | |
|---|--|
| <p>werd door de rechtzoekenden of relaties van verdachten om tegen betaling vertolkingswerkzaamheden te verrichtten. Hij ging dus zowel met derden als ook het gerecht aan een resultaat- dan wel inspanningsverbintenis. Aan u als (gewezen) tolk wordt overgelaten hierover een waardeoordeel te geven.</p> | |
|---|--|

| |
|--|
| <p>Het wetboek van Strafrecht schrijft reeds de sanctie voor:</p> <p style="text-align: center;">Artikel 244^[1]</p> <p>Hij die, wettelijk als getuige, als deskundige, als eedsafnemer of als tolk opgeroepen, opzettelijk niet voldoet aan enige wettelijke verplichting die hij als zodanig te vervullen heeft, wordt gestraft:</p> <p>1o. in strafzaken met gevangenisstraf van ten hoogste zes maanden;</p> <p>2o. in andere zaken met gevangenisstraf van ten hoogste vier maanden.</p> |
| <p>Melding daarvan maken bij de bevoegde instanties, Ernstige waarschuwing (slechts 1 maal) en indien hij of zij weer in de fout gaat, gelijk "royeren".</p> <p>impedir que o objetivo que o legislador tem em mente seja destruído.</p> |
| <p>De ambtenaar van de burgerlijke stand werkt uitsluitend met beëdigde tolken. Bij de eedaflegging is al duidelijk wat diens taken/ verantwoordelijkheden zijn.</p> <p>De rol van een beëdigde tolk is om de ware weergave door te geven van datgene wat voor de vreemdeling in een vreemde taal wordt gezegd. Beide partijen , de ambtenaar van de burgerlijke stand en de vreemdeling , zijn totaal afhankelijk van de tolk om de zaak goed te managen. Om de waarheidgetrouwheid van de voltrekking te waarborgen wordt er melding</p> |

gemaakt in de akte, van het feit dat dit huwelijk is vertaald door een bij name genoemde beëdigde tolk of translateur in de taal van de vreemdeling.

Wanneer de inhoud van de vertaling in twijfel wordt getrokken door bijvoorbeeld een onjuiste vertaling, kan dat consequenties hebben voor de echtheid van de akte. Een akte waaraan een gebrek kleeft kan, op verzoek van belanghebbenden nietig worden verklaard door de kantonrechter.

De laatste zin in de akte luid : 'Aldus naar waarheid opgemaakt'.

Geheimhoudingsplicht neem ik heel zwaar, als een tolk zich niet daaraan heeft gehouden moet de justitie ingrijpen, zo zie ik dat. Want ik vertrouw de tolken en al eentje de geheimhoudingsplicht overschrijdt dan moet het direct worden aangepakt. Dit is niet opgenomen in de wet maar sommige dingen hoeven niet opgenomen te worden, een beëdigde tolk heeft een eed afgelegd bij de staat en moet weten dat de burger beschermd moet worden. Kijk, een foutje maken is normaal maar als er een tolk is die te veel fouten maakt, dan weet je dat je zo een tolk niet meer vraagt om te vertolken en iemand zou dat moeten aangeven bij justitie, ik zou het niet doen, maar iemand moet het doen en doorgeven aan de justitie dat zo een tolk niet voldoet, de tolk moet weer een opleiding gaan doen of iets dergelijks maar geheimhouding is erg belangrijk en wat ook van belang is, is dat de tolk zakelijk blijft, niet te veel bemoeien in de zaak. Ik heb een keertje meegemaakt dat een tolk wilde weten over de stukken, waarom bepaalde zaken zijn opgenomen in de akte, dat kan niet en dan gaat het niet door. De tolk wil makelaar spelen en zo gaat het niet en dat gebeurt soms bij de tolken die naar het Chinees vertolken. Ik vind dat de minister van justitie de beëdiging kan intrekken maar het is niet opgenomen in de wet maar het zou er moeten zijn. De minister zou dit in het leven kunnen roepen want anders kan de tolk zich erop beroepen dat er geen wet is die hem kan straffen